

RESUMO

A pesquisa visou contribuir com subsídios para a análise dos impactos das transformações recentes do perfil ocupacional do trabalhador brasileiro particularmente no que se refere à representatividade segundo o gênero. Estas mudanças, resultam dos novos requisitos demandados pelos atuais processos produtivos e organizacionais, dentro e fora das empresas, por um lado, e por outro lado pelas políticas econômicas conjunturais voltadas para a estabilização, que limitam as oportunidades de abertura de novos postos de trabalho formalizados, aumentando o volume de trabalho em atividades informais. Os impactos destas transformações são retratados pela composição e evolução da representatividade ocupacional dos trabalhadores nos diversos setores e situações de contrato de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE

Trabalho; Ocupações; Gênero; Emprego; Reestruturação Produtiva.

ABSTRACT

The research aimed to examine the impacts of recent transformations in the occupational composition of Brazilian workers, in what concerns to differences according to gender. These changes are a result, in one hand, of the new requirements demanded by the present productive and organizational processes, and in the other hand, of the economic conjuncture policies aiming to stabilization, which limit the opportunities of new jobs in the formal labor market, increasing the number of works in informal activities. The impacts of these transformations are showed by the composition and evolution of the occupational participations of workers in the several sectors and situations of labor contracts.

KEY WORDS

Labor; Occupations; Gender; Employment; Productive Restructuring.

SUMÁRIO

I.	O projeto de pesquisa	5
1.	Linha de pesquisa e enquadramento da área.....	5
2.	Formulação do problema	6
3.	Justificativa da pesquisa	8
4.	Objetivos da investigação	10
5.	Hipóteses e conceitos-chave	12
6.	Aspectos metodológicos	14
7.	Cronograma mensal detalhado	15
II.	Resultados da pesquisa	16
1.	Considerações iniciais	16
2.	Aspectos teóricos.....	20
2.1.	A economia política do gênero	20
2.2.	A divisão do trabalho entre os gêneros	26
2.3.	Determinantes do crescimento da participação no mercado de trabalho segundo o gênero	30
2.4.	Reestruturação econômica e gênero	33
2.5.	A segregação por gênero nos postos de trabalho	41
2.6.	Determinantes das diferenças salariais.....	49
3.	Comparações internacionais da divisão do trabalho entre os gêneros.....	54

4. O trabalho dentro e fora das empresas no Brasil: a composição por gênero.....	74
4.1. Introdução	74
4.2. Considerações metodológicas	75
4.3. A segmentação dos assalariados segundo as categorias ocupacionais ..	78
4.4. A distribuição ocupacional dos trabalhadores fora das empresas	83
4.5. Escolaridade dos assalariados	86
4.6. Segmentação setorial e ocupacional.....	89
5. A divisão regional do trabalho segundo o gênero.....	101
5.1. Aspectos metodológicos	101
5.2. As diferenças regionais segundo as categorias ocupacionais nas empresas	103
5.3. As diferenças entre os ocupados fora das empresas	110
5.4. Diferenciais regionais de escolaridade segundo o gênero.....	116
III. Conclusões	118
IV. Bibliografia	120

TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ESTRUTURA OCUPACIONAL BRASILEIRA: IMPACTOS SOBRE O GÊNERO

*Anita Kon**

I. O PROJETO DE PESQUISA

1. LINHA DE PESQUISA E ENQUADRAMENTO DA ÁREA

Linha de pesquisa: Normal

Enquadramento da área e justificativa: Administração de Empresas e Administração Pública. O conhecimento da pesquisa visou fornecer subsídios para a análise econômica sobre a realidade brasileira. Estes estudos poderão ser utilizados tanto por empresas privadas no planejamento estratégico de suas atividades, quanto pelo setor governamental para fins de diagnóstico e elaboração de políticas para o planejamento das atividades relacionadas ao mercado de trabalho. Por outro lado, o produto da pesquisa, apresentado na forma de um texto a ser publicado, será fonte bibliográfica para a pesquisa acadêmica, tanto de professores quanto de estudantes.

*Agradecimentos ao aluno que participou da pesquisa que originou o presente relatório como auxiliar de pesquisas, Rutheford Gonzaga Morais.

2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Na atualidade, tanto em economias mais avançadas, como em desenvolvimento, observa-se um movimento crescente em intensidade e em velocidade de reestruturação produtiva, como resultado de alguns fenômenos característicos da modernidade. Primeiramente, o crescimento significativo das velocidades das transformações tecnológicas, tem levado as empresas a constantes reformulações em seus processos produtivos e sistemas organizacionais, na busca de competitividade. Em segundo lugar, estas reformulações se verificam também tendo em vista a situação conjuntural internacional desde a década de oitenta, que tem levado à necessidade da contenção de gastos, tanto por empresas privadas quanto pela área governamental. Finalmente, o processo de globalização econômica experimentado mundialmente, teve fortes impactos nas vantagens comparativas de cada país, na crescente transnacionalização de empresas, em fusões e aquisições, que resultaram em processos produtivos internacionalizados, onde etapas diferenciadas do processo se realizam em diferentes países. Estas condições levaram a um movimento de reestruturação produtiva intenso das economias. Estas mudanças requeridas por este novo contexto sócio-econômico são extremamente rápidas, abrangentes e profundas, requerendo pesados investimentos em novos equipamentos organizacionais e mudanças no perfil da força de trabalho.

Neste processo, a terceirização e a ampliação de serviços complementares à atividade econômica e ao consumo populacional, levou a maior parte dos países a uma terciarização também acelerada, porém de natureza diferenciada da que vinha ocorrendo até os anos oitenta. A evolução das atividades terciárias se verificou em países de níveis diversos de desenvolvimento, tanto nas economias mais avançadas — em que o grau de integração produtiva é amplo e a industrialização já se apresenta estruturada e "amadurecida" — quanto nas economias economicamente menos integradas e em fases mais incipientes de industrialização.

Discute-se que o papel indutor do desenvolvimento representado pelas atividades industriais — para as quais se dirigem inicialmente o capital e a mão-de-obra excedentes oriundos do meio rural — é um fenômeno comprovado nos países desenvolvidos, nos períodos iniciais do desenvolvimento econômico, porém não é completamente aceito para as economias menos avançadas; nestes espaços, o emigrante rural se dirige inicialmente para atividades terciárias urbanas, que exigem menor qualificação, uma vez que não está preparado para assumir postos de trabalho que exijam requisitos superiores de capacitação. Além disso, foi observado que existe um limite para a ampliação dos investimentos nas atividades secundárias e conseqüente absorção de mão-de-obra, face a fatores como limites do mercado interno e externo, rigidez de coeficientes técnicos nas funções de produção, bem como em razão de conjunturas econômicas desfavoráveis a investimentos, como tem sido o caso brasileiro desde a década de oitenta, embora a partir do segundo quinquênio dos anos noventa se tenha observado uma lenta retomada dos investimentos produtivos. Assim, as atividades terciárias em um primeiro momento se desenvolvem atendendo a funções intermediárias complementares ao processo de industrialização e modernização agrícola, porém em épocas posteriores do desenvolvimento se ampliam em decorrência de ali se alocarem o capital e a mão-de-obra que não encontram oportunidades nos outros setores. Neste caso, muitas vezes tais atividades criam seu próprio mercado, e a força de trabalho sua própria ocupação no contexto global do mercado, concorrendo para isto a diversidade da natureza dos serviços oferecidos, que se situam em uma gama que se estende do processo de produção mais moderno e capital intensivo, ao processo mais tradicional, cujo único fator de produção empregado é o trabalho de baixa qualificação. As transformações estruturais ocorrentes internamente aos setores de atividades das economias, que por um lado se revestem de um caráter novo e inovador, por outro lado desempenham um papel desequilibrador em relação à criação de um volume de postos de trabalhos necessários para o crescimento da força de trabalho. Particularmente com relação ao perfil ocupacional do trabalhador brasileiro têm sido observadas nos anos noventa algumas transformações

consideráveis, particularmente no que se refere às questões da participação segundo o gênero, que merecem ser examinadas com maior detalhe.

3. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Em economias de níveis diversos de desenvolvimento, observa-se na atualidade a redução de postos de trabalho, a urgência da criação de novos empregos e frequentemente a necessidade de readaptação da mão-de-obra a ocupações e funções criadas, paralelamente à constante requalificação de suas habilidades enquanto trabalhador.

Particularmente no Brasil, ao crescimento da demanda por novos postos de trabalho resultante do aumento populacional, associou-se uma conjuntura recessiva na década de oitenta que resultou no crescimento da velocidade e intensidade da reestruturação organizacional nos anos noventa, o que acabou por eliminar postos de trabalho, particularmente no setor secundário da economia. Estas tendências acarretaram em um desequilíbrio acentuado entre as necessidades de absorção da força de trabalho e as possibilidades de oferta de empregos. Por outro lado o ritmo da modernização econômica e da introdução de novas funções e ocupações dentro de empresas ou autônomas, esbarra muitas vezes nas condições específicas de qualificação da força de trabalho, não preparada para assumir condições mais flexíveis de operacionalização ou tarefas mais sofisticadas.

No Brasil especificamente, observou-se o crescimento da velocidade e da intensidade destas transformações no início dos anos noventa, quando se verificou que as atividades terciárias passaram a absorver um número crescente de ocupados, mesmo em situações conjunturais de estagnação ou crise econômica, tendo em vista a capacidade da criação de ocupações autônomas ou no mercado informal da economia, em substituição às perdas de postos de trabalho no setor secundário. Como conseqüência são observadas transformações estruturais relevantes na

distribuição ocupacional brasileira, que mudam o perfil da população ocupada ou em busca de ocupação.

Nestas condições, a capacidade de ampliação da oferta de empregos do país está diretamente relacionada à natureza da qualificação da oferta de trabalhadores e à possibilidade de requalificação de parte da força de trabalho que não se encontra preparada para assumir os novos requisitos de qualificação. No entanto, não fica muito claro em que condições e direções deverá se verificar esta requalificação e as possíveis conseqüências sobre o mercado de trabalho, como por exemplo, que tipos de novas ocupações estão sendo criadas, que novas necessidades de qualificação se apresentam aos trabalhadores, em que setores se alocam os maiores graus de transformações, quais as mudanças estruturais que vêm ocorrendo na distribuição do trabalho segundo a qualificação e outras variáveis relevantes.

Pesquisas anteriores, observaram a estruturação ocupacional na década de oitenta, particularmente detalhando a distribuição do trabalho nos anos de 1983 e 1989. O primeiro período foi selecionado particularmente por se constituir no ano de pico da crise econômica que se verificou no início da década, quando tentou se verificar as implicações conjunturais sobre a estrutura ocupacional. O ano de 1989 correspondeu a uma situação estrutural que resultou de um período em que a economia havia passado por uma forte recuperação das atividades em 1985, seguida de nova desaceleração produtiva com problemas consideráveis relacionados à aceleração do crescimento das taxas de inflação. No entanto, a partir da década de noventa, após um período inicial de forte retração econômica até 1992, a economia brasileira vem iniciando um período de grande transformação estrutural, quando se verificou a intensificação da reestruturação produtiva das empresas. Tendo em vista a abertura às importações e o processo intenso de globalização econômica, as empresas foram obrigadas a buscar a modernização dos processos produtivos e organizacionais e a intensificar a introdução da inovação tecnológica que permitisse a maior competitividade internacional e a diminuição da defasagem tecnológica em relação aos países industrializados. Dessa forma, as repercussões sobre a distribuição do

trabalho e sobre a natureza das condições de qualificação que refletiram na absorção setorial e regional da mão-de-obra, se mostraram mais intensificadas e velozes nesta década de noventa. Com relação à situação da mulher no mercado de trabalho, recente pesquisa sobre a evolução da estrutura ocupacional feminina entre os anos de 1992 e 1995 mostrou a redução da participação das mulheres no emprego formal e o crescimento da importância relativa das demais formas de ocupações (Wajnman e Perpétuo, 1997). Modelos de regressão ajustados permitiram visualizar que a informalização do mercado de trabalho brasileiro é um processo cujos determinantes vão muito além dos limites ditados pela oferta de trabalho, o que se manifesta de forma mais contundente para o gênero feminino. Foi possível constatar interrelações entre características pessoais e ocupacionais que apontaram as prováveis “candidatas” aos postos de trabalho informais.

A distribuição ocupacional brasileira foi objeto de estudo de trabalhos anteriores que examinaram a situação na década de oitenta. Nos anos noventa, observaram-se grandes transformações no cenário político-econômico brasileiro, que resultaram em mudanças consideráveis conjunturais e estruturais, cujos impactos sobre o mercado de trabalho, são conhecidos e debatidos, particularmente no que se refere às taxas de emprego e desemprego nos vários setores da economia. No entanto, ainda não foram analisadas adequadamente as transformações resultantes na distribuição ocupacional dos trabalhadores e suas repercussões na absorção da mão-de-obra segundo o gênero.

4. OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

A representatividade das diferentes categorias ocupacionais segundo o gênero, reflete os impactos destas condições de diferenciação sócio-econômica e as pesquisas anteriores têm revelado a predominância da participação feminina em categorias específicas, em atividades que exigem requisitos de habilidade ou outros, considerados como próprios a serem exercidas por aquele sexo. No entanto, as

consideráveis transformações sócio-econômicas que vêm sendo observadas no país nos anos noventa, parecem apontar para reflexos mais significativos na divisão ocupacional do trabalho segundo o gênero.

Nesse sentido, o objetivo global desta pesquisa é contribuir com subsídios para a análise dos impactos das transformações recentes do perfil ocupacional do trabalhador brasileiro particularmente no que se refere à representatividade segundo o gênero, tendo em vista os novos requisitos demandados pelos atuais processos produtivos e organizacionais, dentro e fora das empresas, por um lado, e por outro lado pelas políticas econômicas conjunturais voltadas para a estabilização, que limitam as oportunidades de abertura de novos postos de trabalho formalizados, aumentando o volume de trabalho em atividades informais. Os impactos destas transformações são retratados pela representatividade ocupacional dos trabalhadores nos diversos setores e situações de contrato de trabalho, detalhando este estudo particularmente as diferenças segundo o gênero, como já mencionado.

Como subsídio para o diagnóstico da realidade brasileira no que se refere ao planejamento de medidas para a geração de trabalho e requalificação do trabalhador, a pesquisa proposta objetiva analisar estas transformações no período a partir dos anos noventa, de forma comparativa com a década de oitenta. Estas mudanças serão avaliadas do ponto de vista nacional, setorial e regional, enfocando a ocupação dentro e fora das empresas (como autônomos ou conta-próprias). A análise proposta enfoca portanto a divisão do trabalho de uma sociedade, em suas várias manifestações dentro e fora das empresas, em contraposição às análises do mercado de trabalho que abordam apenas as relações entre capital e trabalho mediadas e reguladas pelo Estado e que consideram unicamente as ocupações registradas associadas a empresas, como compondo a estrutura ocupacional.

5. HIPÓTESES E CONCEITOS-CHAVE

Quando se analisa especificamente as questões relacionadas ao trabalho, as hipóteses básicas que fundamentam este processo de desenvolvimento econômico dos últimos anos, são de que a aceleração do progresso tecnológico e de globalização econômica, que obrigou a uma reestruturação tecnológica e organizacional das empresas na maior parte dos países, teve repercussões consideráveis sobre a natureza dos processos produtivos, sobre a composição interna dos setores e sobre a evolução e natureza do produto. Esta dinâmica teve impactos transformadores sobre as condições e a natureza do trabalho, em todos os setores econômicos. A modernização econômica, com a introdução de novas técnicas, ao mesmo tempo que cria novas funções e ocupações, elimina uma série de ocupações e postos de trabalhos. Transformam-se também os requisitos essenciais da força de trabalho para assumir novas técnicas em um mesmo setor de atividades ou novas ocupações em setores diferenciados. A necessidade de especialização do trabalhador em tarefas repetitivas, vem sendo substituída pela necessidade de adequação a constantes mudanças tecnológicas e à possibilidade de atender a funções diferenciadas nos processos produtivos e distributivos das economias, na atualidade caracterizados pela flexibilidade na operacionalização como forma de redução de custos.

No que se refere especificamente à questão de gênero, constatou-se na década de oitenta as diferenças consideráveis na representatividade ocupacional e setorial, de acordo com o nível de qualificação, proteção através de carteira assinada, nível de escolaridade, rendimentos e horas trabalhadas. A análise ocupacional sócio-econômica transcende a simples observação de dados estatísticos sobre a alocação dos trabalhadores em determinadas categorias de trabalho segundo o sexo, desde que na atualidade, o gênero é considerado uma categoria analítica relacional, referindo-se à organização social das relações entre os sexos (Bruschini, 1995:83). Bruschini chama a atenção para o fato de que nas sociedades ocidentais, das quais a brasileira é um exemplo, estas relações ainda são predominantemente assimétricas e

hierárquicas, e são desiguais as posições ocupadas pelos indivíduos dos dois sexos seja na esfera da produção ou das relações familiares. As oportunidades de trabalho oferecidas para cada sexo, decorrem em grande parte da consideração sobre o papel da mulher na sociedade no âmbito familiar e doméstico, e sua capacidade de conjugar o trabalho profissional com o doméstico, bem como da qualificação ou capacitação (que recebe uma conotação diferenciada de escolaridade) para exercer ocupações de maior responsabilidade.

Observa-se no Brasil, como no resto do mundo, a tendência constante e aumento das taxas de representatividade da mulher no mercado de trabalho. No entanto, diferentemente do que acontece em outros países, este aumento se deve apenas em parte às mudanças culturais, demográficas e econômicas voltadas à modernização social e ao desenvolvimento econômico, porém observa-se também que mesmo em períodos de crises sócio-econômicas conjunturais a participação da mulher no mercado de trabalho tem aumentado como consequência da necessidade de complementação (ou como única fonte) da remuneração familiar. De qualquer forma, as condições diferenciadas por gênero com relação a responsabilidades familiares e profissionais, horários de trabalhos rígidos, exigências mais estritas de qualificação em relação ao homem, entre outras, tornam patente que o trabalho da mulher não depende apenas da demanda do mercado, mas também de uma série de outros fatores a serem articulados (Bruschini, 1995). Estes fatores conduzem freqüentemente à alocação de trabalhadoras em atividades informalizadas, que permitam mais facilmente esta articulação, porém que se revestem de um caráter instável e de menor remuneração. O trabalho a domicílio é uma solução freqüentemente encontrada pela mulher na sociedade contemporânea (Abreu e Sorj, 1993; Bruschini e Ridenti, 1993; Ruas, 1993). No entanto, ao contrário do trabalho domiciliar resultante da terceirização de uma série de serviços modernos mais sofisticados anteriormente alocados nas empresas, o trabalho domiciliar feminino, na maior parte dos casos tem se revestido de um caráter artesanal, baixa qualificação e baixa remuneração.

O conceito básico de estrutura ocupacional adotado neste estudo, decorre da constatação de que esta divisão em uma sociedade apresenta padrões específicos relacionados ao nível de desenvolvimento econômico, bem como uma capacidade de mantê-los relativamente estáveis, o que determina uma estrutura que envolve características próprias de um sistema. Verifica-se ainda que a espacialidade (qualidade específica de cada espaço) deste sistema resulta, dos determinantes históricos e naturais, mas também das interrelações dentro do macro-sistema social, entre os subsistemas cultural, de participação, político e econômico.

6. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa enfocará inicialmente aspectos teóricos a respeito das causas das recentes transformações no perfil ocupacional do trabalhador brasileiro segundo o gênero. Serão examinadas as fontes bibliográficas mais recentes sobre o tema, cujas principais são relacionadas na bibliografia deste projeto. Porém parte da pesquisa se refere à investigação sobre referências bibliográficas adicionais ou mais atualizadas.

No que se refere à análise empírica, salienta-se que serão avaliadas como fontes de informações prioritárias as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios-PNAD/1995 e 1996. Outras fontes de informações serão avaliadas para a complementação da análise, especificamente a Pesquisa Mensal de Emprego-PME do IBGE, a RAIS do Ministério do Trabalho, as pesquisas do DIEESE-SEADE sobre o mercado de trabalho da Grande São Paulo, entre outras fontes.

Os indicadores sobre a estrutura ocupacional a serem utilizados a partir destas fontes de investigação, dependerão da disponibilidade de informações atualizadas e na série de tempo necessária para a comparação da evolução no período desde a década de oitenta. Particularmente, objetiva-se avaliar as informações sobre a população ocupada segundo o gênero, desagregando por setores econômicos ou

categorias ocupacionais específicas. Se a disponibilidade das informações permitir, será efetuada uma análise comparativa entre as regiões brasileiras.

7. CRONOGRAMA MENSAL DETALHADO

A pesquisa foi desenvolvida em seis meses, a partir da aprovação do projeto pelo NPP, percorrendo as fases abaixo discriminadas.

Pesquisador

- a) Primeiro mês: levantamento bibliográfico, leitura e análise das teorias mais recentes sobre aspectos básicos das transformações no mercado de trabalho e gênero.
- b) Segundo mês: levantamento bibliográfico, leitura e análise sobre os trabalhos empíricos publicados sobre o tema.
- c) Terceiro mês: pesquisa, coleta e crítica e tabulação das informações estatísticas.
- d) Quarto mês: seleção e cálculo dos indicadores.
- e) Quinto mês: análise dos resultados, comparação das informações estatísticas com as idéias teóricas encontradas na literatura.
- f) Sexto mês: Conclusões das análises e redação do relatório final da pesquisa.

Auxiliar de Pesquisa – Rutheford Gonzaga Morais

- a) Primeiro mês: levantamento bibliográfico, leitura e discussões com o pesquisador sobre o tema.

- b) Segundo mês: pesquisa e coleta de informações estatísticas.
- c) Terceiro mês: pesquisa, coleta e tabulações de informações estatísticas e cálculo de indicadores selecionados.
- d) Quarto mês: tabulações de informações estatísticas e cálculo dos indicadores selecionados.
- e) Quinto mês: discussões com a pesquisadora sobre a análise dos resultados e as conclusões e auxílio na datilografia das tabelas finais.

II. RESULTADOS DA PESQUISA

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em economias de níveis diversos de desenvolvimento, observa-se na atualidade a redução de postos de trabalho, a urgência da criação de novos empregos e freqüentemente a necessidade de readaptação da mão-de-obra a ocupações e funções criadas, paralelamente à constante requalificação de suas habilidades enquanto trabalhador.

Particularmente no Brasil, ao crescimento da demanda por novos postos de trabalho resultante do aumento populacional, associou-se uma conjuntura recessiva na década de oitenta que resultou no crescimento da velocidade e intensidade da reestruturação organizacional nos anos noventa, o que acabou por eliminar postos de trabalho, particularmente no setor secundário da economia. Estas tendências acarretaram em um desequilíbrio acentuado entre as necessidades de absorção da força de trabalho e as possibilidades de oferta de empregos. Por outro lado o ritmo da modernização econômica e da introdução de novas funções e ocupações dentro de

empresas ou autônomas, esbarra muitas vezes nas condições específicas de qualificação da força de trabalho, não preparada para assumir condições mais flexíveis de operacionalização ou tarefas mais sofisticadas.

No Brasil especificamente, observou-se o crescimento da velocidade e da intensidade destas transformações no início dos anos noventa, quando se verificou que as atividades terciárias passaram a absorver um número crescente de ocupados, mesmo em situações conjunturais de estagnação ou crise econômica, tendo em vista a capacidade da criação de ocupações autônomas ou no mercado informal da economia, em substituição às perdas de postos de trabalho no setor secundário. Como consequência são observadas transformações estruturais relevantes na distribuição ocupacional brasileira, que mudam o perfil da população ocupada ou em busca de ocupação.

Nestas condições, a capacidade de ampliação da oferta de empregos do país está diretamente relacionada à natureza da qualificação da oferta de trabalhadores e à possibilidade de requalificação de parte da força de trabalho que não se encontra preparada para assumir os novos requisitos de qualificação. No entanto, não fica muito claro em que condições e direções deverá se verificar esta requalificação e as possíveis consequências sobre o mercado de trabalho, como por exemplo, que tipos de novas ocupações estão sendo criadas, que novas necessidades de qualificação se apresentam aos trabalhadores, em que setores se alocam os maiores graus de transformações, quais as mudanças estruturais que vêm ocorrendo na distribuição do trabalho segundo a qualificação e outras variáveis relevantes.

Pesquisas anteriores, observaram a estruturação ocupacional na década de oitenta, particularmente detalhando a distribuição do trabalho nos anos de 1983 e 1989 (Kon, 1990 e 1995). O primeiro período foi selecionado particularmente por se constituir no ano de pico da crise econômica que se verificou no início da década, quando tentou se verificar as implicações conjunturais sobre a estrutura ocupacional. O ano de 1989 correspondeu a uma situação estrutural que resultou de

um período em que a economia havia passado por uma forte recuperação das atividades em 1985, seguida de nova desaceleração produtiva com problemas consideráveis relacionados à aceleração do crescimento das taxas de inflação. No entanto, a partir da década de noventa, após um período inicial de forte retração econômica até 1992, a economia brasileira vem iniciando um período de grande transformação estrutural, quando se verificou a intensificação da reestruturação produtiva das empresas. Tendo em vista a abertura às importações e o processo intenso de globalização econômica, as empresas foram obrigadas a buscar a modernização dos processos produtivos e organizacionais e a intensificar a introdução da inovação tecnológica que permitisse a maior competitividade internacional e a diminuição da defasagem tecnológica em relação aos países industrializados. Dessa forma, as repercussões sobre a distribuição do trabalho e sobre a natureza das condições de qualificação que refletiram na absorção setorial e regional da mão-de-obra, se mostraram mais intensificadas e velozes nesta década de noventa.

Com relação especificamente à situação da mulher no mercado de trabalho, recente pesquisa sobre a evolução da estrutura ocupacional feminina entre os anos de 1992 e 1995 mostrou a redução da participação das mulheres no emprego formal e o crescimento da importância relativa das demais formas de ocupações (Wajnman e Perpétuo, 1997). Modelos de regressão ajustados permitiram visualizar que a informalização do mercado de trabalho brasileiro é um processo cujos determinantes vão muito além dos limites ditados pela oferta de trabalho, o que se manifesta de forma mais contundente para o gênero feminino. Foi possível constatar interrelações entre características pessoais e ocupacionais que apontaram as prováveis “candidatas” aos postos de trabalho informais.

Nos anos noventa, observaram-se também grandes transformações no cenário político-econômico brasileiro, que resultaram em mudanças consideráveis conjunturais e estruturais, cujos impactos sobre o mercado de trabalho, são conhecidos e debatidos, particularmente no que se refere às taxas de emprego e

desemprego nos vários setores da economia. No entanto, ainda não foram analisadas adequadamente as transformações resultantes na distribuição ocupacional dos trabalhadores e suas repercussões na absorção da mão-de-obra segundo o gênero.

A representatividade das diferentes categorias ocupacionais segundo o gênero, reflete os impactos destas condições de diferenciação sócio-econômica e as pesquisas anteriores mencionadas têm revelado a predominância da participação feminina em categorias específicas, em atividades que exigem requisitos de habilidade ou outros, considerados como próprios a serem exercidas por aquele sexo. No entanto, as consideráveis transformações sócio-econômicas que vêm sendo observadas no país nos anos noventa, parecem apontar para reflexos mais significativos na divisão ocupacional do trabalho segundo o gênero.

Nesse sentido, o objetivo global desta pesquisa foi contribuir com subsídios para a análise dos impactos das transformações recentes do perfil ocupacional do trabalhador brasileiro particularmente no que se refere à representatividade segundo o gênero, tendo em vista os novos requisitos demandados pelos atuais processos produtivos e organizacionais, dentro e fora das empresas, por um lado, e por outro lado pelas políticas econômicas conjunturais voltadas para a estabilização, que limitam as oportunidades de abertura de novos postos de trabalho formalizados, aumentando o volume de trabalho em atividades informais. Os impactos destas transformações são retratados pela representatividade ocupacional dos trabalhadores nos diversos setores e situações de contrato de trabalho, detalhando este estudo particularmente as diferenças segundo o gênero, como já mencionado.

Como subsídio para o diagnóstico da realidade brasileira no que se refere ao planejamento de medidas para a geração de trabalho e requalificação do trabalhador, a pesquisa objetivou analisar estas transformações no período a partir dos anos noventa, de forma comparativa com a década de oitenta. Estas mudanças foram avaliadas do ponto de vista nacional, setorial e regional, enfocando a ocupação dentro e fora das empresas (como autônomos ou conta-próprias), A análise enfocou

portanto a divisão do trabalho de uma sociedade, em suas várias manifestações dentro e fora das empresas, em contraposição às análises do mercado de trabalho que abordam apenas as relações entre capital e trabalho mediadas e reguladas pelo Estado e que consideram unicamente as ocupações registradas associadas a empresas, como compondo a estrutura ocupacional.

2. ASPECTOS TEÓRICOS

2.1. A economia política do gênero

O estudo da Economia do Gênero tem apresentado um recente desenvolvimento do interesse pelo tema e pela atividade de pesquisa. É uma área da Economia que considera de forma explícita que a existência de dois gêneros tem efeitos consideráveis nos agentes econômicos, em sua interação com as famílias, empresas e mercados. A Economia tem sido uma disciplina regida por paradigmas dominantes. Desde os princípios teóricos dos primeiros economistas políticos clássicos (Adam Smith, Ricardo, Marx), que assumiam um enfoque científico das “leis naturais” que conduziam a economia, passando pela visão da economia neoclássica, definida como o estudo da alocação de recursos escassos para a satisfação dos desejos humanos, a análise econômica tem se restringido a ferramentas e amplitudes restritas a aspectos determinados pelos modelos vigentes. No entanto, mais recentemente, um número crescente de estudiosos vêm adotando abordagens teóricas e metodologias mais abrangentes, no campo da Economia Política, como os institucionalistas, economistas sociais, pós keynesianos, permitindo um pensamento menos rígido em suas fronteiras disciplinares e rejeitando a idéia da economia como uma entidade ahistórica e desincorporada das transformações que possam ocorrer na base do comportamento dos agentes e fenômenos econômicos.

As teorias econômicas, de uma forma geral, consideram que os indivíduos agem de modo a maximizar seus resultados, ou seja em seu próprio interesse. As várias escolas de pensamento, no entanto, diferem principalmente quanto às restrições enfrentadas pelos indivíduos no caminho ou na capacidade de agir em seu interesse próprio. Os neoclássicos visualizam a renda ou a capacidade de ganhar renda como restrição principal, enquanto que os marxianos consideram os limites definidos pela posição do indivíduo no sistema de classes. Para estes, apenas os capitalistas têm a capacidade de criar renda suficiente através da propriedade do capital para favorecer seus interesses; a classe trabalhadora teria possibilidade apenas de ganhar o suficiente para o sustento, mas nunca de ultrapassar o nível de subsistência básica. Economistas que defendem o feminismo vêem limites à plena participação da mulher no sistema econômico. Os institucionalistas consideram restrições nas formas de instituições como governos, sindicatos, e nos sistemas legais e tradicionais; acreditam que as instituições são criadas não para ajudar os indivíduos a favorecerem seus interesses, mas sim para satisfazer outras metas sociais. Ao contrário, os neoclássicos consideram que as instituições favorecem a consecução dos interesses próprios, de grupos sociais particulares.

A instituição da família talvez seja a área em que estas várias linhas de pensamento mais discordem, quanto ao papel que desempenha no sistema econômico e ao impacto nas relações do sistema. Os neoclássicos, por exemplo, tendem a analisar a família como se fosse uma unidade que procura maximizar o bem-estar de seus membros e o interesse próprio individual combina com o interesse coletivo da família. As várias escolas de pensamento, de um modo global, não se dedicam a uma análise mais detalhada dos diferentes papéis e impactos que os agentes econômicos que compoem a família estão sujeitos, a partir de sua condição de gênero. Como veremos posteriormente, já desde a economia predominantemente rural ou pré-industrial, dentro da família o homem e a mulher desempenhavam papéis relevantes distintos enquanto produtores de bens e serviços à sociedade.

A nova Economia Política do Gênero, preenchendo a lacuna deixada por várias escolas de pensamento, vem absorvendo a visão de várias fontes que refletem uma gama de interesses, princípios e metodologias, a partir de abordagens diversas, dialogando com uma teoria econômica progressiva e voltada para as políticas públicas. As atuais diretrizes do âmbito de interesses da Economia Política do Gênero foram definidas em recente Congresso¹ que reuniu estudiosos da área, que proporcionou a discussão sobre as abordagens à questão de gênero nas análises econômicas, como uma forma de fornecer maior compreensão da teoria econômica e de aproximá-la das políticas públicas. Expõem os limites da análise do mercado de trabalho e do comportamento da família enquanto unidade econômica, que as análises tradicionais apresentam quando não incorporam a questão do gênero.

O gênero em si é apresentado como uma construção complexa e estes estudos enfatizam a contingência histórica do gênero e sua reformulação durante os períodos de transformação econômica. No entanto, os autores propõem uma análise em que gênero é relacionado a classe e raça para a complementação do entendimento (Mutari e Boushey, 1997).

Embora o interesse pelo estudo da questão de gênero na Economia Política tenha emergido particularmente com os movimentos feministas dos Estados Unidos nos anos sessenta, a visão da necessidade de compreensão do papel diferenciado entre os gêneros enquanto agentes econômicos produtores ou consumidores se disseminou ampla e rapidamente entre uma série de analistas que propõem a ampliação da visão das políticas públicas para a necessidade de contemplar de forma específica estas questões não previstas pela teoria da Economia Política tradicional.

Nesse sentido, mesmo a teoria tradicional marxista e a teoria neoclássica tem sido utilizadas para a argumentação de que a emergência do capitalismo e a racionalidade das relações de mercado tendem a debilitar as bases sociais e culturais

¹ Congresso sobre *Gender and Political Economy* organizado pela *Ne School for Social Research*, New York, Abril/1996.

da predominância do paratriarcalismo nas análises sobre a família e o mercado de trabalho. Os primeiros debates tinham um cunho “marxista-feminista” e se centravam sobre a utilização apropriada de certas categorias-chaves marxistas para analisar as experiências das mulheres na força de trabalho ou fora dela. Por exemplo, o debate sobre trabalho doméstico colocava a questão de se a teoria do valor de trabalho de Marx podia ser aplicada ao trabalho de reprodução das forças de trabalho em casa. O trabalho das mulheres em casa criaria valor adicionado e no caso positivo quem se apropriaria deste? De modo semelhante discutiam se o conceito de exército de reserva de Marx — no sentido de um montante de trabalhadores empregados de forma marginal que eram usados para pressionar os salários para baixo — poderia ser aplicado a mulheres casadas (Mutari e Boushey:5).

De forma explícita ou implícita, estas discussões englobavam duas questões básicas; a) o papel do trabalho pago ou não pago da mulher para a perpetuação do capitalismo, e b) a primazia relativa dos interesses de classe ou gênero na economia. Quem se beneficiaria do trabalho doméstico não remunerado: os homens enquanto esposos, ou os capitalistas que necessitavam que seus trabalhadores fossem nutridos e sustentados? Quem se beneficiaria dos baixos salários femininos e do *status* secundário das mulheres enquanto trabalhadoras? Estas questões iniciais parecem consideravelmente reducionistas, desde que traziam como base um modelo particular de relação entre gênero que vem sofrendo transformações no decorrer da história do mundo, ou seja do homem enquanto o responsável pelo sustento da família e a mulher como trabalhadora doméstica; nestas análises são ignoradas as variações históricas e culturais que podem ter ocorrido, assim como nas tradicionais análises de Economia Política clássica e neoclássica.

No entanto as influências destas primeiras discussões sobre gênero ainda se fazem sentir, desde que trouxeram para a discussão ao reconhecimento sistemático da contribuição econômica do trabalho doméstico ao regenerar a força de trabalho enquanto insumo produtivo. Por outro lado, colocou em debate a questão do

trabalho econômico doméstico não remunerado, desafiando a dicotomia da teoria tradicional entre trabalho e lazer.

As mudanças sociais, econômicas e políticas que repercutiram no modelo “patriarcal” de família, se tornaram mais intensas e visíveis na década de 80, quando se acentuaram as mudanças nos paradigmas dos processos de produção manufatureira dos países industrializados, salientou-se a expansão dos serviços e dos setores informação, observou-se a integração de mercados globalizados e a transferência do modelo de *welfare state* keynesiano para novas direções da política pública e da visão de Economia Política. O processo de reestruturação econômica, as transformações nas instituições sociais e políticas que foram postos em prática desde então, trouxe consigo a necessidade da discussão mais detalhada sobre a questão de gênero nas relações econômicas, como uma dimensão relevante das mudanças históricas que merecem a atenção diferenciada das políticas públicas.

Como salienta Jacobsen (1998), as discussões atuais no âmbito da Economia Política sobre a questão de gênero, destacam duas perspectivas diferenciadas sobre essa divisão, que foram denominadas de “maximalista” e “minimalista”. A perspectiva maximalista, também denominada de *essencialismo*, considera diferenças básicas entre os sexos. Alguns analistas que seguem esta visão acreditam que as diferenças sejam essencialmente biológicas; outros acreditam que são produto de condições sociais vigentes desde o início da vida, ou situadas nas diversas condições psíquicas observadas nos dois sexos, através dos processos psicanalíticos da criação de identidade; outros ainda consideram todos estes aspectos conjuntamente. De qualquer maneira, estes estudiosos consideram que estas diferenças estão profundamente enraizadas e resultam em abordagens diferenciadas ao mundo, criando distintas culturas: uma “cultura masculina” e uma “cultura feminina” que têm implicações políticas variadas e beneficiam de forma diversa a sociedade; a sociedade reconhece estas diferentes contribuições e recompensa de forma também diferenciada ao cumprimento do papel de cada sexo.

A perspectiva minimalista, chamada de *construtivismo*, é de que os dois sexos são fundamentalmente similares, e que a diferença nos gêneros ligada às funções sexuais, como por exemplo reprodução, não necessariamente são relacionadas a traços psicológicos ou papéis sociais. Esta visão critica a noção de que a cultura da mulher, bem como os valores e o comportamento psíquico sejam diferenciados dos do homem. As diferenças de comportamento observadas então seriam atribuídas apenas a um sistema de controle social que prescreve comportamentos específicos para o homem e para a mulher.

É necessário esclarecer que nas análises econômicas sobre a questão de gênero na atualidade, as diferenças entre homens e mulheres não se restringem às questões biológicas relacionadas ao sexo do indivíduo (homem ou mulher), mas sim constituem em uma série de atributos psicológicos, sociais e/ou culturais (gênero feminino ou masculino). A análise ocupacional sócio-econômica, dessa forma, transcende a simples observação de dados estatísticos sobre a alocação dos trabalhadores em determinadas categorias de trabalho segundo o sexo, desde que na atualidade, o gênero é considerado uma categoria analítica relacional, referindo-se à organização social das relações entre os sexos (Bruschini, 1995:83).

Bruschini chama a atenção para o fato de que nas sociedades ocidentais, das quais a brasileira é um exemplo, estas relações ainda são predominantemente assimétricas e hierárquicas, e são desiguais as posições ocupadas pelos indivíduos dos dois sexos seja na esfera da produção ou das relações familiares. As oportunidades de trabalho oferecidas para cada sexo, decorrem em grande parte da consideração sobre o papel da mulher na sociedade no âmbito familiar e doméstico, e sua capacidade de conjugar o trabalho profissional com o doméstico, bem como da qualificação ou capacitação (que recebe uma conotação diferenciada de escolaridade) para exercer ocupações de maior responsabilidade.

2.2. A divisão do trabalho entre os gêneros

Existem alguns indícios históricos de que a contribuição ao valor adicionado da economia desde o século XVIII não era apenas efetuada por trabalhadores do sexo masculino. A participação da mulher na força de trabalho, ou seja, a contribuição da mulher ao produto gerado da economia já se fazia presente na economia rural dos séculos XVIII e XIX (Coleman, 1997). A economia colonial daquele período era desenvolvida em uma série de comunidades que mantinham recursos de produção comuns, o que permitia às fazendas de uma determinada área geográfica de investirem de algumas ferramentas essenciais de trabalho que eram compartilhadas. Tanto produtos acabados quando o trabalho de indivíduos eram comercializados dentro das comunidades, e os mercados de escambo paralelamente à economia de subsistência abasteciam as necessidades da comunidade agrária.

Um modelo econômico que descreve as funções da família no sistema econômico, permite visualizar a produção doméstica como proporcionando um aumento na utilidade dos membros da família através de várias formas que permitem uma contribuição à geração de renda e riqueza da sociedade pela economia de tempo ou dinheiro e ainda pela geração e distribuição de produto. Primeiramente, a economia de tempo é avaliada pela utilização deste tempo na produção doméstica paga e a renda ganha com essa economia pode ser utilizada para a compra de bens intermediários (como sabão, por exemplo) que são gastos no trabalho doméstico não remunerado que produz bens ou serviços finais (como limpeza de roupas da família) ou para a compra de produtos no mercado (vestuário). No cômputo global do valor adicionado da economia, esta economia de tempo e dinheiro doméstico tem uma contribuição significativa. Além disso, o excedente de produção vendido no mercado, além de contribuir para o consumo que satisfaz necessidades de outras famílias, acrescenta um valor não utilizado apenas nas despesas familiares, mas também contribui, muitas vezes para a poupança global da sociedade.

O trabalho conjunto da unidade familiar, por outro lado, pode contribuir para a economia de tempo ou dinheiro, de forma mais ampliada do que o trabalho individual, aumentando a produção *per capita* familiar. Jacobsen (1998) determina algumas fontes de diminuição de custos potenciais do trabalho familiar, que acrescentam a produção da economia como um todo: a) compra de insumos intermediários em quantidades maiores tendo maior poder de barganha e dessa forma conseguir realizar maior poupança por unidade; b) custos médios inferiores de capital fixo (instalações, bens domésticos duráveis), pela maior utilização do capital, ou seja, aumento de sua capacidade de utilização; c) economias de escala no processo produtivo (como cozinhar para um número maior de pessoas); d) maior geração de produto a partir da divisão de trabalho ou especialização na família; e) processos de produção complementares. Observe-se que em todas estas fontes internas à família de diminuição de custos ou geração de renda adicionais, os papéis específicos do homem e da mulher são claramente definidos, porém se transformam com a evolução dos valores da sociedade e com o desenvolvimento da tecnologia e dos paradigmas de produção das economias, que se transformam historicamente.

No entanto, não é apenas no trabalho doméstico que os diferentes papéis econômicos, atribuídos aos gêneros pela sociedade, representam contribuições semelhantes ou diferenciadas à geração de produto. Coleman (1997:42) relata que suas pesquisas mostram que no período, anteriormente ao desenvolvimento da manufatura, o trabalho produtivo da mulher na agricultura era quase a metade do trabalho e da produção necessária das áreas rurais, embora houvesse uma nítida fronteira entre o que seria a divisão do trabalho entre os gêneros. Os homens eram encarregados da agricultura e da produção de ferramentas e outros bens manufaturados. As mulheres eram encarregadas da produção de produtos acabados usados pela família e pela comunidade, tais como fios e tecidos, roupas, comidas em conservas, bens cozidos, cobertores e acolchoados. Dessa forma, as mulheres transformavam produtos crus em comestíveis como manteiga e queijo, preservavam a carne através de processos de defumação e de salga, e preservavam frutas e vegetais através de conservas. Também criavam animais como aves comestíveis,

porcos e vacas. Às mulheres cabia ainda o fornecimento de serviços como de ensino, cuidados médicos e cuidado dos dependentes.

A produção doméstica durante os séculos XVIII e XIX deve ser visualizada de forma totalmente diferente da atual, nas economias capitalistas. A mulher não produzia simplesmente para o consumo na residência, mas sim o excedente da produção de produtos domésticos era programado para distribuição tanto na residência quanto para a comunidade. Com exceção de alguns produtos que utilizavam os trabalhos dos dois gêneros, como por exemplo sapatos, os bens que as mulheres produziam eram a base dos mercados de escambo que supriam as necessidades diárias da comunidade. Os bens acabados produzidos por homens, como visto, eram mais utilizados como insumos para a construção de imóveis e para a agricultura, como ferramentas e produtos de vidro, madeira, metais. A principal área de contribuição masculina na produção doméstica era no amaciamento da fibra de linho que era transformado em fio pelas mulheres; existem documentos que mostram que a ocupação de torção do fio, em algumas regiões era também um trabalho executado pelo homem, porém não predominantemente. Em suma, a mulher utilizava ferramentas da comunidade como rocas de fiar ou salas de defumação para produzir bens, eram proprietárias dos produtos que produziam e eram encarregadas da distribuição daqueles produtos pela comunidade.

Quando os meios de produção domésticos e da comunidade rural começaram a ser controlados por mercadores e especuladores, a produção doméstica passou por uma revolução profunda. Tanto a produção artesanal masculina quanto a doméstica feminina, tornou-se trabalho assalariado, seja dentro de casa ou na fábrica, e os que produziam as mercadorias não mais controlavam a distribuição do excedente de sua produção. O trabalho doméstico feminino assalariado passou a ser considerado “trabalho para fora” e em uma etapa posterior, o trabalho deslocou-se do interior da residência para a fábrica para produção mecanizada. A partir disto, os mercados de escambo foram abarrotados pela abundância de bens mais baratos produzidos por nova tecnologia. As comunidades se envolveram cada vez mais em trabalho

assalariado á medida que a necessidade de moeda , ou qualquer outro meio universal de troca se tornou necessário.

Este período de transição na história da Economia apenas recentemente tem sido estudado com maior detalhe. As quantidades e a disponibilidade de trabalho têm mudado nas economias, de acordo com as definições que refletem os relacionamentos de poder e as necessidades econômicas dentro da comunidade. A situação do indivíduo diante das diferentes hierarquias de poder da comunidade determina a que tipo de trabalho a pessoas irá se engajar. Dois tipos de fatores econômicos estavam subjacentes nas mudanças da divisão social do trabalho, que ditaram a entrada da mulher na força de trabalho assalariada: um aumento da necessidade de moeda, em economias que sofriam de escassez crônica de produtos e uma dívida rural crescente associada com a escassez de terras agriculturáveis à medida da expansão agrícola.

Com o desenvolvimento da industrialização na Segunda metade do século XIX e as mudanças nas condições econômicas resultantes, foram criados novos papéis nas economias, tanto para homens quanto para mulheres. Os homens tinham mais oportunidades de se engajarem em uma série maior de ocupações como na navegação, construção de estradas e canais, serviço militar. No início do período de escassez de moeda e de terras e com a partida de homens para trabalhos em outras regiões, as mulheres antes dedicadas ao casamento e ao trabalho doméstico, viram-se na contingência de seu próprio sustento e de enfrentar um futuro que não definido pelos padrões sociais anteriores e passaram a se locomover para as áreas urbanas e para as fábricas, o que acabou repercutindo tanto nas taxas de casamentos, quanto de natalidade.

Alguns levantamentos de dados sobre a participação das mulheres norte-americanas de várias regiões do país em atividades assalariadas nas áreas urbanas na década de 30 do século XIX, revelam a composição do trabalho feminino neste período de transição (Coleman, 1997). Estes dados revelam que em algumas regiões mais

desenvolvidas, cerca de 42% da mão-de-obra feminina adulta assalariada estava alocada em trabalhos não-agrícolas na cidade, o que é uma percentual muito significativo, tendo em vista o papel ainda muito significativo do trabalho doméstico da mulher nas comunidades rurais. Em Massachusetts e Boston, por exemplo, a distribuição entre ocupações mostrava que do total de mulheres ocupadas na cidade, 49% se trabalhava na manufatura (grande parte em moinhos), 31% em serviços domésticos, 15% como costureira, quase 5% como prostitutas e 0,5% como professoras. No entanto o inquérito conclui que uma parte do trabalho remunerado da mulher na manufatura era realizado em casa, em conciliação com afazeres domésticos, particularmente pelas mulheres casadas, enquanto que as solteiras se dedicavam inteiramente ao trabalho na fábrica.

2.3. Determinantes do crescimento da participação no mercado de trabalho segundo o gênero

De uma maneira geral, a teoria econômica tenta explicar as mudanças na oferta individual de trabalho observando as mudanças nos salários e na renda dos indivíduos. No entanto, é possível verificar-se muito claramente a influência de outros fatores influentes. A literatura econômica apresenta algumas análises que tentam explicar o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho e a queda da representatividade masculina, particularmente pesquisando o período entre 1950-80 (Jacobsen, 1998). Resumidamente, os fatores determinantes são divididos em fatores de demanda e de oferta de trabalho.

Com relação ao aumento da participação feminina, entre os fatores de demanda por trabalho, salientam-se três aspectos principais:

- a) o aumento geral da demanda por trabalho do período. Embora sujeita às flutuações dos ciclos econômicos, observou-se que no século XX, esta demanda foi crescente até os anos 80, desde que a demanda por bens e serviços (interna e

internacional) aumentou, apesar da inovação tecnológica do período, que contribuiu para o aumento da produtividade por trabalhador;

- b) o aumento setorial na demanda por trabalho, resultante da evolução das economias que levam à necessidade de diferentes formas de trabalho, que refletem o *mix* de bens e serviços. Novas especializações e novos tipos de ocupações definem a elevação de uma demanda adicional em setores específicos;
- c) a elevação na escolaridade feminina, que transformou grande parte de trabalho não qualificado em qualificado, possibilitando maior absorção de mulheres aos processos industriais mais complexos.

Os fatores de demanda influenciam as decisões individuais das mulheres de oferecer seu potencial de trabalho no mercado, tendo em vista o aumento do valor dos salários pagos. No que se refere aos fatores que influenciam via oferta de trabalho feminino, são considerados alguns determinantes que resultam em mudanças na curva de oferta:

- a) mudança tecnológica que apresenta dois aspectos. Por um lado a maior disponibilidade de substitutos de produtos não mercantilizados ou domésticos, por produtos de mercado a preços baixos, o que aumenta a curva de preferências do consumidor induzindo à procura de maiores ganhos para consumo. Por outro lado, a mudança a maior eficiência na produção não mercantilizada doméstica e à disponibilidade de maior tempo a ser dedicado ao trabalho no mercado;
- b) mudanças na composição da família, que podem afetar a decisão de oferecer trabalho no mercado, particularmente as tendências no número de casamentos e idade de casamento, divórcios, tamanho da família;
- c) queda dos salários reais médios familiares, que estimula à ida da mulher ao mercado de trabalho.

Para a explicação da queda da representatividade masculina na força de trabalho os fatores de demanda são resumidos em:

- a) declínio setorial da demanda por trabalho em setores em que os empregados são predominantemente do sexo masculino, particularmente no setor manufatureiro;
- b) crescente substituição do trabalho masculino por feminino (quando são substitutos), visando a diminuição de custos e de relaxamento do padrão de exigência dos trabalhadores.

Do lado a oferta de trabalhadores, os determinantes principais da queda são explicados como:

- a) elevação dos salários reais, que tem o efeito de prolongar o tempo útil potencial da renda e de antecipar a aposentadoria;
- b) aumento em outras formas de renda, que não do trabalho (renda futura de programas de pensões, seguros ou outras formas de renda potencial, como poupança).

As análises salientam a possível existência de duas ordens de relações entre o aumento da participação feminina e o decréscimo da masculina na força de trabalho. Primeiramente, o aumento na representatividade feminina pode ter levado à queda na masculina, ou vice-versa. Outra relação é de que a elevação da participação feminina possibilitou que os ganhos femininos fossem gastos no aumento da escolaridade dos jovens do sexo masculino da família, diminuindo a oferta destes trabalhadores.

Clarence Long (1958) em um estudo sobre a participação feminina na força de trabalho para economias desenvolvidas, relaciona uma série de fatores que são válidos para explicar algumas tendências mais recentes, como: mudanças na

mentalidade das sociedades, transformações nas diferenças nas classes sociais, mudanças nas condições de trabalho e na intensidade do esforço de trabalho requerida (com a mudança tecnológica), aumentos nos benefícios extra-salários (*fringe benefits*), mudanças no movimento sindical, aumento da dependência da vida social em relação ao trabalho, mudanças na distribuição de renda, nos encargos das dívidas, na riqueza, nos ativos líquidos e nas atividades de lazer.

2.4. Reestruturação econômica e gênero

Desde o final do século XIX, o desenvolvimento econômico baseado no paradigma do Fordismo se disseminou nos países mais avançados e em desenvolvimento. O Fordismo, pode ser definido tipicamente como baseado em um regime econômico de produção em massa para consumo em massa, e por um regime político de modo de regulação — de acordo com a escola de regulação de Aglieta (1979) — fundamentado no *welfare state* keynesiano. A estabilidade do regime fordista de produção se relacionou às políticas keynesianas do período posterior à Segunda guerra Mundial, em que o crescimento da produtividade do trabalho e do emprego estiveram associados, permitindo um aumento do consumo com preços relativamente estabilizados nos países mais avançados. A chave para este processo foi inicialmente a existência de um mercado interno para bens manufaturados e posteriormente a possibilidade de exportação do excedente de bens ou da multinacionalização da produção em busca de menores gastos de produção e da sustentação das taxas de lucro médias das empresas.

Nos finais dos anos sessenta e início dos setenta, as economias mundiais mais avançadas entraram em um período de reestruturação gerado por crises que exigiam mudanças estruturais importantes na organização do trabalho e na estrutura dos mercados de trabalho e que resultaram em uma mudança de paradigma dos processos produtivos e organizacionais (Kon, 1997). Alguns teóricos que defendem a teoria da regulação visualizam as origens da crise no próprio processo de

acumulação em si que se esgotava, enquanto que teóricos que abordavam uma análise das falhas da estrutura social de acumulação davam uma abordagem mais eclética na busca das fontes da crise enfatizando que a crise se originara de um conflito de classes que gerou uma compressão nos lucros. No entanto todos concordam que o processo de globalização econômica que se intensificou no período, foi central para o processo de reestruturação econômica atual, embora discordam se esta mundialização é a causa ou a solução para a insegurança econômica.

Na atualidade, tanto em economias mais avançadas, como em desenvolvimento, observa-se um movimento crescente em intensidade e em velocidade da reestruturação produtiva, como resultado de alguns fenômenos característicos da modernidade. Primeiramente, o crescimento significativo das velocidades das transformações tecnológicas, tem levado as empresas a constantes reformulações em seus processos produtivos e sistemas organizacionais, na busca de competitividade. Em segundo lugar, estas reformulações se verificam também tendo em vista a situação conjuntural internacional desde a década de oitenta, que tem levado à necessidade da contenção de gastos, tanto por empresas privadas quanto pela área governamental. Finalmente, o processo de globalização econômica experimentado mundialmente, teve fortes impactos nas vantagens comparativas de cada país, na crescente transnacionalização de empresas, em fusões e aquisições, que resultaram em processos produtivos internacionalizados, onde etapas diferenciadas do processo se realizam em diferentes países. Estas condições levaram a um movimento de reestruturação produtiva intenso das economias. Estas mudanças requeridas por este novo contexto sócio-econômico são extremamente rápidas, abrangentes e profundas, requerendo pesados investimentos em novos equipamentos organizacionais e mudanças no perfil da força de trabalho.

Neste processo, a terceirização e a ampliação de serviços complementares à atividade econômica e ao consumo populacional, levou a maior parte dos países a uma terciarização também acelerada, porém de natureza diferenciada da que vinha

ocorrendo até os anos oitenta. A evolução das atividades terciárias se verificou em países de níveis diversos de desenvolvimento, tanto nas economias mais avançadas — em que o grau de integração produtiva é amplo e a industrialização já se apresenta estruturada e "amadurecida" — quanto nas economias economicamente menos integradas e em fases mais incipientes de industrialização.

Discute-se que o papel indutor do desenvolvimento representado pelas atividades industriais — para as quais se dirigem inicialmente o capital e a mão-de-obra excedentes oriundos do meio rural — é um fenômeno comprovado nos países desenvolvidos, nos períodos iniciais do desenvolvimento econômico, porém não é completamente aceito para as economias menos avançadas; nestes espaços, o emigrante rural se dirige inicialmente para atividades terciárias urbanas, que exigem menor qualificação, uma vez que não está preparado para assumir postos de trabalho que exijam requisitos superiores de capacitação. Além disso, foi observado que existe um limite para a ampliação dos investimentos nas atividades secundárias e conseqüente absorção de mão-de-obra, face a fatores como limites do mercado interno e externo, rigidez de coeficientes técnicos nas funções de produção, bem como em razão de conjunturas econômicas desfavoráveis a investimentos, como tem sido o caso brasileiro desde a década de oitenta, embora a partir do segundo quinquênio dos anos noventa se tenha observado uma lenta retomada dos investimentos produtivos. Assim, as atividades terciárias em um primeiro momento se desenvolvem atendendo a funções intermediárias complementares ao processo de industrialização e modernização agrícola, porém em épocas posteriores do desenvolvimento se ampliam em decorrência de ali se alocarem o capital e a mão-de-obra que não encontram oportunidades nos outros setores. Neste caso, muitas vezes tais atividades criam seu próprio mercado, e a força de trabalho sua própria ocupação no contexto global do mercado, concorrendo para isto a diversidade da natureza dos serviços oferecidos, que se situam em uma gama que se estende do processo de produção mais moderno e capital intensivo, ao processo mais tradicional, cujo único fator de produção empregado é o trabalho de baixa qualificação.

Quando se analisa especificamente as questões relacionadas ao trabalho, as hipóteses básicas que fundamentam este processo de desenvolvimento econômico dos últimos anos, são de que a aceleração do progresso tecnológico e de globalização econômica, que obrigou a uma reestruturação tecnológica e organizacional das empresas na maior parte dos países, teve repercussões consideráveis sobre a natureza dos processos produtivos, sobre a composição interna dos setores e sobre a evolução e natureza do produto. Esta dinâmica teve impactos transformadores sobre as condições e a natureza do trabalho, em todos os setores econômicos. A modernização econômica, com a introdução de novas técnicas, ao mesmo tempo que cria novas funções e ocupações, elimina uma série de ocupações e postos de trabalhos. Transformam-se também os requisitos essenciais da força de trabalho para assumir novas técnicas em um mesmo setor de atividades ou novas ocupações em setores diferenciados. A necessidade de especialização do trabalhador em tarefas repetitivas, vem sendo substituída pela necessidade de adequação a constantes mudanças tecnológicas e à possibilidade de atender a funções diferenciadas nos processos produtivos e distributivos das economias, na atualidade caracterizados pela flexibilidade na operacionalização como forma de redução de custos.

As transformações estruturais ocorrentes internamente aos setores de atividades das economias, que por um lado se revestem de um caráter novo e inovador, por outro lado desempenham um papel desequilibrador em relação à criação de um volume de postos de trabalhos necessários para o crescimento da força de trabalho. Particularmente com relação ao perfil ocupacional do trabalhador têm sido observadas nos anos noventa algumas transformações consideráveis, particularmente no que se refere às questões da participação segundo o gênero, que merecem ser examinadas com maior detalhe.

No período de reestruturação produtiva intensificado nos anos 80, a teoria keynesiana baseada na demanda como inspiração das políticas públicas e das sugestões dos economistas para a resolução dos problemas de desenvolvimento,

cedeu paulatinamente lugar a uma retomada da valorização papel do mercado como categoria central do discurso econômico. A palavra-chave dessa linha de análise é *flexibilidade*, ligada ao conceito de competitividade em um período de elevada competição internacional. A característica da era fordista de produção e consumo em massa, cedeu lugar ao período de “acumulação flexível”. Flexibilidade pode ser aplicada tanto a relações de trabalho, quanto á especialização flexível determinada pela diferenciação do produto.

A flexibilização do mercado de trabalho tem sido apontada como uma dimensão crucial do processo, como meio de permitir que as empresas se adaptassem às mudanças nas condições de mercado. As políticas públicas também forma redirecionadas, tanto em países desenvolvidos quanto nos menos avançados, para eliminar pontos de rigidez que poderiam bloquear as operações dos mercados de produtos e de trabalho. Como salienta Rosenberg (1991), o caminho para a flexibilidade toma três formas básicas:

- a) flexibilidade salarial, que reafirma o papel central das forças de oferta e demanda nos mercados externos de trabalho, sinalizando para o retorno das noções clássicas de equilíbrio do livre mercado; é buscada através da desregulação do mercado de trabalho, diminuindo implícita ou explicitamente os padrões do salário mínimo e permitindo a negociação entre as partes envolvidas;
- b) flexibilidade de emprego ou numérica, que tem a mesma conotação da anterior e diz respeito às formas de contratação diferenciadas, como em tempo parcial, temporária, subcontratação, trabalho a domicílio e outras que funcionam como meio de aumentar as taxas de emprego;
- c) flexibilidade funcional que funciona nos mercados internos de trabalho (dentro das empresas), e que reduz o poder tradicional dos trabalhadores dos setores principais, sindicalizados, através da flexibilização das características e dos requisitos para a escolha dos candidatos aos postos de trabalhos, o que vem

acompanhado frequentemente da redução da política de carreiras e da mobilidade interna do trabalhador em direção à ascensão dentro das empresas.

A questão de gênero acrescenta uma nova perspectiva a esta análise da flexibilidade, pois cada uma dessas formas de flexibilidade recebe forte influência do gênero do trabalhador. A flexibilidade salarial afeta o salário familiar do trabalhador masculino, pois cada vez mais os trabalhos são pagos em consonância aos salários femininos (quando possível a substituição da função por trabalhadora feminina), que são inferiores. A flexibilidade no emprego é obtida frequentemente através do uso de trabalhadores em tempo parcial ou temporários, a que particularmente se adaptam um grande número de mulheres. A flexibilidade interna, por sua vez, transforma as condições de trabalho nas indústrias em que predomina o trabalho masculino, para substituição por um emprego semelhante “secundário” (com poucas perspectivas de promoção e condições vagas de definição do posto de trabalho) exercido por uma mulher.

As diferenças no valor do salário entre gêneros, em uma grande parte de ocupações, não tem uma causa biológica relacionada às diferenças nas habilidades ou na força física entre os gêneros, mas tem um caráter social ainda hoje vigente na maior parte das sociedades, relacionado à atribuição das tarefas de sustento da família atribuída ao homem e de cuidados domésticos e reprodução da força de trabalho atribuídos à mulher que, como salientado anteriormente correspondia ao modelo do século XIX.

Grande parte desta flexibilização no mercado de trabalho foi conseguida devido à falta de equidade no pagamento do trabalho entre os gêneros e a falta de equidade é defendida por muitos analistas, como uma forma de possibilitar às forças de mercado de se adaptarem e responderem às condições de mudança econômica. Assim, salários mais altos são utilizados para diminuir a escassez de oferta de trabalhadores em determinada ocupação ou posto de trabalho e salários mais baixos são utilizados quando há excesso de oferta de trabalhadores; valores comparáveis ou equitativos não permitiriam esta flexibilidade. A defesa destes mecanismos de

mercado está entre as suposições explícitas da teoria do valor da economia neoclássica. Nesse caso, a regulação governamental dos salários, a equidade nos valores pagos para os gêneros e outras formas de regulação introduzem uma rigidez e barreiras à competitividade (Mutari e Figart, 1997:122).

Enquanto a maior parte da expansão econômica do período de reestruturação produtiva nos anos 80 nos países mais avançados da Europa, Japão e norte-americanos, se baseou nos setores industriais em que tradicionalmente predominavam ocupações masculinas e trabalhos sindicalizados, a reestruturação econômica colocou os setores em que prevalecem o trabalho feminino, como relevantes nas economias ditas pós-industriais. Uma nova visão foi introduzida de “feminização global através do trabalho flexível” (Standing, 1989) em que foi apresentada uma análise das tendências unificadas tanto de países mais avançados como em desenvolvimento, em que a feminização era parte de uma estratégia direta do empregador, para diminuir salários e aumentar o controle sobre mercados de trabalho internos (às empresas) e externos. Esta estratégia de feminização se apoiava na situação de marginalização da mulher no mercado de trabalho, bem como nas suposições da “docilidade” e “domesticidade” da mulher, o que facilitaria as relações de trabalho². Do ponto de vista empírico, a feminização se refere à crescente participação da mulher na força de trabalho, que resulta numa parcela também crescente de trabalhos feminino em empregos na indústria manufatureira, contraposto pela diminuição da participação masculina.

A feminização definida por Standing resulta de mudanças estruturais na natureza do emprego, bem como nas participações dos gêneros. Este processo engloba três aspectos principais: a) substituição direta de homens por mulheres em postos de trabalho; b) a expansão de setores tradicionalmente intensivos em trabalho feminino; c) expansão de formas de emprego associados a mulheres tais como em

² Os críticos desta teoria argumentam que estas formulações simplificam a diversidade das experiências femininas em contextos nacionais e regionais específicos, e pressupõem uma trajetória uniforme para as transformações produtivas contemporâneas, embora concordem que a feminização representa um elemento importante da dimensão da reestruturação atual.

tempo parcial, temporários e informais. O autor salienta que a desregulação e as estratégias flexíveis de emprego, fomentaram os tipos de trabalho, de relações de trabalho, de renda e de insegurança associados geralmente ao trabalho feminino.

Os processos recentes de feminização das ocupações industriais particularmente em países mais avançados, têm se desenvolvido paralelamente ao processo de desindustrialização. Teóricos feministas argumentam que estas mudanças nas relações entre gêneros não devem ser observadas como um resultado passivo da mudança econômica, mas sim como produto da ação e luta das mulheres para a obtenção destas mudanças.

Observa-se no mundo, a tendência constante ao aumento das taxas de representatividade da mulher no mercado de trabalho. No entanto, diferentemente do que acontece em países mais avançados, nos países em desenvolvimento este aumento se deve apenas em parte às mudanças culturais, demográficas e econômicas voltadas à modernização social e ao desenvolvimento econômico, porém observa-se também que mesmo em períodos de crises sócio-econômicas conjunturais a participação da mulher no mercado de trabalho tem aumentado como consequência da necessidade de complementação (ou como única fonte) da remuneração familiar. De qualquer forma, as condições diferenciadas por gênero com relação a responsabilidades familiares e profissionais, horários de trabalhos rígidos, exigências mais estritas de qualificação em relação ao homem, entre outras, tornam patente que o trabalho da mulher não depende apenas da demanda do mercado, mas também de uma série de outros fatores a serem articulados (Bruschini, 1995). Estes fatores conduzem freqüentemente à alocação de trabalhadoras em atividades informalizadas, que permitam mais facilmente esta articulação, porém que se revestem de um caráter instável e de menor remuneração. O trabalho a domicílio é uma solução freqüentemente encontrada pela mulher na sociedade contemporânea (Abreu e Sorj, 1993; Bruschni e Ridenti, 1993; Ruas, 1993). No entanto, ao contrário do trabalho domiciliar resultante da terceirização de uma série de serviços modernos mais sofisticados anteriormente alocados nas empresas, o trabalho

domiciliar feminino, na maior parte dos casos tem se revestido de um caráter artesanal, baixa qualificação e baixa remuneração.

2.5. A segregação por gênero nos postos de trabalho

O conceito de segregação por gênero, aqui relacionado à concentração de trabalhadores em determinados setores ou ocupações, não deve ser confundido com a conotação de discriminação, embora observe-se que parte dos efeitos de segregação tem como causa a discriminação em relação às funções que devem ser desempenhadas pelos sexos, originada por valores sociais.

Tem sido observado em alguns setores, um fenômeno de segregação por gênero, que tem raízes profundas na divisão de trabalho segundo o gênero, tanto historicamente nas sociedades mais antigas, quanto nas modernas. Esta segregação ocorre entre firmas e também internamente às mesmas, mas também entre setores e ocupações. À medida que a mulher tem aumentado sua participação na força de trabalho, esta ampliação tem se verificado tanto em ocupações tradicionalmente femininas, como também nas tradicionalmente masculinas, seja em ocupações da produção direta de bens e serviços, nas administrativas ou nas gerenciais.

Jacobsen (1998) analisa padrões de segregação por sexo em uma série de sociedades de economias industrializadas ou pré-industriais, em vários períodos históricos. As sociedades industrializadas estudadas incluem países da Europa Ocidental, Japão, Israel, Rússia e Estados Unidos. Nestas embora tenha encontrado alguma variabilidade nos padrões etários e na extensão da participação feminina na força de trabalho no mercado, existe uma similaridade substancial entre as culturas no que se refere ao alto nível de segregação, no sentido de que as mesmas ocupações tendem a ser dominadas por homens ou por mulheres nestes países. Nos países menos desenvolvidos, no entanto, este padrão comum nem sempre é observado, e mais do que isso, é notável que poucas atividades são integradas em uma mesma cultura e

como as atividades variam em relação à operacionalização por um ou outro sexo, dependendo da cultura.

Uma visão de que as raízes históricas da segregação são anteriores às economias industriais é fornecida por Jacobsen que sintetiza em uma tabela, abaixo reproduzida, os dados de 863 destas sociedades tradicionais pré-industriais, em uma agregação de 11 grupos de atividades, no sentido de verificar estas diferenças (Tabela 1).

Tabela 1

Distribuição Percentual das Sociedades da Segregação por Grupos de Atividade (%)

Atividade	Maioria ou apenas homens	Homens e mulheres	Maioria ou apenas mulheres	Nº de sociedades
Caça	100	0	0	738
Metalurgia	100	0	0	360
Construção naval	96	3	1	215
Pesca	79	15	6	562
Construção civil	75	10	15	457
Pecuária	64	22	14	412
Trabalho em couro	46	5	49	280
Tecelagem	30	12	58	265
Cerâmica	9	5	86	328
Colheita	8	14	78	396
Agricultura	32	32	36	639

Fonte: Extraído de Jacobsen (1998: 217).

O autor observa que apenas a metalurgia e a caça são atividades exclusivamente masculinas nestas sociedades, não existem atividades exclusivamente femininas e poucas sociedades atribuem igualmente as atividades para ambos os sexos. Além do mais dentro dos grupos de atividade também foi possível constatar segregação

segundo o gênero, para determinadas ocupações. Nesse sentido a Tabela 2 retrata com maior detalhe esta situação, a partir de uma pesquisa em 224 sociedades não industriais. As atividades foram classificadas, em cada sociedade, de modo a demonstrar se são desempenhadas predominantemente por um sexo ou outro. A primeira coluna (M) mostra o número de grupos de uma sociedade, em que uma atividade é desempenhada exclusivamente pelo sexo masculino. A segunda coluna (M-) apresenta o número de grupos em que as mulheres se engajam na ocupação de modo não freqüente ou com subordinação. A terceira coluna (=) mostra os grupos em que a atividade é executada indiferentemente por homens ou mulheres, ou de forma cooperativa pelos dois. A quarta coluna (F-) mostra as atividades em que as mulheres predominam e a quinta coluna (F) os grupos em que o sexo feminino é o exclusivo a desempenhar a atividade. A sexta coluna (%) apresenta um índice médio ponderado do envolvimento masculino na ocupação em que as cinco colunas anteriores recebem o peso respectivo de 100, 75, 50, 25 e 0. É observado que mesmo certas atividades que são predominantemente femininas, em outras são desempenhadas apenas por homens (como carregadoras de água).

Jacobsen observa que o tipo de sociedade — voltada à caça ou coleta, à agricultura simples, pastoral ou agrária — não parece ter influência sobre este padrão de relativa falta de atividades integradas. Nestas sociedades antigas tribais, a segregação extrema era muito mais prevalente do que a integração, e os gêneros se congregavam em “ guetos” em suas rotinas diárias, resultando em que era mais comum a segregação por um gênero do que a predominância do gênero na atividade.

Nas economias industrializadas, as ocupações diretamente ligadas a trabalhos braçais, tem mostrado tradicionalmente uma maior representatividade de ocupações exercidas por homens, nas áreas de linha de produção, de carpintaria, eletricidade, transportes, coleta de lixo, construção, entre outras. São áreas em que as mulheres obtêm os menores ganhos, quando são participantes (Becker, 1993). As ocupações em que a participação das mulheres é mais intensa são as de escritório ou burocráticas e de outros serviços. Nestas, o processo de feminização tem aumentado

de intensidade desde os anos 80 nos países mais avançados e nos menos desenvolvidos, e os homens se dirigem menos a estes postos. Também caracteristicamente femininas são ocupações ligadas a trabalhos de serviço doméstico em domicílios ou em empresas (hotéis, restaurantes), onde os homens são caracteristicamente minoria e em grande parte imigrantes recentes (de outras regiões do país ou de outros países). Entre os profissionais liberais, a tendência ao crescimento do trabalho feminino é considerável, particularmente de jovens. No entanto, no que diz respeito aos gerentes e administradores, ou seja, a denominada “classe dirigente”, a participação feminina embora crescente, ainda não é significativa, especialmente em cargos de direção mais elevados.

Algumas teorias foram desenvolvidas no decorrer da evolução da Economia Política do Gênero para explicar porque a segregação por gênero, nas atividades de trabalho, se formou e persiste em sociedades mais desenvolvidas. Procuram explicar que em determinadas condições a segregação poderá levar a sociedade a uma maior eficiência alocativa, definida pela distribuição de homens e mulheres na força de trabalho de modo a maximizar a produção final de bens e serviços da sociedade e o resultado total na melhora do bem-estar da sociedade. Alguns determinantes mais relevantes podem ser resumidos:

Tabela 2

Número e Percentagem de Sociedades em que uma Atividade Particular é mais ou menos Predominantemente Desempenhada por um Gênero

Atividade	M	M-	=	F-	F	%
Metalurgia	78	0	0	0	0	100
Material bélico	121	1	0	0	0	99,8
Pesca de mamíferos marinhos	34	1	0	0	0	99,8
Caça	166	13	0	0	0	99,3
Manufatura de instrumentos musicais	45	2	0	0	0	98,2
Construção naval	91	4	4	0	1	96,0
Mineração e trabalho em pedreiras	35	1	1	0	1	95,4
Trabalhos em madeira	113	9	5	1	1	95,0
Trabalho em pedra	68	3	2	0	2	95,0
Caça de pequenos animais	128	13	4	1	2	94,9
Trabalhos em ossos, chifres ou conchas	67	4	3	0	3	93,0
Trabalhos em madeiras	104	4	3	1	6	92,2
Pesca	98	34	19	3	4	85,6
Manufatura de objetos cerimoniais	37	1	13	0	1	85,2
Pastoreio	38	8	4	0	5	83,6
Construção de casas	86	32	25	3	14	77,0
Limpeza da terra para agricultura	73	22	17	5	13	76,3
Rendeiros	44	6	4	2	11	74,1
Comércio	51	28	20	8	7	73,7
Laticínios	17	4	3	1	13	57,8
Manufatura de ornamentos	24	3	40	6	18	52,5
Agricultura-preparação do solo e plantio	31	23	33	20	37	48,4
Manufatura de produtos de couro	29	3	9	3	32	48,0
Tatuagem	16	14	44	22	20	46,4
Erguimento e demolição de abrigos	14	2	5	6	22	39,8
Preparo de esconderijos	31	2	4	4	49	39,4
Cuidado de aves e pequenos animais	21	4	8	1	39	38,7
Agricultura-cuidado da plantação/colheita	10	15	35	39	44	33,9
Coleta de mariscos	9	4	8	7	25	33,5
Manufatura de materiais não têxteis	14	0	9	2	32	33,3
Preparação e cuidado do fogo	18	6	25	22	62	30,5
Carregamento de volumes	12	6	33	20	57	29,9
Preparação de bebidas	20	1	13	8	57	29,9
Manufatura de linhas e cordões	23	2	11	30	73	27,3
Confecção de cestas	25	3	10	6	82	24,4
Confecção de esteiras	16	2	6	4	61	24,2
Tecelagem	19	2	2	6	67	23,9
Coleta de frutas, amoras e nozes	12	3	15	13	63	23,6
Coleta de combustível	22	1	10	19	89	23,0
Confecção de cerâmica	13	2	6	8	77	18,4
Preservação da carne e peixe	8	2	10	14	74	16,7
Manufatura e reparo de roupas	12	3	8	9	95	15,8
Coleta de ervas, raízes e sementes	8	1	11	7	74	15,8
Cozinha	5	1	9	28	158	8,6
Carregamento de água	7	0	5	7	10	8,2
Moagem de grãos	2	4	5	13	114	7,8

Fonte: George P. Murdock, extraído de Jacobsen (1998:218).

- a) diferenças entre os gêneros com relação aos gostos pelas atividades de trabalho, que são influenciados por valores sociais e dessa forma apresentam diferenciações entre as sociedades em um período e em uma mesma sociedade com a evolução do tempo;
- b) diferenças entre gêneros nas capacidades para o trabalho, que conduzem exploração das vantagens comparativas através da divisão de trabalho do mercado. Se na realidade cada gênero tem realmente predisposição para executar melhor algum tipo de tarefa, então a sociedade conseguiria maior eficiência com a segregação. Deve ser ressaltado o fato de que estas capacidades se transformam com a possibilidade de qualificação da mão-de-obra;
- c) eficiência na separação dos gêneros de modo a reduzir os conflitos no trabalho, relacionados a tensões entre os sexos;
- d) necessidade de equilibrar o trabalho de mercado com o doméstico e outros afazeres familiares. Em algumas sociedades mais avançadas da atualidade, algumas atividades antes de mercado são estimuladas a serem desempenhadas no ambiente doméstico, como forma de redução de custos para a sociedade e maior eficiência (como por exemplo, cuidado dos velhos, de grupos de crianças, ou de doentes convalescentes);
- e) informação imperfeita acerca das capacidades relativas entre dos gêneros, da parte dos empregadores;
- f) exploração de parte das mulheres por homens ou por outro subsetor da sociedade.

Porém as teorias baseadas em evidências empíricas revelam a tendência de que a segregação vem favorecendo o gênero masculino. As ocupações desempenhadas principalmente por mulheres têm recebido ganhos inferiores do que as em

desempenhadas por homens, e apresentam maior rotatividade e piores condições de proteção trabalhista. Jacobsen discute se a segregação é basicamente um estado imutável ou se é possível mudanças nesta condição. Se existirem forças significativas que impelem a sociedade à segregação, existe grande probabilidade que as políticas designadas a diminuí-la serão adaptadas de forma a preservá-la, de modo que a segregação talvez ressurgirá em formas menos notáveis. A observação de algumas sociedades mostra que algumas políticas pública colocadas em prática em uma série de países em outras áreas ocasionaram mudanças consideráveis com a intervenção, enquanto que as diferenças entre gêneros com relação a salários e absorção de trabalho têm sido mais resistentes à mudança. Este autor salienta que os índices de segregação entre os sexos têm diminuído desde 1960, porém a taxa de mudança tem sido muito menor do que os índices de segregação por raça, e o nível de segregação entre os sexos é consideravelmente superior.

Na atualidade, verificou-se em países capitalistas que os padrões de segregação podem ser influenciados por uma série de políticas públicas voltados para o mercado de trabalho, destinadas seja a melhorar as condições de absorção da mulher, programas de treinamento ou políticas anti-discriminatórias. De acordo com seu objetivo primordial podem ser classificadas como:

- a) voltadas para influenciar os salários, das quais as mais comumente adotadas visam elevar os salários em setores em que predomina a mão-de-obra feminina, para se compararem aos setores em que a masculina é predominante, comparando o valor de trabalhos que são comparáveis;
- b) as que tentam modificar o comportamento do empregador com relação à contratação e promoção;
- c) as voltadas mais a trabalhadores do que a empregadores e que visam o treinamento e outros programas educacionais;

- d) programas como subsídios para o cuidado das crianças, que afetam a decisão familiar de entrada ou não da mulher na força de trabalho;
- e) as que visam especificamente a integração entre os gêneros como o resultado desejado.

As políticas que influenciam os salários são principalmente adotadas em funções governamentais locais ou estaduais, porém não se verificaram constatações efetivas de que tiveram o efeito de diminuir a segregação em todos os setores. Os defensores destas políticas argumentam que salários mais elevados em ocupações onde predominam mulheres, levam os homens a se dirigir a estes postos e portanto reduzir a concentração ou segregação nestes setores. Os oponentes consideram que a segregação aumentaria, pois salários mais elevados desencorajariam as mulheres de deixarem estes postos (Aaron e Lougy, 1986). Estas duas óticas são justificáveis, considerando o lado da oferta de trabalhadores, porém não consideram mudanças na demanda por trabalho. A elevação (diminuição) de salários em um determinado posto de trabalho torna o trabalho mais (menos) procurado tanto por homens quanto por mulheres, no entanto o efeito líquido sobre a segregação não é possível de previsão sem a consideração de outras forças que determinam a oferta de trabalho.

Outras políticas destinadas a influenciar o padrão de contratação e promoção dos empregadores, podem atuar através de restrições legais, que determinam uma taxa obrigatória mínima de contratação de determinado gênero (geralmente feminino), que atuam assim como as metas voltadas para discriminação de raça ou outras minorias. Em alguns setores, poderia verificar-se a ocorrência de vagas em postos, quando não fosse possível competir por um número insatisfatório de pessoas qualificadas ou que se oferecem para exercê-los. Os resultados portanto, dependem da oferta relativa de trabalhadores de cada gênero para aqueles postos específicos. As políticas de treinamento e educacionais visam proporcionar à força de trabalho alvo (na maior parte das vezes do gênero feminino) as condições de assumir os tipos de colocações oferecidas, o que não significa necessariamente a garantia de

obtenção de trabalho, tendo em vista outros requisitos demandados pelos empregadores para contratação e promoção. Um caminho adicional de política seria a concessão de subsídios ou isenções a empregadores que apresentem esforços comprovados para a integração da mulher e equalização de salários.

Algumas políticas que influenciam a decisão feminina sobre a intensidade de participação na força de trabalho e que portanto afetam a segregação, referem-se à disponibilidade de condições de cuidados às crianças, seja através de creches no local de trabalho ou de disponibilidade destes serviços baratos e de boa qualidade fora da empresa; as licenças-maternidade e a flexibilidade na jornada de trabalho também são políticas influentes, embora as mudanças no grau de segregação têm se mostrado não significativas, com estas medidas, desde que a tendência das mulheres é de se dirigirem principalmente aos postos de trabalho predominantemente femininos, o que aumentaria a segregação.

2.6. Determinantes das diferenças salariais

Entre as causas determinantes das diferenças de remuneração entre os gêneros, destacam-se a disponibilidade de capital humano, existência de diferenciais de compensação para tipos de trabalhos e a discriminação.

É necessário considerar-se inicialmente com clareza o conceito e as implicações do capital humano, em geral, para a determinação das remunerações da força de trabalho. Becker (1993) define capital humano como as habilidades do indivíduo, ligadas à capacidade produtiva, e incorporadas no conhecimento e qualificação para determinadas tarefas. Investimento em capital humano significa portanto tornar a mão-de-obra mais produtiva ou aumentar o conhecimento e a qualificação da mão-de-obra. Qualquer atividade que tenha um componente educacional ou de aprendizado pode ser um investimento em capital humano, como por exemplo, saber datilografar ou digitar um texto, guiar um veículo ou falar em público. O

trabalhador “aluga” o uso do seu capital humano ao empregador e o salário resultante não é apenas a compensação pelas horas gastas no trabalho, mas também pelo capital humano disponível pelo trabalhador.

O conceito de capital humano pode estar ligado também à aquisição de maior bem-estar para o indivíduo, independente de sua aplicação de forma produtiva no mercado de trabalho, podendo contribuir apenas para o tempo dedicado ao lazer. Assim, uma pessoa que se dedica ao estudo adicional em alguma escola ou Universidade, sem ter em mente um futuro trabalho, pode estar pensando em aprimorar o conhecimento para usufruir mais cultura, desfrutar melhor seus momentos de lazer ou sua compreensão sobre o mundo, ou mesmo para aumentar a produtividade em tarefas domésticas ou trabalho não mercantilizado.

As diferenças sistemáticas no tipo de capital humano que explicam muitas defasagens salariais entre os sexos, podem resultar de escolhas do indivíduo sobre o tipo de capital humano a ser adquirido. Por exemplo, durante muito tempo historicamente, as mulheres foram mais inclinadas a investir em capital humano que traria um retorno maior fora do mercado de trabalho, em ambiente doméstico ou que acarretaria maior satisfação seja no tempo de trabalho ou de lazer, enquanto os homens tendem a investir em capital humano que traga maior retorno no mercado e maiores salários, embora menor satisfação pessoal.

As formas de capital humano ligadas diretamente à força de trabalho que se dirige ao mercado de trabalho, referem-se especificamente à educação formal, treinamento especializado fora ou dentro das empresas (*in-the job*) e experiência. Estes tipos de capital humano podem caracteriza categorias gerais ou específicas de capital. Por exemplo, a capacidade de ler seria considerada uma categoria geral, enquanto que o conhecimento de música destinado a retornos monetários, seria um capital específico para um determinado setor, e adicionalmente o capital pode ser ainda mais específico e relacionado dentro de um setor, ao conhecimento da operacionalização do processo produtivo de uma determinada empresa. Dessa forma

cada gênero apresenta uma combinação e estoques diferenciados de capital humano geral e específico, que acarretam diferentes taxas de retorno quando comparados no mercado de trabalho. Os diferentes estoques de capital humano relacionados à educação formal, por exemplo, referem-se aos graus de escolaridade adquiridos, desde a educação primária ou básica, passando pela secundária, universitária e prosseguindo pelos vários níveis de especialização adicionais.

Algumas teorias não consideram que o capital humano seja sempre diretamente responsável pelos diferentes retornos de um indivíduo, primeiramente porque nem sempre existe uma relação direta entre educação e remunerações, ou seja, em muitos casos a educação em si nada acrescenta à produtividade do trabalhador em determinado processo produtivo. Além disso, os teóricos institucionalistas argumentam que a relação entre escolaridade, treinamento, experiência de um lado, e as remunerações de outro passa por uma série de dispositivos legais, contratuais ou acordos tradicionais, que não são necessariamente atrelados à produtividade. No entanto, a escolha da ocupação a ser desempenhada pelo trabalhador, tanto por parte do empregador quanto da mão-de-obra, está amplamente relacionada ao tipo e montante de capital humano; isto se verifica porque as ocupações variam grandemente em termos de necessidades de capital humano geral ou específico e também tendo em vista a taxa de depreciação deste capital, específica a aquela ocupação (Jacobsen, 1998:249).

Na realidade, nem sempre o indivíduo é livre para escolher o tipo de investimento em seu capital humano que deseja efetuar, mas existem muitas barreiras à entrada para tipos específicos de investimento, ou seja, diferentes possibilidades de acesso e no caso do gênero, constata-se uma discriminação em determinadas áreas que reduz a possibilidade de acesso e de remuneração do gênero feminino; isto se verifica, desde que determinadas atribuições sociais têm tradicionalmente implicado mais para a mulher do que para o homem, em intermitências e dificuldade de dedicação integral de tempo para aquele investimento. Além disso, as diferenças no planejamento sobre o tempo de vida útil no trabalho do homem e da mulher, leva à

consideração pelos empregadores, de que os maiores retornos ao treinamento oferecido ao trabalhador serão conseguidos por uma vida útil maior na empresa; nesse sentido, as mulheres têm sido desprivilegiadas porque alguns treinamentos devem ser efetuados em um prazo maior e por este motivo acarretam em maiores remunerações posteriores, e as evidências têm mostrado que os homens têm apresentado uma maior vida útil nas empresas. Mas mesmo no caso de treinamentos que ocupam menor tempo, a previsão de menor vida útil do trabalho feminino afeta os ganhos dos gêneros. No caso da interminência da mão-de-obra, a re-entrada em uma ocupação pode ser considerada como um nova entrada inicial que requer novos custos de treinamento e portanto é considerada como uma maior taxa de depreciação do capital investido.

Jacobsen descreve várias pesquisas efetuadas nos Estados Unidos em que as evidências empíricas mostram grandes diferenças entre gêneros no que se refere à experiência no trabalho, aquisição de treinamento no posto de trabalho, e na quantidade de capital humano específico, que se mostram desfavoráveis à mulher e às suas condições de remuneração. Mostram também que estas diferenças são responsáveis por cerca de 50% das diferenças nas remunerações, porém muitas das diferenças permanecem sem explicação. Alguns fatores não mensuráveis são citados como provavelmente influenciando estes diferenciais, através dos efeitos na produtividade ou nos ganhos, como: a) habilidade ou talento de cada pessoa para exercer determinada tarefa ou ocupação; b) motivação para o compromisso de trabalho; e c) características físicas (altura, peso, força física, timbre de voz, entre outras).

Outra causa de diferenças nas remunerações entre sexos, é atribuída aos *diferenciais de compensação*, que consiste num conceito já encontrado nos escritos de Adam Smith. Refere-se à constatação de que trabalhos desagradáveis ou “maus” postos de trabalho serão melhor remunerados do que os trabalhos agradáveis ou “bons” postos de trabalhos, sem considerar-se outros fatores. O adicional positivo de salário cobriria maior risco para a saúde, de ameaça de desemprego, menores ganhos extra-

salariais (*fringe benefits*), e outras condições desfavoráveis de trabalho. Os trabalhos “bons” incluiriam condições agradáveis de trabalho no ambiente, alto nível de ganhos extra-salariais (*fringe benefits*), alimentos e transportes subsidiados, cooperativas de consumo, baixo controle de horário; todos estes fatores levariam a um diferencial de compensação negativo. Por sua vez, os trabalhos “maus”, incluem risco à saúde (como coleta de lixo), sazonalidade de emprego, e outros fatores que levariam a um diferencial de compensação positivo.

Dessa forma homens e mulheres expressariam diferentes preferências por certas condições de trabalho, e classificariam as oportunidades de emprego a partir destas condições; estas diferentes preferências influenciam suas escolhas no investimento em capital humano o que repercute nas variações das possibilidades de absorção segundo o gênero. Algumas características dos postos de trabalho que acarretam em escolhas diferenciadas entre os gêneros, são mencionadas por Jacobsen como: variedade no número de tarefas, autonomia de trabalho, clareza sobre o tipo de trabalho, esforço, grau de desafio, relações com companheiros de trabalho, grau de controle, tempo de locomoção ao trabalho, liberdade de dispensas no trabalho, uso das capacidades de trabalho, condições de saúde.

Os efeitos da discriminação sobre o gênero, também são considerados nas recentes discussões econômicas como influentes nas diferenças de remunerações. Do ponto de vista econômico esta discriminação é conceituada quando duas pessoas que possuem igual produtividade e gostos para o trabalho naquelas condições, mas que são membros de diferentes grupos (definidos de acordo com alguma característica, seja de gênero, raça, classe, preferência sexual, crença religiosa, etc.), recebem diferentes resultados no local de trabalho, em termos de salários pagos e/ou acesso ao posto de trabalho.

A discussão dentro do campo econômico tende a se limitar à discriminação na forma de remuneração, nas condições de contratação e nas práticas de promoção. Por outro lado, a comprovação destas evidências se torna difícil, tomando a forma de

depoimentos diretos, pesquisas de auditoria e evidências indiretas através de informações estatísticas, que no entanto muitas vezes perdem o poder de explicação devido á interferência de outros fatores que influenciam as variáveis, embora se encontre na literatura alguns modelos neo-clássicos que tentam explicar através da maximização da utilidade ou dos lucros, os mecanismos de equilíbrio que consideram discriminação (Jacobsen, 1998:304).

Estas teorias basearam-se seja no preconceito, seja em divergências do modelo de competição perfeita. As fontes de preconceito nestes modelos, podem ser tanto os empregadores, quanto os trabalhadores ou os consumidores. As divergências da competição perfeita apontam para poder de mercado da parte de grupos da sociedade ou informação imperfeita sobre a produtividade do trabalhador, como visto. Estas teorias podem ser agrupadas como modelos de monopólio, modelos de busca de diferencial de retornos, modelos de dois setores, e outros modelos estatísticos da discriminação. No entanto, cada modelo explica uma parte das implicações da discriminação e não existe um modelo abrangente que abarque vários fatores determinantes. Por outro lado, estes modelos tentam justificar a discriminação para a consecução do equilíbrio a longo-prazo.

3. COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS DA DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE OS GÊNEROS

Da observação internacional de indicadores da participação da força de trabalho segundo o gênero, é possível observar-se características específicas relacionadas ao nível de desenvolvimento da sociedade. As Tabelas 3a a 3c apresentam dois destes indicadores: a) a participação da força de trabalho de cada gênero sobre a população total do gênero; e b) a participação da força de trabalho do gênero em relação à força de trabalho total. Agrupa países selecionados de acordo com o nível de *renda per capita*, conforme classificados pelo Banco Mundial.

A participação da força de trabalho do gênero sobre a população total do gênero, revela primeiramente que para todos os países, de vários níveis de desenvolvimento a participação dos homens que trabalham em relação à população total masculina é sempre superior à participação das mulheres que trabalham em relação à população total feminina, ou seja, em todas as sociedades o papel de provedor de renda para a família, ainda é visualizado principalmente para o homem. Da população total masculina, em torno de 70% a 97% participa na força de trabalho em todos os grupos de países, sem diferenças notáveis em relação ao nível de desenvolvimento. No entanto, no caso das mulheres, as diferenças são mais consideráveis, desde que é possível encontrar-se situações extremas em que apenas entre 10% a pouco mais de 20% do total da população feminina é trabalhadora, (principalmente em países de Renda Baixa e Renda Média Baixa) ou em que entre 75% a 80% das mulheres trabalham (em países de Renda Alta e Renda Média Alta), além de uma gama diversificada de situações intermediárias. Uma exceção interessante se destaca em Burundi (situado entre os países de Renda Baixa), onde acima de 90% das mulheres estão na força de trabalho. Também são exceções entre os países de Renda Alta, a Itália e a Espanha, onde estes indicadores são muito inferiores à média do grupo de renda, mostrando uma participação entre 42% a 44% das mulheres.

Quando se examina a representatividade de cada gênero no total da força de trabalho, apenas Burundi apresenta uma participação feminina superior. Para os demais países verificam-se variações que se situam em uma participação de homens entre 50% a 76% (Paquistão e Iraque são exceções com 86% e 88% respectivamente), ou seja, como contrapartida, uma representatividade entre 24% a 50% de mulheres. De uma forma geral, constata-se que a participação feminina é superior nos países de renda mais elevada.

Tabela 3a

Participação da Força de Trabalho segundo Sexo

Países	%FT/PG.		%G/FT	
	H	M	H	M
Renda Baixa				
Bangladesh	90,0	63,3	60	40
Benin	90,6	59,1	56	44
Burundi	91,4	92,0	47	53
Burkina Faso	88,9	79,4	50	50
Costa do Marfim	89,3	42,7	69	31
Etiópia	84,7	62,8	59	41
Egito	74,0	23,0	77	23
Guiana	81,2	39,3	66	34
Guiné	82,4	47,4	60	40
Guiné Equatorial	92,7	44,1	65	35
Haiti	82,0	49,8	60	40
Honduras	86,4	34,7	70	30
Nigéria	80,3	37,5	66	34
Paquistão	85,0	14,6	86	14
Rep. Centro-Africana	87,7	69,7	53	47
Sudão	85,6	31,3	72	28
Sri Lanka	74,8	35,8	67	33
Zimbabwe	79,4	48,5	60	40

Fontes: OIT, *Year Book of Labor Statistics* (1991-1996); OCDE, *Labor Force Statistics 1974-94*; World Bank, *World Development Report 1995-1996*.

Nota: %FT/PG. = Participação da força de trabalho do gênero/população total do gênero;

%G/FT = Participação da força de trabalho do gênero/ força de trabalho total.

Tabela 3b

Participação da Força de Trabalho segundo Sexo

Países	%FT/PG.		%G/FT	
	H	M	H	M
Renda Média Baixa				
Azerbaijão	78,7	46,8	62	38
Belize	46,8	21,6	68	32
Bolívia	75,8	52,8	56	44
Botswana	76,9	43,6	61	39
Bulgária	71,3	66,2	52	48
Cabo Verde	87,9	44,7	62	38
Cazaquistão	82,2	70,0	53	47
Colômbia	82,3	51,6	57	43
Congo	69,3	48,8	56	44
Costa Rica	84,0	36,0	70	30
Cuba	72,6	41,2	64	36
El Salvador	82,2	43,6	61	39
Equador	83,3	29,3	73	27
Eslovênia	76,6	61,4	55	45
Federação Russa	69,6	51,6	53	47
Guatemala	91,9	29,4	74	26
Iraque	75,3	10,5	88	12
Iugoslávia	60	40
Jamaica	76,8	67,3	52	48
Jordânia	74,8	13,2	86	14
Lituânia	81,5	70,8	52	48
Marrocos	74,9	25,1	74	26
Moldova	81,3	70,6	51	49
Namíbia	71,4	51,9	56	44

Tabela 3b (continuação)**Participação da Força de Trabalho segundo Sexo**

Países	%FT/PG.		%G/FT	
	H	M	H	M
Renda Média Baixa				
Panamá	80,1	41,4	66	34
Paraguai	89,3	56,4	57	43
Peru	79,4	49,5	60	40
Polônia	73,6	60,4	54	46
República Tcheca	82,2	65,6	54	46
Romênia	78,7	66,1	54	46
Senegal	83,1	24,3	76	24
Suazilândia	66,1	28,6	66	34
Suriname	76,8	39,7	65	35
Turquia	80,8	34,0	70	30
Tunísia	79,3	21,7	78	21
Ucrânia	86,8	75,2	51	49

Fontes: OIT, *Year Book of Labor Statistics* (1991-1996); OCDE, *Labor Force Statistics 1974-94*; World Bank, *World Development Report 1995-1996*.

Nota: %FT/PG. = Participação da força de trabalho do gênero/população total do gênero;

%G/FT = Participação da força de trabalho do gênero/ força de trabalho total.

Tabela 3c

Participação da Força de Trabalho segundo Sexo

Países	%FT/PG.		%G/FT	
	H	M	H	M
Renda Média Alta				
Argentina	82,4	47,1	63	37
Barbados	85,4	74,9	50	50
Bielorússia	82,6	75,8	51	49
Brasil	84,9	52,5	60	40
Chile	75,2	33,9	68	32
Coréia do Sul	76,4	52,7	60	40
Eslovênia	73,4	62,6	54	46
Estônia	77,8	66,0	52	48
Grécia	74,6	44,6	62	38
Hungria	67,4	50,2	56	44
Macau	75,1	53,5	57	43
Malásia	77,3	37,0	68	32
Maurício	86,6	47,0	65	35
México	84,0	37,0	68	32
Porto Rico	70,1	39,9	59	41
Portugal	80,8	62,0	55	45
Seychelles	83,6	64,5	57	43
Uruguai	84,7	57,6	57	43
Venezuela	84,1	43,7	66	34

Tabela 3c (continuação)**Participação da Força de Trabalho segundo Sexo**

Países	%FT/PG.		%G/FT	
	H	M	H	M
Renda Alta				
Alemanha	80,8	61,8	57	43
Austrália	85,2	63,4	57	43
Áustria	81,0	62,1	57	43
Bélgica	72,4	55,1	58	42
Canadá	82,6	67,8	55	45
Dinamarca	84,2	73,8	55	45
Espanha	74,0	44,1	62	38
Estados Unidos	85,3	70,5	54	46
Finlândia	77,1	69,9	53	47
França	74,4	59,6	55	45
Islândia	89,5	80,6	53	47
Irlanda	78,5	47,2	62	38
Israel	69,0	51,6	57	43
Itália	73,9	42,9	63	37
Luxemburgo	97,2	56,5	64	36
Noruega	82,2	71,1	54	46
Nova Zelândia	83,9	64,9	56	44
Países Baixos	79,1	57,4	58	42
Reino Unido	84,0	66,2	56	44
Suécia	78,1	74,4	52	48
Suíça	97,5	67,5	61	39
Japão	90,6	62,1	59	41

Fontes: OIT, *Year Book of Labor Statistics* (1991-1996); OCDE, *Labor Force Statistics 1974-94*; World Bank, *World Development Report 1995-1996*.

Nota: %FT/PG. = Participação da força de trabalho do gênero/população total do gênero;
%G/FT = Participação da força de trabalho do gênero/ força de trabalho total.

O exame da participação da força de trabalho segundo idade e sexo, para este conjunto de países segundo grupos de *renda per capita*, conforme retratado nas Tabelas 4a a 4c, permite observar uma maior diversidade de comportamento entre os países, particularmente no que se refere à força de trabalho feminina. Para o grupo etário entre 15 e 64 anos, que consiste, na maior parte dos países, a uma aproximação do conceito de abrangência da População Economicamente Ativa, a participação dos homens na força de trabalho, para os países de todos os níveis de desenvolvimento, se situa entre 75% a 96% do total da população masculina (exceto na Jordânia em que participam com 72%). Verifica-se apenas que nos países de Renda Baixa, a média deste percentual é relativamente mais elevada em relação aos outros grupos de países.

No caso da participação de mulheres na força de trabalho em relação ao total da população feminina, embora a participação média de cada grupo de países de vários níveis de desenvolvimento esteja próxima (em países de Renda Baixa a média é em torno de 47%, de Renda Média Baixa é 45%, de Renda Média Alta é 44% e de Renda Alta é 54%) a diversidade é muito grande situando em uma gama que se estende entre 8% (Bangladesh) 79% (Burundi). No entanto, não existe correlação entre o nível de desenvolvimento do país e o grau de participação feminina, pois encontram-se exemplos de baixa participação (entre 10% a 30%), de participação média (entre 32% a 60%) e de alta participação (acima de 60%) em todos os grupos. Apenas se constata que entre os países industrializados, a média global é superior aos demais grupos.

Com relação ao grupo de trabalhadores de idade mais jovem, que se situa entre 10 e 19 anos, é constatada também uma representatividade superior de homens, porém com menor homogeneidade. Verifica-se para este gênero, que entre os de Renda Baixa a participação masculina é relativamente superior, situando-se entre 33% e 62% (exceto no Egito e Sri Lanka, respectivamente com 22% e 20%), com uma média de 46%, enquanto que nos demais grupos de países, as representatividades se situam entre 11% e 38%, com médias entre 22% e 24%.

Tabela 4a**Taxa de Participação da Força de Trabalho segundo Idade e Sexo**

Países	15-64 anos		10-19 anos	
	H	M	H	M
Renda Baixa				
Bangladesh	84	8	45	4
Benin	88	77	44	40
Burundi	96	79	62	54
Burkina Faso	94	77	60	53
China	96	80	45	43
Costa do Marfim	93	51	40	25
Rep. Centro-Africana	92	70	46	42
Egito	84	10	22	4
Etiópia	91	53	53	35
Guiné	96	59	51	34
Guiné-Bissau	91	57	51	35
Haiti	79	51	33	29
Honduras	87	24	41	8
Nigéria	85	43	44	22
Paquistão	90	16	34	5
Sudão	87	27	38	9
Sri Lanka	82	30	20	10
Zimbábue	82	41	45	28

Fonte: World Bank, *World Development Report 1995*.

Tabela 4b**Taxa de Participação da Força de Trabalho segundo Idade e Sexo**

Países	15-64 anos		10-19 anos	
	H	M	H	M
Renda Média Baixa				
Azerbaijão	78	56	15	14
Bolívia	78	25	26	12
Botsuana	79	39	37	19
Bulgária	76	68	11	14
Cazaquistão	82	68	16	12
Colômbia	81	23	18	9
Congo	88	53	28	18
Costa Rica	87	26	28	8
Cuba	84	42	15	7
El Salvador	87	29	33	13
Equador	79	20	24	7
Federação Russa	82	72	15	12
Guatemala	85	19	34	8
Iraque	78	24	17	8
Iugoslávia	77	55	12	9
Jamaica	86	75	23	17
Jordânia	72	10	18	2
Lituânia	79	70	18	15
Marrocos	88	23	28	15
Moldova	81	70	13	14
Namíbia	85	26	24	11
Senegal	87	52	54	35
Panamá	83	34	22	8

Tabela 4b (continuação)**Taxa de Participação da Força de Trabalho segundo Idade e Sexo**

Países	15-64 anos		10-19 anos	
	H	M	H	M
Renda Média Baixa				
Paraguai	89	24	36	10
Peru	78	26	17	9
Polônia	84	71	21	14
República Tcheca	82	74	17	17
Romênia	78	69	20	18
Turquia	87	48	37	26
Tunísia	83	28	25	14
Ucrânia	80	70	14	13

Fonte: World Bank, *World Development Report 1995*.

Tabela 4c**Taxa de Participação da Força de Trabalho segundo Idade e Sexo**

Países	15-64 anos		10-19 anos	
	H	M	H	M
Renda Média Alta				
Argentina	80	32	25	13
Bielorússia	82	73	13	12
Brasil	82	33	31	14
Chile	83	33	13	6
Coréia do Sul	76	41	14	16
Eslovênia	77	65	13	10
Estônia	78	71	17	15
Grécia	79	30	21	11
Hungria	82	67	31	24
Malásia	91	52	20	13
Maurício	85	31	28	8
México	83	32	26	12
Portugal	84	48	38	21
Porto Rico	75	29	13	4
Uruguai	83	39	28	12
Venezuela	81	33	21	6
Renda Alta				
Alemanha	87	57	27	24
Austrália	86	55	28	25
Áustria	80	55	28	24
Bélgica	82	42	12	11
Canadá	87	58	27	21

Tabela 4c (continuação)**Taxa de Participação da Força de Trabalho segundo Idade e Sexo**

Países	15-64 anos		10-19 anos	
	H	M	H	M
Renda Alta				
Dinamarca	89	75	34	26
Espanha	80	26	23	15
Estados Unidos	86	60	24	20
França	83	57	19	14
Finlândia	80	73	17	13
Israel	84	44	17	9
Irlanda	82	36	22	17
Itália	79	37	26	20
Japão	84	53	10	10
Noruega	90	68	20	17
Nova Zelândia	89	49	27	23
Países Baixos	83	38	11	13
Reino Unido	91	59	28	25
Suécia	89	75	19	18
Suíça	91	53	27	25

Fonte: World Bank, *World Development Report 1995*.

A participação feminina nesta faixa etária apresenta médias consideravelmente inferiores, porém com uma maior heterogeneidade. Nos países de Renda Baixa, a média se situa em 27% de participação em relação ao total de mulheres desta idade, porém numa variação entre 4% a 54%; nos demais grupos de países a representatividade média se situa em torno de 12% para os grupos de Renda Média, de 19% para os de Renda Alta (que apresentam maior homogeneidade e maior frequência entre 20% e 25%), e a amplitude de variações se apresenta entre 2% a 35%.

Como se verificou através das visões teóricas anteriormente apresentadas, o papel da escolaridade ou da formação do Capital Humano é considerável para absorção da força de trabalho em empregos de maior qualidade, por um lado, e por outro para o aumento da remuneração dos trabalhadores, produtividade e o aumento do valor adicionado das economias. Examinando-se os indicadores de escolaridade formal segundo o gênero para os diversos grupos de países apresentado nas Tabelas 5a e 5b, é possível observar-se esta relação, primeiramente quando se constata o grau de analfabetismo. Primeiramente é verificado que para os países de menor desenvolvimento de Renda Baixa e Renda Média Baixa, a situação dos adultos analfabetos é pior para a população feminina, que em todos os exemplos apresenta maior taxa de analfabetismo.

Entre os países de Renda Baixa, com exceção de Sri Lanka, Zimbábue e China onde os percentuais são relativamente mais baixos e se situam respectivamente em 7%, 10% e 10% para homens e em 13%, 20% e 27% para as mulheres, nas demais nações estas taxas se apresentam consideravelmente superiores com uma média de 47% para os homens e 68% para as mulheres. Para os países de Renda Média Baixa, a situação parece menos desfavorável, porém as informações não disponíveis para grande parte dos países deste grupo que pertencem às economias anteriormente centralizadas da Europa Oriental, não permite uma avaliação mais precisa.

Já os países de Renda Média Alta, embora a avaliação seja dificultada pela não disponibilidade de informações para os países da Europa Oriental é possível observar-se maior homogeneidade o grau de analfabetismo adulto masculino e feminino e menores taxas, enquanto os países de Renda Alta apresentam todos taxas de analfabetismo menores que 5% da população para os dois gêneros.

Tabela 5a

Indicadores de Educação segundo o Gênero

Países	%Estudantes*				%Analfabetismo	
	Primária		Secundária		Adulto**	
	H	M	H	M	H	M
Renda Baixa						
Bangladesh	128	105	26	12	51	74
Benin	88	44	17	7	51	74
Burundi	76	63	9	5	51	78
Burkina Faso	47	30	11	6	70	91
China	120	116	60	51	10	27
Costa do Marfim	80	58	33	17	50	70
Rep. Centro-Africana	92	51	32	48
Egito	105	89	81	69	36	61
Etiópia	27	19	12	11	55	75
Guiné	61	30	17	6	50	78
Honduras	111	112	29	37	27	27
Nigéria	105	82	32	27	33	53
Paquistão	80	49	50	76
Sri Lanka	106	105	71	78	7	13
Zimbábue	123	114	51	40	10	20
Azerbaijão	91	87	89	88
Senegal	67	50	21	11	57	77

Tabela 5a (continuação)

Indicadores de Educação segundo o Gênero

Países	%Estudantes*				%Analfabetismo	
	Primária		Secundária		Adulto**	
	H	M	H	M	H	M
Renda Média Baixa						
Bielorússia	96	95	89	96
Bolívia (1980)	92	81	42	32	10	24
Botsuana	113	120	49	55	20	40
Bulgária	87	84	66	70
Cazaquistão	86	86	89	91
Colômbia	118	120	57	68	9	9
Costa Rica	106	105	45	49	5	5
El Salvador	79	80	27	30	27	30
Equador	124	122	54	56	8	12
Federação Russa	107	107	84	91
Guatemala	89	78	25	23	38	51
Jamaica	109	108	62	70	19	11
Jordânia	94	95	52	54	7	21
Lituânia	95	90	76	79
Marrocos	85	60	40	29	43	69
Moldova	78	77	67	72
Namíbia	134	138	49	61
Panamá (1980)	108	105	58	65	9	10
Paraguai	114	110	36	38	7	9
Peru (1980)	117	111	63	54	6	17
Polônia	98	97	82	87
Romênia	87	86	83	82

Tabela 5a (continuação)**Indicadores de Educação segundo o Gênero**

Países	%Estudantes*				%Analfabetismo	
	Primária		Secundária		Adulto**	
	H	M	H	M	H	M
Renda Média Baixa						
Turquia	107	98	74	48	8	28
Tunísia	123	113	55	49	21	45
Ucrânia	87	87	65	95

Fonte: World Bank, *World Development Report 1996*.

*Participação de estudantes no grupo de idade, 1993; ** 1995.

Tabela 5b

Indicadores de Educação segundo o Gênero

Países	%Estudantes*				%Analfabetismo	
	Primária		Secundária		Adulto**	
	H	M	H	M	H	M
Renda Média Alta						
Argentina	108	107	70	75	4	4
Brasil (1980)	101	97	31	36	17	17
Chile	99	98	65	70	5	5
Coréia do Sul	100	102	93	92	b	b
Eslovênia	97	97	99	90
Grécia (1980)	103	103	85	77
Hungria	94	94	79	82
Malásia	93	93	56	61	11	22
Maurício	107	106	58	60	18	18
México	114	110	57	58	8	13
República Tcheca	99	100	85	88
Uruguai	109	108	61	62	3	2
Renda Alta						
Alemanha	97	98	101	100	b	b
Austrália	108	107	83	86	b	b
Áustria	103	103	109	104	b	b
Bélgica	99	100	103	104	b	b
Canadá	106	104	103	104	b	b
Dinamarca	97	98	112	115	b	b

Tabela 5b (continuação)**Indicadores de Educação segundo o Gênero**

Países	%Estudantes*				%Analfabetismo	
	Primária		Secundária		Adulto**	
	H	M	H	M	H	M
Renda Alta						
Espanha	104	105	107	120
Estados Unidos	106	107	98	97	b	b
França	107	105	104	107	b	b
Finlândia	100	100	110	130	b	b
Israel	95	96	84	91
Irlanda	103	103	101	110	b	b
Itália	98	99	81	82	b	b
Japão	102	102	95	97	b	b
Noruega	99	99	118	114	b	b
Nova Zelândia	102	101	103	104	b	b
Países Baixos	96	99	126	120	b	b
Reino Unido	112	113	91	94	b	b
Suécia	100	100	99	100	b	b
Suíça	100	102	93	89	b	b

Fonte: World Bank, *World Development Report 1996*.

*Participação de estudantes no grupo de idade, 1993; ** 1995;

b= Menos de 5%, de acordo com a UNESCO

No que se refere à participação de estudantes de cada grupo específico de idade na educação Primária, as diferenças tanto entre os grupos de países quanto entre os gêneros não são consideráveis, com algumas exceções em países de Renda Baixa como de Burkina Faso, Etiópia e Guiné, para ambos os gêneros e em Benin, Paquistão e Senegal para as mulheres, em que o engajamento da população na escola atinge taxas muito baixas. Na maior parte dos demais países, entre 80% a 120% da população da faixa etária específica se encontra na escola Primária, para os dois gêneros.

A continuidade da escolarização para o nível Secundário apresenta maior heterogeneidade entre países, e uma relação mais clara entre nível de desenvolvimento e formação de Capital Humano. O grupo de nações de Renda Baixa apresenta países como o Egito, Sri Lanka, China e Azerbaijão, onde o nível de engajamento é maior, entre 51% a 89% e ligeiramente superior para a população masculina daquela faixa etária. Para os demais países as taxas se distribuem em uma taxa de 9% a 37% e na maior parte dos casos favorecendo a população masculina.

Para os países de Renda Média (Baixa e Alta), o grau de engajamento na escola Secundária é consideravelmente superior e mais heterogêneo em relação ao nível anterior, e exceto nas nações de Renda Média Baixa da Guatemala e El Salvador onde as representatividades situam-se entre 23% e 30% para os dois gêneros, nas demais nações distribuem-se em taxas entre 40% a 96%, porém nesse grupo de países a participação feminina é superior na maior parte dos casos. Como é notório, o nível de participação na escola Secundária dos países industrializados ou de Renda Alta é considerável, entre 83% e 120% para a respectiva faixa etária e não apresenta disparidades entre os gêneros.

4. O TRABALHO DENTRO E FORA DAS EMPRESAS NO BRASIL: A COMPOSIÇÃO POR GÊNERO

4.1. Introdução

Esta seção examina aspectos das transformações estruturais da distribuição do trabalho no Brasil, dentro e fora de empresas segundo o gênero, verificando particularmente a divisão global e regional do trabalho entre os dois sexos, bem como as diferenças nas condições de proteção através de carteira de trabalho assinada, no nível de escolaridade e de remuneração, para cada grupo de ocupações definido.

De um modo geral, a composição da distribuição ocupacional por gênero, reflete os movimentos líquidos das tendências conjunturais e a longo prazo, dos ajustamentos da economia às transformações tecnológicas e da estrutura produtiva, que se apresentam de forma diferenciada regionalmente, de acordo com os impactos espaciais de políticas econômicas, associados a fatores culturais específicos, que se traduzem em padrões particulares de segmentação.

O que se tem observado como uma tendência histórica, de uma maneira geral nas nações capitalistas no caminho para o desenvolvimento, e para o Brasil em particular, é a tendência histórica ao aumento da participação feminina na estruturação ocupacional, partindo de um padrão em que a representatividade de mulheres é relativamente baixa. Por um lado, essa elevação reflete aspectos positivos, tanto da evolução de valores sociais, o que passou a permitir a maior intensidade da participação das mulheres no mercado de trabalho, quanto da modernização de processos produtivos, o que aumentou a divisão de tarefas entre os gêneros e em alguns casos criou ocupações mais adaptáveis a condições femininas (como precisão e delicadeza no manuseio).

No entanto, observou-se também, com maior ênfase em países menos desenvolvidos, e particularmente em conjunturas economicamente desfavoráveis, que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho está associado à necessidade de sobrevivência familiar, ou seja, de um maior número de pessoas da família trabalhando, quando a oferta desta mão-de-obra muitas vezes cria suas oportunidades de trabalho.

4.2. Considerações metodológicas

A análise da segmentação ocupacional brasileira por gênero aqui apresentada, é parte de uma pesquisa mais ampla que examina a estruturação ocupacional do país, verificando tanto o perfil da distribuição da população trabalhadora entre grupos específicos de ocupações, quanto as transformações nesta distribuição que ocorreram na década de oitenta³. As informações utilizadas têm como fonte a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD, do IBGE, de 1983, 1989 e 1995.

A partir dos dados desagregados, foram elaboradas Tabulações Especiais, definindo-se uma Tipologia de Ocupações para os fins específicos da pesquisa. Esta Tipologia foi definida especificamente para a avaliação mais detalhada da estruturação ocupacional, que agrega as informações individuais em categorias ocupacionais, de acordo com a situação do trabalhador dentro ou fora de empresas, quer esteja alocado na área da produção ou da administração e segundo o nível de qualificação. Dessa forma, foram determinadas categorias ocupacionais, agregando as ocupações por grupos de assalariados, de trabalhadores por conta própria (CP) e de trabalhadores em serviços domésticos remunerados (SD). Este últimos compõem uma categoria separada, desde que se constituem em assalariados de natureza diversa dos primeiros, uma vez que prestam serviços a famílias e não a empresas, e

³ Consulte-se Kon (1993).

em grande parte das vezes sua remuneração é acrescida de salários em espécie, como alimentação e residência.

Os assalariados foram classificados segundo exerçam ocupações: a) de Dirigentes, que correspondem a proprietários de empresas (Dirigentes 1) e outros administradores e gerentes (Dirigentes 2); b) da área da Produção direta de bens e serviços; e c) da área da Administração. Para estes dois últimos grupos foram definidas categorias, segundo o nível de capacitação requerido pelas ocupações, como Qualificados 1 (com nível técnico de escolaridade), Qualificados 2 (com nível superior de escolaridade), Semi-qualificados 1 (com menor nível de qualificação e sem atribuições de chefia), Semi-qualificados 2 (com atribuições de chefia) e Não-qualificados. Os indicadores foram agregados de modo a possibilitar a análise setorial e regional, segundo gênero.

Os trabalhadores por Conta Própria, em algumas tabelas, também serão classificados de acordo com o nível de qualificação. Para estes trabalhadores autônomos, as ocupações encontradas correspondem às categorias ocupacionais de Profissionais Liberais (PL), Qualificados, Semi-qualificados e Não-qualificados da área da Produção (respectivamente PQ, PSQ e PNQ) e ocupações administrativas (AD).

Os indicadores sobre a estrutura ocupacional utilizados a partir da PNAD/1995 foram elaborados a partir de Tabulações Especiais que definiram a agregação dos microdados nas categorias ocupacionais acima descritas, classificadas a partir da Tipologia de Ocupações criada especificamente para os objetivos da análise. Esta Tipologia foi anteriormente utilizada nas pesquisas para os anos de 1983 e 1989 (Kon, 1995), o que permitiu a comparação e a avaliação das transformações entre os períodos. A PNAD 1995 apresentou uma série de modificações na classificação e codificação de ocupações, e para o desenvolvimento das Tabulações Especiais descritas foi feita uma compatibilização com as classificações das PNADs de 1983 e 1989.

Resumidamente a classificação prioritária das ocupações proposta é descrita abaixo:

<p>Tipologia de ocupações</p> <p>Empresa</p> <ol style="list-style-type: none">1. Dirigentes2. Produção<ul style="list-style-type: none">Qualificados Nível 1Qualificados Nível 2Semi-qualificados Nível 1Semi-qualificados Nível 2Não-qualificados3. Administração<ul style="list-style-type: none">Qualificados Nível 1Qualificados Nível 2Semi-qualificados Nível 1Semi-qualificados Nível 2Não-qualificados <p>Conta Própria</p> <ol style="list-style-type: none">1. Profissionais Liberais2. Outros <p>Serviço Doméstico</p>

Fonte: Kon (1995)

Particularmente, objetivou-se avaliar as informações sobre a população ocupada segundo o gênero, desagregando por setores econômicos ou categorias ocupacionais específicas. Foi também efetuada uma análise comparativa entre as macro-regiões brasileiras.

Os anos de 1983 e 1989 correspondem respectivamente à estruturação ocupacional no período de auge da crise econômica da década de oitenta, e ao final da década, período em que a economia havia experimentado um nível relativo de recuperação comparativamente ao período anterior, porém ainda convivia com desequilíbrios nos principais agregados, priorizando as políticas de estabilização voltadas para o

combate das altas taxas de inflação⁴. Já os dados do período de 1995 apresenta reflexos de duas fases distintas dos anos noventa, ou seja, uma primeira fase até 1992, de queda considerável da atividade econômica como resultado das políticas governamentais restritivas do período e uma fase de recuperação posterior e de introdução da políticas de estabilização do Plano Real.

4.3. A segmentação dos assalariados segundo as categorias ocupacionais

Partindo da observação da segmentação para o país como um todo segundo o gênero, entre os assalariados das empresas, verificava-se em 1983, que em torno de 70% das ocupações eram exercidas por homens, como é visualizado na Tabela 6. Examinando-se a distribuição entre as categorias ocupacionais, no entanto, são encontradas diferenças consideráveis nesta composição. Observa-se inicialmente, que entre os dirigentes, a representatividade feminina se situa significativamente abaixo desta média, enquanto que na área da produção direta de bens e serviços como um todo, a participação de mulheres é inferior à da área administrativa das empresas. Por outro lado, entre os qualificados da Produção, tanto as ocupações de nível técnico de escolaridade, quanto de nível superior são exercidas em sua maioria pelo sexo feminino. Uma observação mais detalhada na divisão setorial revela que particularmente os setores de Saúde e Ensino são responsáveis por esta maior absorção. Também entre os semi-qualificados com atribuições de chefia da área burocrática e de escritório, a representatividade feminina é consideravelmente superior.

⁴ Para maiores detalhes sobre a situação econômica brasileira da década de oitenta, consulte-se Kon (1994).

Tabela 6
Distribuição dos Assalariados por Condição de Carteira Assinada
Brasil – 1983, 1989, 1995 (%)

Categorias Ocupacionais		TOTAL		C/C*		S/C*	
		H	M	H	M	H	M
ASSALARIADOS							
	1983	71,0	29,0
	1989	68,2	31,8	49,8	50,5	50,2	49,5
	1995	63,3	36,7	44,2	43,5	55,8	56,5
Dirigentes	1983	84,5	16,5
	1989	78,6	21,4	78,3	66,2	21,6	33,8
	1995	76,2	23,8	27,4	38,8	72,6	61,2
Produção	1983	72,2	27,8	41,3	35,4	58,7	64,6
	1989	70,1	29,9	47,9	42,2	52,1	57,8
	1995	64,1	35,9	39,3	33,5	60,7	66,5
Qualificados 1	1983	48,6	51,4	73,4	65,8	26,6	34,2
	1989	44,3	55,7	70,5	67,1	29,5	32,9
	1995	70,3	29,7	55,5	56,7	44,5	43,3
Qualificados 2	1983	29,1	73,7	70,7	43,4	29,3	56,6
	1989	29,5	70,5	59,0	45,2	41,0	54,8
	1995	24,8	75,2	65,4	74,5	34,6	25,5
Semi-qualif.1	1983	73,1	26,9	39,9	31,2	60,1	68,8
	1989	72,8	27,2	44,2	38,1	55,8	61,9
	1995	64,7	35,3	35,8	25,5	64,2	74,5
Semi-qualif.2	1983	95,9	4,1	61,5	85,3	38,5	14,7
	1989	95,1	4,9	65,0	84,6	35,0	15,4
	1995	98,0	2,0	58,5	41,6	41,5	58,4
Não-qualific.	1983	84,8	15,2	22,5	21,7	77,5	78,3
	1989	76,5	23,5	49,1	36,4	50,9	63,6
	1995	71,1	28,9	44,0	33,9	56,0	66,1
Administração	1983	61,5	38,5	70,9	77,4	29,1	22,6
	1989	57,3	42,7	73,0	73,6	27,0	26,4
	1995	54,3	45,7	80,5	80,2	19,5	19,8
Qualificados 1	1983	78,7	21,3	87,6	87,3	12,4	12,7
	1989	75,3	24,7	92,1	84,4	7,9	15,6
	1995	78,6	21,4	89,0	87,6	11,0	12,4
Qualificados 2	1983	83,6	16,4	44,5	70,8	55,5	29,2
	1989	73,9	26,1	48,3	70,5	51,7	29,5
	1995	74,9	25,1	61,1	58,5	38,9	41,5
Semi-qualif.1	1983	58,7	41,3	66,1	79,5	33,9	20,5
	1989	54,1	45,9	68,9	79,3	31,1	20,7
	1995	45,3	54,7	84,8	82,3	15,2	17,7
Semi-qualific.2	1983	26,5	73,5	70,0	76,1	30,0	23,9
	1989	29,2	70,8	69,7	76,4	30,3	23,6
	1995	13,0	87,0	87,6	77,6	12,4	22,4
Não-qualific...	1983	68,7	31,3	77,6	72,5	22,4	27,5
	1989	63,1	36,9	76,8	60,2	23,2	39,8
	1995	61,5	38,5	76,5	78,5	23,5	21,5

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNADs 1983, 1989 e 1995 . Tabulações Especiais.

A segmentação observada no ano de 1989, não mostra alterações consideráveis, o que confirma as constatações de que as transformações estruturais na composição ocupacional foram lentas, na década de oitenta, embora se observe a continuação da tendência ao crescimento da participação das mulheres na quase totalidade das categorias de assalariados, com exceção das ocupações de qualificados de nível superior da Produção.

A condição de trabalho com Carteira assinada, no ano de 1983, é observada em pouco acima de 40% para os homens da área da Produção e 35% para as mulheres, sendo que esta representatividade média é diminuída pelo peso das ocupações das duas categorias de menores requisitos de qualificação, pois nos demais grupos desta área, o registro em carteira é encontrado entre 60% a mais de 70% dos ocupados. Verifica-se que na área burocrática a situação é consideravelmente mais privilegiada, para ambos os gêneros, pois a representatividade dos trabalhadores com carteira supera 70%, em quase todas os grupos da Administração, com exceção dos homens qualificados de nível superior, que apresentam uma participação pouco inferior a 45%. As ocupações menos protegidas, portanto, em ambos os gêneros são as que apresentam menores requisitos de qualificação. Por outro lado, uma comparação entre os dois gêneros em cada categoria separadamente, revela que o masculino apresenta relativamente maior participação de ocupados com carteira na área da Produção (excetuando-se a categoria de semi-qualificados com atribuições de chefia), o inverso se verificando na área da administração, onde as mulheres encontram-se em situação mais privilegiada.

As transformações nesta situação verificadas no ano de 1989 dão conta de que não houve um comportamento regular tanto entre os gêneros quanto entre as diferentes categorias, embora para o global dos assalariados se observe um aumento pouco significativo na representatividade de ocupados com carteira, para ambos os sexos. Porém, entre os homens qualificados da Produção (com mais intensidade entre os de nível superior) e não-qualificados da Administração, aumentou a condição de trabalhadores sem carteira, o mesmo ocorrendo entre as mulheres alocadas em

ocupações semi-qualificadas com chefia da Produção e não-qualificadas da Administração.

Em pesquisa anterior⁵, observou-se que a distribuição ocupacional regionalizada no Brasil, apresentava diversidades significativas. Aspectos históricos da ocupação regional do território, em associação à disponibilidade de uma base de recursos humanos e materiais e de uma base social específicas, definiram uma qualidade espacial de segmentação, com padrões específicos nas diferentes regiões. Esta espacialidade refletiu-se em cada forma regional de especialização produtiva, incorporando uma taxa de acumulação de capital e de progresso tecnológico próprios, que moldaram a estruturação ocupacional de cada espaço.

Considerando-se as diversidades regionais no ano de 1983 observa-se que as maiores participações femininas para o conjunto de trabalhadoras como um todo, se verificam nas regiões Sul e Nordeste (entre 30% e 35%) e a menor no Centro-Oeste (pouco acima de 22%). Nas regiões mais desenvolvidas - considerando-se a participação no produto gerado pelo país - que correspondem a Rio de Janeiro e São Paulo, esta representatividade se situa próximo à média global. Examinando-se a distribuição entre as categorias ocupacionais nas empresas, verificam-se representatividades diversas, tanto intra quanto interregionalmente, porém as dispersões em torno da média global do país não são muito consideráveis e não se observa regularidade considerável entre o nível de desenvolvimento econômico - considerando-se o produto gerado como indicador - e a dispersão negativa ou positiva em relação à média do país, nas diferentes categorias. Observa-se apenas que entre os ocupados qualificados de nível superior e também entre os não-qualificados, a representatividade dos homens é maior nas regiões mais avançadas do Rio de Janeiro e São Paulo e consideravelmente menor na região menos desenvolvida do Nordeste.

⁵ Kon (1990), Capítulo 4 e (1992).

Por outro lado, quando se examina a situação no ano de 1989, é confirmado o aumento da participação feminina em todas as regiões para a maior parte das categorias ocupacionais, com exceção das trabalhadoras qualificadas de nível superior da área da Produção, cuja representatividade diminuiu em todas as regiões⁶.

Portanto, a maior participação feminina não necessariamente está associada à modernização econômica, uma vez que as regiões em que este peso é inferior, Centro-Oeste e Minas Gerais-Espírito Santo, são regiões intermediárias em nível de desenvolvimento, e as representatividades de mulheres no Sul e no Nordeste superavam mesmo a de São Paulo. O que se pode inferir é que a tendência histórica ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho, se por um lado é motivada pela modernização econômica e social, através da abertura de novas possibilidades de ocupações por mulheres, por outro lado também é resultado da necessidade de que um maior número de membros de uma família contribuam para a subsistência familiar.

No ano de 1995, que já apresenta as transformações resultantes de um período de recuperação econômica desde 1993, após uma fase de queda da atividade econômica como resultado de políticas governamentais restritivas nos primeiros anos da década, observa-se inicialmente o aumento significativa da participação feminina no total de assalariados, que se situava abaixo de 30% em 1983 e já atinge quase 37% no último ano pesquisado. Este aumento da representatividade feminina é constatado em quase todas as categorias ocupacionais, com exceção dos qualificados da Produção sem nível superior, que correspondem a técnicos na área da Saúde, Indústria da Transformação, e outros técnicos da área de Rádio, cinema e TV, onde esta participação decresce consideravelmente. Também entre os semi-qualificados com atribuições de chefia da área da Produção — representados por mestres que trabalham em etapas específicas dos processos produtivos em indústrias, na área de transportes e ainda em algumas atividades dos setores financeiros — apresentam um aumento relativo da participação masculina.

⁶ Consulte-se Kon (1993).

Um outro resultado que deve ser salientado, se refere à condição de proteção da população ocupada, através do registro em Carteira de Trabalho. Verifica-se que para os dois gêneros houve uma migração de pessoas ocupadas sem carteira para a condição de sem carteira, desde que se os trabalhadores sem registros no final da década de oitenta já correspondiam a cerca da metade dos assalariados para ambos os gêneros, em 1995 já equivaliam a uma participação em torno de 56% para o total de assalariados. No entanto, esta situação se apresenta fortemente segmentada, pois no que se refere às distintas categorias de ocupações, observou-se uma nítida piora na condição de alguns grupos de ocupações, porém uma melhora em outros e verifica-se uma situação ligeiramente diversa entre os gêneros para alguns grupos ocupacionais. A participação dos ocupados de ambos os gêneros que possuem registro em carteira aumentou em 1995 em relação aos períodos anteriores, na área da Produção mostrou um decréscimo em quase todas as categorias, exceto na classe de qualificados com nível superior, onde aumentou. Na área administrativa, a situação entre os gêneros apresentou uma ligeira diferença, desde que a representatividade dos homens aumentou em quase todas as classes com exceção dos qualificados sem atribuições de chefia que mostrou uma ligeira queda e entre os não-qualificados, que permaneceram no mesmo patamar, enquanto que no caso das mulheres, a perda de representatividade da condição de carteira assinada se deu apenas entre as qualificadas de nível superior.

4.4. A distribuição ocupacional dos trabalhadores fora das empresas

Os trabalhadores autônomos ou por conta própria, constituem uma parcela do mercado informal da economia, conforme definido pelos enfoques mais recentes sobre informalidade⁷. As abordagens encontradas na literatura definem as causas da informalidade como: a) originadas a partir do excedente de mão-de-obra do setor

⁷ Para maiores detalhes a respeito das abordagens sobre o setor informal veja-se Cacciamali (1990) e Chully (1992).

formal; b) conseqüentes das falhas do sistema legal e político ou na regulamentação da economia por parte do Estado; c) resultantes do próprio processo de acumulação capitalista, como uma forma de organização da produção subordinada e intersticial.

Estas abordagens salientam a facilidade de entrada de trabalhadores nestes mercados não regulamentados e competitivos, e processos produtivos com tecnologia simples e baixas remunerações. No entanto, muitas vezes é possível encontrar-se trabalhadores por conta própria com remunerações consideráveis e próprias a maiores níveis de qualificação, com registros contábeis e pagando impostos como autônomos. Particularmente a última abordagem define o setor informal como um conjunto de formas de produzir bens e serviços organizado pelo produtor direto, de posse de seus instrumentos de trabalho, seja em trabalho individual, seja com ajuda do trabalho familiar ou de alguns ajudantes. Entre estas ocupações, encontram-se formas de organização da produção em que o produtor é possuidor dos instrumentos de trabalho, e portanto detentor de um capital, e outras formas em que o trabalhador vende seus serviços ou mercadorias diretamente ao consumidor (final ou intermediário), com práticas de trabalho individualistas.

Tabela 7

Distribuição Ocupacional dos Trabalhadores fora das Empresas

Brasil – 1989, 1995 (%)

	A/POG	AG/A	SD/POG	SDG/SD	Categorias Ocupacionais						
					PL	PQ	PSQ	PNQ	AD	Total	
Homens											
1989	19,5	74,5	0,5	4,9	1,2	1,1	91,0	6,4	0,3	100	
1995	15,2	73,1	2,9	23,5	0,0	2,0	77,4	19,0	1,5	100	
Mulheres											
1989	12,4	25,5	18,3	95,1	2,2	1,4	92,3	4,0	0,1	100	
1995	9,9	26,9	16,9	76,5	0,4	2,9	60,4	34,3	1,9	100	

* Zona urbana.

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNADs 1989 e 1995. Tabulações Especiais.

Notas: A/POG= Autônomos/Popul. Ocupada do mesmo gênero.

AG/A=Autônomos do gênero/Total Autônomos.

SD/POG=Serviço Doméstico/Popul.Ocupada Total do mesmo gênero.

SDG/SD=Serviço Doméstico do gênero/Total Serviço doméstico.

PL= Profissionais Liberais.

PQ=Qualificados da Produção.

PSQ= Semi-qualificados da Produção.

PNQ= Não-qualificados da Produção.

AD=Ocupados na Administração.

Nestas condições, do total de trabalhadores do país alocados fora de empresas, cerca de 19% exerciam atividades por conta própria em 1983, observando-se a diminuição desta representatividade para 17% no final da década, quando verificou-se relativa retomada no aumento do produto gerado pela economia, como observado na Tabela 7.

A distribuição dos ocupados fora das empresas segundo a natureza das ocupações (categorias ocupacionais), por área de atividade e qualificação, mostra uma representatividade insignificante de ocupações administrativas, e na área da Produção, acima de 90%, em média, são representadas por semi-qualificados, em

ambos os gêneros em 1989. Para o ano de 1995 o decréscimo na participação nesta categoria foi considerável, verificando-se respectivamente para o gênero masculino e feminino, representatividades de pouco acima de 77% e de 60%; como contrapartida as ocupações de não-qualificados na área da Produção apresentaram um incremento muito significativo de participação, particularmente para as mulheres que atingiram acima de 34%, porém para os homens esta elevação não foi menos expressiva, chegando a uma percentagem de 19%. Na categoria de autônomos, a representatividade de mulheres é inferior à masculina, em todas as regiões, não se encontrando relação com o nível de desenvolvimento econômico, como será visto posteriormente.

4.5. Escolaridade dos assalariados

Utilizando-se como indicador o número de anos de estudo para identificar a escolaridade dos ocupados em empresas no Brasil como um todo, segundo as categorias ocupacionais, observa-se inicialmente para o ano de 1989, entre os dirigentes, uma média superior para os assalariados que exercem ocupações de administradores ou gerentes, em relação aos proprietários (Tabela 8). Entre estes assalariados, a média se situa abaixo do nível superior de escolaridade, para ambos os gêneros, porém observa-se maior nível entre as mulheres. O peso relativamente superior de empresas mais tradicionais, com sistemas organizacionais menos avançados, é refletido nestes resultados.

Para os demais assalariados, as diferenças no nível de escolaridade entre os gêneros são pouco significativas. Apenas salienta-se o nível consideravelmente mais elevado para as mulheres, entre os semi-qualificados com atribuições de chefia da área da Produção. Observando-se as diferenças entre as atividades da Produção direta de bens e serviços e da Administração, verifica-se nesta última, em quase todas as categorias ocupacionais, uma média superior de anos de estudos para as mulheres, em relação à primeira área, e em relação à masculina, excetuando-se as não-

qualificadas que apresentam menor escolaridade. No que se refere à condição de trabalho com ou sem proteção legal via carteira de trabalho assinada, as diferenças em escolaridade também são pouco significativas, tanto em cada categoria de um mesmo gênero, quanto entre os gêneros.

Os resultados para o ano de 1995 mostram que para as categorias de dirigentes, a média de anos de estudo observou um ligeiro acréscimo para ambos os gêneros. Na Produção, as mulheres qualificadas sem nível superior e os não-qualificados dos dois gêneros também elevaram a escolaridade, enquanto que na área da Administração este aumento se verificou entre os semi-qualificados sem atribuições de chefia dos dois sexos e entre as mulheres não-qualificadas. Estas transformações se verificaram no mesmo sentido mais freqüentemente entre os que apresentam contrato com carteira assinada. Para os que não possuem registro em carteira os gerentes e demais administradores que compõem a categoria de Dirigentes 2, os qualificados de nível superior da Produção e os de nível técnico da Administração e também os semi-qualificados com atribuições de chefia da Administração apresentam ligeira queda da escolaridade para os dois gêneros. No entanto, outras categorias mostraram ligeira elevação ou nenhuma alteração da situação anterior, concluindo-se de uma maneira geral, que as transformações não foram significativas a ponto de caracterizarem uma mudança no perfil de escolaridade dos trabalhadores, de um modo geral.

Tabela 8
Escolaridade Média dos Assalariados segundo Gênero
Brasil – 1989, 1993

Categorias Ocupacionais		TOTAL		C/C*		S/C*	
		H	M	H	M	H	M
.Dirigentes							
.Dirigentes 1	1989	6	8	-	-	-	-
	1995	7	9	-	-	-	-
.Dirigentes 2	1989	9	11	10	10	8	11
	1995	10	11	10	11	7	10
.Produção							
.Qualificados 1	1989	9	9	9	9	8	9
	1995	9	10	10	10	8	10
.Qualificados 2	1989	14	12	14	12	14	12
	1995	13	12	13	12	13	11
.Semi-qualificados1	1989	4	4	5	5	3	3
	1995	4	4	6	7	4	4
.Semi-qualificados2	1989	5	10	5	11	5	10
	1995	5	10	5	9	5	10
.Não-qualificados	1989	3	3	3	3	3	3
	1995	4	4	4	5	3	3
.Administração							
.Qualificados 1	1989	9	11	9	10	10	11
	1995	8	11	8	11	9	10
.Qualificados 2	1989	13	14	14	14	12	14
	1995	13	13	13	13	13	13
.Semi-qualificados1	1989	8	9	8	9	8	9
	1995	9	10	9	10	8	9
.Semi-qualificados2	1989	9	10	9	10	8	10
	1995	9	10	9	11	7	9
.Não-qualificados	1989	4	3	4	3	4	3
	1995	4	4	4	4	4	4

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNADs 1989 e 1995. Tabulações Especiais.

* C/C = Com carteira; S/C = Sem carteira.

**Escolaridade = anos de estudo.

4.6. Segmentação setorial e ocupacional

As informações estatísticas revelam a forte segmentação setorial da população ocupada segundo o gênero apresentada pela economia brasileira, que é retratada também entre as diversas categorias ocupacionais, como é visualizado nas Tabelas 9a e 9b para a população masculina ocupada nas empresas, e 10a e 10b para a feminina. Assim, determinados setores e categorias ocupacionais concentram maior percentual da força de trabalho feminina. Entre os setores, observa-se que a concentração feminina nas empresas se verifica apenas nos Serviços Sociais compostos pelas atividades de Saúde, Ensino e outras sem fins lucrativos, onde acima de 76% dos ocupados eram mulheres em 1989; para o ano de 1995, observa-se uma queda não significativa nesta participação, que porém não representa grandes mudanças estruturais.

No setor Primário, embora no final da década de oitenta a representatividade masculina era de quase 74%, observou-se para a década de noventa, um aumento considerável da participação feminina, que aumentou de cerca de 26% para quase 42%. Este aumento se verificou com maior intensidade na área da produção em quase todas as categorias ocupacionais, embora tenha também ocorrido da área administrativa, particularmente entre as semi-qualificadas.

Nas atividades do setor Secundário como um todo os ocupados do gênero masculino que representavam em 1989 quase 73% aumentaram a participação em meados da década de noventa, quando representavam cerca de 85% do total de trabalhadores ali alocados. Este aumento se verificou particularmente na Indústria de Transformação, desde que não se constatou alteração na Construção, em que a quase totalidade de trabalhadores é de homens, e nas atividades de Outras Indústrias (Serviços Industriais de Utilidade Pública — como fornecimento de água, gás, esgoto e energia elétrica — e Indústria Extrativa Mineral) apresentou-se um decréscimo da participação masculina.

Com relação às atividades terciárias como um todo, quase 60% eram compostas por trabalhadores masculinos em 1989, observando-se um discreto crescimento da participação feminina no ano de 1995. No entanto entre os setores de serviços, observam-se algumas diversidades, pois as atividades de Transportes de Comunicações a concentração masculina é quase total (92%), enquanto que nos demais setores, se situava em torno de 60% e 70% no final da década de oitenta e em 1995 a representação feminina teve ligeiro acréscimo, porém sem mudanças estruturais.

Tabela 9a

Participação dos Homens Ocupados nas Empresas por Categorias Ocupacionais

Setores Primário e Secundário – Brasil, 1989, 1995 (%)

Categorias Ocupacionais		Brasil	Primário	Secundário			
				Total	Ind. de Transfor.	Ind. da Constr.	Outras Ind.
Empresas	1989	68,2	73,6	79,1	72,7	97,2	89,1
	1995	63,3	58,5	81,0	85,0	97,5	83,1
Dirigentes	1989	78,6	95,3	84,4	81,0	96,0	84,3
	1995	76,2	94,6	83,6	80,3	95,3	82,3
Proprietários	1989	83,8	94,8	86,9	82,1	97,8	100,0
	1995	80,5	93,8	85,0	80,0	96,0	90,7
Assalariados	1989	68,9	97,7	78,7	78,7	82,1	76,1
	1995	69,3	97,8	80,8	80,9	83,6	77,5
Produção	1989	70,1	71,8	80,4	73,0	98,9	94,9
	1995	64,1	56,7	82,7	73,1	98,6	87,2
Qualificado1	1989	44,3	90,2	87,6	86,2	92,6	93,1
	1995	40,3	65,1	82,7	79,0	89,4	92,1
Qualificados2	1989	29,5	77,0	89,5	90,5	88,9	87,1
	1995	24,8	84,7	86,9	86,4	85,5	90,6
Semiqualific.1	1989	72,8	71,4	79,0	70,7	99,0	95,4
	1995	64,7	56,3	81,9	71,1	98,7	93,9
Semiqualific.2	1989	95,1	100,0	99,1	98,7	100,0	99,2
	1995	98,0	100,0	99,4	99,3	99,5	100,0

Tabela 9a (continuação)**Participação dos Homens Ocupados nas Empresas por Categorias Ocupacionais****Setores Primário e Secundário – Brasil, 1989, 1995 (%)**

Categorias Ocupacionais		Brasil	Primário	Secundário			
				Total	Ind. de Transfor.	Ind. da Constr .	Outras Ind.
Não-qualific.	1989	76,5	81,8	84,5	83,4	95,8	89,7
	1995	71,1	93,6	82,3	88,6	98,3	71,6
Administração	1989	57,3	83,6	70,2	68,4	81,4	72,6
	1995	54,3	69,8	67,7	66,6	74,5	69,0
Qualificados1	1989	75,3	100,0	83,2	82,0	89,0	86,6
	1995	78,6	89,6	82,4	83,5	75,5	79,2
Qualificados2	1989	73,9	62,7	68,7	69,0	88,0	54,6
	1995	74,9	-	73,0	72,2	73,5	77,7
Semiqualic.1	1989	54,1	75,1	65,3	62,5	77,9	74,4
	1995	45,3	59,2	60,1	57,7	73,2	65,7
Semiqualic.2	1989	29,2	80,4	21,8	19,5	17,7	37,2
	1995	13,0	70,0	1,3	1,7	10,0	27,0
Não- qualific.	1989	63,1	88,3	83,2	82,0	91,6	80,5
	1995	61,5	76,3	81,2	80,3	93,1	73,5

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNADs 1989 e 1995. Tabulações Especiais.

Tabela 9b

**Participação dos Homens Ocupados nas Empresas por Categorias
Ocupacionais**

Sector Terciário – Brasil, 1989, 1995 (%)

Categorias Ocupacionais		Terciário	Com.	Transp. e Comum.	Ativ.Fin.	Serviços Sociais	Adm. Públ.	Serv.Aux. Empr.	Demais Serv.
Empresas	1989	59,7	65,2	92,2	65,4	23,6	70,5	68,6	56,3
	1995	56,9	62,1	91,5	59,4	24,6	66,6	65,0	65,3
Dirigentes	1989	71,7	76,2	84,2	78,2	34,1	67,5	73,6	68,6
	1995	68,2	72,5	90,2	70,7	38,6	56,2	73,0	79,3
Proprietários	1989	78,0	77,3	90,8	93,0	39,7	-	82,6	69,6
	1995	72,8	74,4	87,7	70,9	39,2	-	77,5	75,9
Assalariados	1989	62,8	74,0	77,1	75,8	32,3	67,1	50,5	63,3
	1995	62,5	68,4	92,9	70,2	38,5	56,4	59,0	80,2
Produção	1989	61,0	67,6	98,1	69,0	21,1	77,7	82,1	53,3
	1995	57,8	63,8	95,8	56,1	22,2	78,1	75,5	75,6
Qualificado1	1989	36,5	72,2	83,8	59,5	23,9	64,0	83,8	72,8
	1995	31,4	68,9	89,5	79,7	20,3	71,6	58,3	80,1
Qualificados2	1989	25,6	54,9	95,6	73,6	15,9	50,4	78,8	30,0
	1995	21,8	44,6	84,4	72,5	18,4	40,4	73,1	41,0
Semiqualfic.1	1989	66,6	62,5	94,3	59,4	30,0	81,9	79,7	54,5
	1995	58,6	58,3	87,0	57,8	21,2	79,6	74,3	56,9
Semiqualfic.2	1989	84,1	98,2	99,4	72,0	97,3	98,9	97,3	93,3
	1995	97,7	99,4	99,3	79,6	90,8	99,1	96,9	81,7
Não-qualific.	1989	72,9	84,2	98,3	100,0	24,1	74,0	95,4	28,5
	1995	66,1	88,8	98,1	97,0	20,0	89,4	91,1	31,7
Administração	1989	53,5	51,1	64,6	60,6	27,5	67,3	53,9	56,6
	1995	51,5	48,6	63,5	69,6	29,0	57,0	56,5	54,0
Qualificados1	1989	68,9	72,7	75,1	78,4	34,7	65,3	70,3	61,5
	1995	76,7	74,8	74,4	91,9	47,0	65,9	70,7	61,9
Qualificados2	1989	75,4	76,3	73,6	74,1	...	75,6
	1995	75,4	53,3	73,4	66,8	57,6	82,1	73,2	70,1

Tabela 9b (continuação)**Participação dos Homens Ocupados nas Empresas por Categorias Ocupacionais****Setor Terciário – Brasil, 1989, 1995 (%)**

Categorias Ocupacionais		Terciário	Com.	Transp. e Comum.	Ativ.Fin.	Serviços Sociais	Adm. Públ.	Serv.Aux. Empr.	Demais Serv.
Semiqualific.1	1989	51,1	42,5	62,2	50,2	25,5	72,6	51,2	44,4
	1995	42,5	41,3	63,2	42,8	27,3	74,9	45,9	51,9
Semiqualific.2	1989	29,9	18,9	22,2	24,1	21,1	49,5	8,7	29,9
	1995	15,2	5,7	3,0	5,5	11,3	45,5	0,9	5,7
Não- qualific.	1989	58,3	78,5	74,7	84,3	31,4	61,2	78,4	59,0
	1995	58,2	74,6	70,9	70,2	32,9	65,2	75,6	74,7

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNADs 1989 e 1995. Tabulações Especiais.

Tabela 10a**Participação das Mulheres Ocupadas nas Empresas por Categorias Ocupacionais****Setores Primário e Secundário – Brasil, 1989, 1995 (%)**

Categorias Ocupacionais		Total	Primário	Secundário			
				Total	Ind. de Transfor	Ind. da Constr	Outras Ind.
Empresas	1989	31,8	26,4	20,9	27,3	2,8	10,9
	1995	36,7	41,5	18,9	15,0	2,5	16,8
Dirigentes	1989	21,4	4,7	15,6	19,0	4,0	15,7
	1995	23,8	5,4	16,4	19,7	4,7	17,8
Proprietários	1989	16,2	5,2	13,1	17,9	2,2	-
	1995	19,5	6,2	15,0	20,0	4,0	9,3
Assalariados	1989	31,1	2,3	21,3	21,3	17,9	23,9
	1995	30,7	2,2	19,2	19,1	16,4	22,5
Produção	1989	29,9	28,2	19,6	27,0	1,1	5,1
	1995	35,9	43,3	17,3	26,9	1,5	12,8
Qualificados 1	1989	55,7	9,8	12,4	13,8	7,4	6,9
	1995	59,7	34,9	17,3	21,0	10,6	7,9
Qualificados 2	1989	70,5	23,0	10,5	9,5	11,0	12,9
	1995	75,2	15,3	13,1	13,6	14,5	9,4
Semiqualfic. 1	1989	27,2	28,6	21,0	29,3	1,0	4,6
	1995	35,3	43,7	18,1	28,9	1,3	6,1
Semiqualfic. 2	1989	4,9	...	0,9	1,3	...	0,8
	1995	2,00	...	0,6	0,8	0,5	-
Não-qualific.	1989	23,5	18,2	15,5	16,6	4,4	10,3
	1995	28,99	6,5	17,7	11,4	1,7	28,4

Tabela 10a (continuação)**Participação das Mulheres Ocupadas nas Empresas por Categorias Ocupacionais****Setores Primário e Secundário – Brasil, 1989, 1995 (%)**

Categorias Ocupacionais		Total	Primário	Secundário			
				Total	Ind. de Transfor	Ind. da Constr	Outras Ind.
Administração	1989	42,7	16,4	29,8	31,6	18,6	27,4
	1995	45,7	30,2	32,3	33,4	25,5	31,1
Qualificados 1	1989	24,7	...	16,8	18,0	11,0	13,4
	1995	21,4	10,4	17,6	16,5	24,5	20,8
Qualificados 2	1989	26,1	37,3	31,3	31,0	12,0	45,4
	1995	25,1	100,0	27,0	27,8	26,5	22,4
Semiqualfic. 1	1989	45,9	24,9	34,7	37,5	22,1	25,6
	1995	54,7	40,8	39,9	42,3	26,8	34,3
Semiqualfic. 2	1989	70,8	19,6	78,2	80,5	82,1	62,8
	1995	87,0	30,0	98,7	98,3	90,0	73,0
Não qualific.	1989	36,9	11,7	16,8	18,0	8,4	19,5
	1995	38,5	23,7	18,9	19,7	6,9	26,5

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNADs 1989 e 1995. Tabulações Especiais.

Tabela 10b
Participação das Mulheres Ocupadas nas Empresas por Categorias
Ocupacionais

Setor Terciário – Brasil, 1989, 1995 (%)

Categorias Ocupacionais		Terciário	Com.	Transp.e Comum.	Ativ. Fin	Serviços Sociais	Adm. Públ.	Serv.Aux. Empr.	Demais Serv.
Empresas	1989	40,3	34,8	7,8	34,6	76,4	29,5	31,4	43,7
	1995	43,1	37,9	8,5	40,6	75,3	33,3	35,0	34,8
Dirigentes	1989	28,3	23,8	15,8	21,8	65,9	32,5	26,4	31,4
	1995	31,8	27,5	9,8	29,3	61,4	43,8	27,0	20,7
Proprietários	1989	22,0	22,7	9,2	7,0	60,3	-	17,4	30,4
	1995	27,2	25,6	12,3	29,1	60,8	-	22,5	24,1
Assalariados	1989	37,2	26,0	22,9	24,2	67,7	32,9	49,5	36,7
	1995	37,5	31,6	7,1	29,8	61,5	43,6	41,0	19,8
Produção	1989	39,0	32,4	1,9	31,0	78,9	22,3	17,9	46,7
	1995	42,1	36,2	4,2	43,9	77,9	21,9	24,5	24,4
Qualificados 1	1989	63,5	27,8	16,2	40,5	76,1	36,0	16,2	27,2
	1995	68,6	31,1	10,5	20,3	79,7	28,4	41,7	19,9
Qualificados 2	1989	74,4	45,1	4,4	26,4	84,1	49,6	21,2	70,0
	1995	78,3	55,4	15,6	27,5	81,7	59,6	26,9	59,0
Semiqualfic. 1	1989	33,4	37,5	5,7	40,6	70,0	18,1	20,3	45,5
	1995	41,4	41,7	13,0	42,2	78,8	20,5	25,7	43,1
Semiqualfic. 2	1989	5,9	1,8	0,6	28,0	2,7	1,1	2,7	6,7
	1995	2,3	0,6	0,7	20,4	9,2	0,9	3,1	18,3
Não-qualific.	1989	27,1	15,8	1,7	...	75,9	26,0	4,6	71,4
	1995	33,9	11,2	1,9	3,0	80,0	10,6	8,9	68,3
Administração	1989	46,1	48,9	35,4	39,4	72,5	32,7	46,1	43,4
	1995	48,5	51,4	36,5	30,4	71,0	43,0	43,6	46,1
Qualificados 1	1989	31,1	27,3	24,9	21,6	65,3	34,7	29,7	38,5
	1995	23,33	25,3	25,6	8,1	53,0	34,1	29,3	38,2
Qualificados 2	1989	24,6	23,7	26,4	25,9	...	24,4
	1995	24,6	46,7	26,6	33,2	42,4	17,9	26,8	29,9
Semiqualfic. 1	1989	48,9	57,5	37,8	49,8	74,4	27,4	48,8	55,6
	1995	57,5	58,7	36,8	57,2	72,7	55,1	54,1	48,1
Semiqualfic. 2	1989	70,1	81,1	77,8	75,9	78,9	50,5	91,3	70,1
	1995	84,8	94,3	97,0	94,5	88,7	54,5	99,1	94,3
Não qualific.	1989	41,7	21,5	25,3	15,7	68,6	38,8	21,6	41,0
	1995	41,8	25,4	29,1	29,8	67,1	34,8	24,5	25,3

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNADs 1989 e 1995. Tabulações Especiais.

Com respeito à segmentação entre as categorias ocupacionais, observa-se para o total do país uma nítida segmentação entre gêneros, pois a representatividade masculina é consideravelmente superior na maior parte dos grupos de ocupações nas empresas, situando-se mais freqüentemente em torno de 65% a mais de 80%. As exceções são representadas pela forte participação feminina nas categorias de semi-qualificadas com atribuições de chefia da área administrativa, que em 1989 representavam acima de 71% e em 1995 já se situavam em 87%. Também é considerável a concentração de mulheres alocadas nas ocupações qualificadas da área da produção direta de bens e serviços: entre as que possuíam nível superior, no final dos anos oitenta correspondiam a quase 71% dos trabalhadores e em 1995 já agregavam $\frac{3}{4}$ dos ocupados nestas atividades; a representatividade feminina também é superior à masculina entre as ocupações de qualificadas com nível técnico que trabalham na área da Produção, onde atingem quase 60% dos ocupados.

Por outro lado, as concentrações masculinas mais significativas para o global da economia, se encontram entre os semi-qualificados com atribuições de chefia da área da produção direta de bens e serviços (95% e 98% respectivamente em 1989 e 1995), entre os não-qualificados da área da produção (77% e 71%) e entre os qualificados da área administrativa (75%). Entre os Dirigentes, onde os proprietários representavam em torno de 77% e os assalariados 69%.

A segmentação se torna mais evidente entre as categorias ocupacionais das empresas, quando se analisam separadamente os setores de atividade, verificando-se particularmente no setor Primário e na Indústria da Construção que a concentração masculina é consideravelmente superior à média nacional em alguns grupos ocupacionais atingindo a quase totalidade dos ocupados. No setor Secundário, as mulheres apenas apresentam concentração superior nas atividades administrativas semi-qualificadas com atribuições de chefia, porém com maior intensidade nas indústrias de Transformação e Construção, onde atingem participações de 80% a acima de 95%, respectivamente em 1989 e 1995. Nesta categoria, o mesmo acontece

com quase todos os setores do Terciário, com exceção da Administração Pública, onde a concentração feminina é menor, um pouco acima de 50%.

Tabela 11a

Participação dos Ocupados fora das Empresas por Categorias Ocupacionais

Setores Primário e Secundário – Brasil, 1989, 1995 (%)

Categorias Ocupacionais	Brasil	Primário	Secundário				
			Subtotal	Ind. de Transfor.	Ind. da Constr.	Outras Ind.	
HOMENS							
Serv.Domést.	1989	4,9	-	-	-	-	-
	1995	6,8	-	-	-	-	-
Conta própria	1989	74,5	92,4	84,5	57,8	99,9	100,0
	1995	70,6	90,2	34,1	24,2	100,0	78,9
MULHERES							
Serv.Doméstico	1989	95,1	-	-	-	-	-
	1995	93,2	-	-	-	-	-
Conta própria	1989	25,5	7,6	15,5	42,2	0,1	-
	1995	29,5	9,8	66,0	75,8		21,1

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNADs 1989 e 1995. Tabulações Especiais.

Tabela 11b**Participação dos Ocupados fora das Empresas por Categorias Ocupacionais****Setor Terciário – Brasil, 1989, 1995 (%)**

Categorias Ocupacionais		Terciário	Com.	Transp. e Comum.	Ativ.Fin.	Serviços Sociais	Adm. Públ.	Serv.Aux. Empr.	Demais Serv.
HOMENS									
Serv.Domést.	1989	4,9	-	-	-	-	-	-	4,9
	1995	6,8	-	-	-	-	-	-	6,8
Conta própria	1989	55,2	71,7	99,5	100,0	50,4	-	57,1	32,2
	1995	55,6	58,9	64,9	...	62,2	-	57,0	52,9
MULHERES									
Serv.Doméstico	1989	95,1	-	-	-	-	-	-	95,1
	1995	93,3	-	-	-	-	-	-	93,3
Conta própria	1989	44,8	28,5	0,5	-	49,6	-	42,9	67,8
	1995	44,4	41,1	35,1	...	37,8	-	43,0	47,1

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNADs 1989 e 1995. Tabulações Especiais.

Observa-se que nas atividades terciárias, que entre os trabalhadores das ocupações semi-qualificadas com atribuições de chefia da área da Produção, em todos os setores a concentração masculina é quase total, exceto nas Atividades Financeiras onde porém chega a quase 80% em 1995.

Examinando-se a segmentação da população ocupada fora das empresas, retratada nas Tabelas 11a e 11b, salienta-se inicialmente a concentração quase que total de mulheres nas ocupações do serviço doméstico remunerado, porém com ligeiro aumento da participação masculina nos anos noventa; este aumento está associado ao aumento do desemprego global e particularmente entre os não-qualificados, que estimulou a procura destas ocupações por homens. É necessário salientar-se que parte não significativa destes serviços domésticos remunerados, pode ser atribuída a ocupações em empresas, desde que nos anos noventa em regiões de maior dinamismo econômico, uma série de empresas dedicada a prestar estes serviços

foram criadas, empregando um número proporcionalmente elevado de homens em relação à tradição do fornecimento destes serviços.

Para os demais autônomos, para o total da economia, ainda se constata a forte segmentação, retratada pela participação de quase 75% de homens nestas atividades em 1989, embora tenha se observado um decréscimo para 71% em 1995. Este aumento da participação feminina, embora não significativo para o global, se verificou em todos os setores da economia, e com amplas diferenças setoriais. Nas atividades secundárias da Indústria de Transformação, verificaram-se proporcionalmente as maiores transformações, desde que a participação feminina se elevou de 42% no final dos anos oitenta, para quase 76% em 1995. Esta situação se deu particularmente pelo aumento considerável do trabalho feminino em casa de produção de alimentos (congelados, chocolates, cestas de café, entre outros) e de confecção. No setor Terciário, também significativo é o aumento da representatividade feminina entre os autônomos, nas atividades de Transporte, particularmente nas atividades de taxista, que embora em números absolutos não tenha se mostrado significativa, em termos proporcionais significa uma modificação importante. Também nas Atividades Financeiras a proporção de mulheres aumentou consideravelmente.

Porém é no setor denominado de Demais Serviços, que englobam serviços pessoais, de manutenção e reparação, esportes, de diversões e outros não discriminados, que se verificaram as maiores transformações na segmentação, pois a participação masculina que era relativamente baixa, de menos de 1/3 dos ocupados, apresentou um acréscimo relevante, atingindo quase 83%. Portanto é para estes tipos de atividades que se dirigiram mais fortemente os trabalhadores menos qualificados que perderam postos de trabalho nas empresas. Dois outros setores em que a divisão de trabalho entre os gêneros apresentou grandes transformações, foram o Comércio e os Serviços Sociais, embora com movimentos contrários; no primeiro, a participação feminina como trabalhadora autônoma se elevou de quase 29% em

1989 para mais de 41% em 1995, e no último a representatividade masculina se elevou de 50% para 62% respectivamente.

Resumindo as observações sobre a segmentação, os indicadores revelam que embora algumas alterações significativas tenham ocorrido em setores específicos no período entre 1989 e 1995 com relação à segmentação do trabalho entre gêneros no Brasil, de um modo global não se observaram transformações estruturais relevantes que possam significar qualquer mudança no perfil desta distribuição de trabalhadores, embora a participação feminina tenha se elevado discretamente no período, seja como tendência histórica mundial, seja como decorrência dos problemas conjunturais pelos quais o país vem passando, que no entanto por afetarem os dois gêneros, diminuíram os possíveis impactos que histórica e mundialmente vêm ocorrendo sobre as mudanças na segmentação.

Um interessante estudo de Leszczynski (1997), examina o acesso de mulheres à educação técnica e vocacional no Brasil, avalia algumas informações para o Paraná, verificando que apesar do significativo aumento do número de professoras de 1985 a 1995, a maior parte está concentrada nas áreas de educação geral e apenas uma pequena porcentagem nas áreas de educação técnica, revelando que ainda persiste a tradição da orientação feminina para ocupações menos técnicas ou científicas.

5. A DIVISÃO REGIONAL DO TRABALHO SEGUNDO O GÊNERO

5.1. Aspectos metodológicos

As diferenças regionais na condição de ocupação dos trabalhadores segundo o gênero em muitos casos são muito significativas no Brasil. Esta seção examina estas diversas situações espaciais através de vários indicadores, como:

a) representatividade de cada região sobre o total brasileiro; b) indicador de dispersão regional (QDij) calculado de modo a permitir a comparação mais acurada e direta das diferenças; c) médias de escolaridade e de rendimentos.

Quociente de Diferenciação Regional (QDij)

X_i = número de pessoas ocupadas no país no setor ou na categoria ocupacional **i**;

X = número de pessoas ocupadas no país;

X_{ij} = N^o de pessoas ocupadas na região **j** no setor ou na categoria ocupacional **i**;

X_j = número de pessoas ocupadas na região **j**.

O quociente de diferenciação regional por setor ou categoria ocupacional QDij é definido pela expressão:

$$QDij = \frac{X_{ij}/X_j \cdot 100}{X_i/X \cdot 100}$$

medindo o grau de diferenciação espacial da representatividade do setor **i** na região **j**, em relação à média nacional. A interpretação de QDij pode ser feita mediante as seguintes considerações:

QDij < 1, o setor ou categoria ocupacional **i** é menos representativo na região **j**, se comparado à representatividade no espaço nacional global.

QDij > 1, o setor ou categoria ocupacional **i** é mais representativo na região **j** se comparado á representatividade no espaço nacional global.

5.2. As diferenças regionais segundo as categorias ocupacionais nas empresas

Os Quocientes de Diferenciação Regional (QDij) como conceituados, permitem observar para cada categoria ocupacional das empresas, as diferenças de cada espaço em relação ao observado na média global do país em relação a cada gênero especificamente. Examinando inicialmente os resultados para o global das empresas (Tabelas 12 e 13), constata-se que para o gênero feminino, os indicadores não se afastam consideravelmente da média, observando-se em 1995 que as regiões do Rio de Janeiro, São Paulo e Norte apresentam quocientes abaixo da unidade. No período examinado desde 1983, algumas transformações são observadas, salientando-se que neste ano, os diferenciais eram mais intensos, afastando-se mais da média, e particularmente as regiões de Minas Gerais-Espírito Santo e Centro-Oeste apresentavam participações de Mulheres nas empresas consideravelmente inferiores às demais. Dessa forma, houve um movimento de equalização da representatividade feminina nas empresas entre os diversos espaços. Com relação aos homens, a única região a se distanciar mais da média e de forma negativa (QDij abaixo da unidade), foi o Nordeste, no ano de 1995, que perdeu representatividade em relação ao ano de 1983. Com relação ao período anterior desde 1983, também se observou uma convergência para a representatividade média, e neste ano o maior afastamento negativo havia se verificado na região Sul.

Constata-se entre as mulheres que em 1995 que as regiões Nordeste e Minas-Gerais-Espírito Santo apresentavam-se com indicadores respectivamente 41% e 14% abaixo da média nacional, significando que nestas regiões a força de trabalho feminino que se aloca em cargos de gerência nas empresas é inferior. Para o Rio de Janeiro, São Paulo e Centro-Oeste, os resultados se mostraram entre 25% a 37% acima da média, nas duas primeiras regiões como resultado do maior nível de desenvolvimento econômico e na última, tendo em vista a alocação em cargos da Administração Pública. No caso dos homens a região Nordeste mostra um aumento significativo da diferença negativa entre os primeiros anos da década de oitenta e o primeiro

quinquênio dos anos noventa, quando a dispersão negativa se situou cerca de 38% inferior à média nacional. As regiões que mais divergiram positivamente foram São Paulo e Centro-Oeste (22% acima da média) e o Sul (17%).

Tabela 12

**Quociente de Diferenciação Regional da População Ocupada nas Empresas
(Qdij) – Mulheres**

Regiões Brasileiras – 1983, 1989, 1995

		RJ	SP	S	MG-ES	NE	CO	N
EMPRESAS	1983	0,94	0,98	1,19	0,85	1,04	0,77	0,99
	1989	0,95	1,09	1,06	0,91	0,97	0,91	0,95
	1995	0,93	0,97	1,06	1,00	1,02	1,00	0,92
DIRIGENTES	1983	1,15	0,97	1,05	0,89	1,05	0,81	1,23
	1989	1,09	1,39	0,81	0,99	0,67	1,29	0,99
	1995	1,25	1,3	1,12	0,86	0,59	1,37	1,16
PRODUÇÃO	1983	0,94	0,94	1,26	0,82	1,05	0,66	0,92
	1989	0,81	0,97	1,17	0,92	1,10	0,75	0,82
	1995	0,78	0,84	1,11	1,02	1,14	0,93	0,84
	Qualificados 1							
	1983	1,03	0,91	0,98	1,00	1,17	1,04	0,98
	1989	1,30	1,20	0,80	0,83	0,92	0,94	1,06
	1995	1,34	1,47	1,02	0,65	0,58	1,19	1,52
	Qualificados 2							
	1983	0,88	0,86	1,03	1,05	1,13	0,99	0,96
	1989	1,13	0,90	0,85	1,03	1,11	0,98	1,18
	1995	1,25	1,03	0,83	0,97	1,05	0,85	1,10
	Semi-qualificados 1							
	1983	0,83	0,94	1,31	0,71	1,14	0,49	0,83
	1989	0,64	0,96	1,34	0,91	1,12	0,62	0,69
	1995	0,66	0,80	1,18	1,02	1,18	0,93	0,75
	Semi-Qualificados 2							
	1983	0,85	1,29	0,98	1,07	0,78	0,61	0,66
	1989	1,34	1,53	1,04	0,84	0,50	0,78	0,83
	1995	1,74	1,69	0,81	0,75	0,55	1,06	0,62
	Não-qualificados							
	1983	0,83	0,92	0,84	1,32	1,03	0,84	0,72
	1989	1,08	0,93	0,56	0,83	1,29	1,55	0,92
	1995	1,24	0,80	0,69	1,22	1,07	1,16	1,43

Tabela 12 (continuação)**Quociente de Diferenciação Regional da População Ocupada nas Empresas
(Qdij) – Mulheres****Regiões Brasileiras – 1983, 1989, 1995**

		RJ	SP	S	MG-ES	NE	CO	N
ADMINISTR.	1983	0,85	1,04	1,03	1,05	1,02	1,01	0,97
	1989	1,24	1,29	0,87	0,87	0,71	1,20	1,25
	1995	1,39	1,35	0,89	0,96	0,65	1,16	1,18
Qualificados 1	1983	1,09	1,14	0,75	0,76	0,94	1,16	1,06
	1989	1,49	1,42	1,08	0,63	0,48	1,18	1,09
	1995	1,50	1,85	0,71	0,75	0,45	1,23	1,09
Qualificados 2	1983	0,65	0,98	0,93	0,82	1,37	1,38	1,05
	1989	0,89	1,33	0,70	0,83	0,88	1,35	1,40
	1995	2,11	1,18	1,04	0,74	0,48	0,96	1,68
Semi-qualificados 1	1983	0,86	1,08	0,94	1,01	1,07	0,92	0,91
	1989	1,25	1,49	0,83	0,86	0,62	1,02	1,06
	1995	1,43	1,45	0,84	0,96	0,64	1,14	1,03
Semi-qualificados 2	1983	0,98	1,13	1,03	1,05	0,88	0,90	0,98
	1989	1,56	1,05	0,64	0,79	0,77	1,84	1,78
	1995	1,68	1,33	1,09	0,68	0,58	0,83	1,39
Não-qualificados	1983	0,62	0,92	1,37	1,23	1,00	1,05	1,11
	1989	1,04	1,04	1,05	0,99	0,85	1,12	1,27
	1995	0,99	1,04	0,96	1,17	0,79	1,26	1,48

Fonte dos dados brutos: IBGE – PNADs 1983, 1989 e 1995. Tabulações Especiais.

Tabela 13

**Quociente de Diferenciação Regional da População Ocupada nas Empresas
(Qdij) – Homens**

Regiões Brasileiras – 1983, 1989, 1995

		RJ	SP	S	MG-ES	NE	CO	N
EMPRESAS	1983	1,03	1,01	0,92	1,06	0,98	1,09	1,00
	1989	1,09	1,10	0,95	1,03	0,90	1,03	1,00
	1995	1,08	1,09	1,00	1,02	0,90	1,02	0,99
DIRIGENTES	1983	0,97	1,01	0,99	1,02	0,99	1,03	0,96
	1989	1,13	1,12	0,99	1,07	0,68	1,45	1,20
	1995	1,09	1,22	1,17	1,05	0,62	1,22	1,03
PRODUÇÃO	1983	0,98	1,02	1,00	1,05	0,97	0,98	1,03
	1989	0,94	1,05	0,96	1,09	0,98	0,95	0,90
	1995	0,98	1,02	1,01	1,05	0,97	1,00	0,98
	Qualificados 1							
	1983	0,97	1,09	1,02	1,00	0,83	0,96	1,02
	1989	1,52	1,42	0,79	0,87	0,59	1,01	1,49
	1995	1,21	1,18	1,07	1,07	0,66	1,12	1,24
	Qualificados 2							
	1983	1,32	1,36	0,90	0,84	0,63	1,01	1,09
	1989	1,72	1,42	0,81	0,87	0,59	0,86	1,23
	1995	1,44	1,37	0,90	0,93	0,68	0,93	1,11
	Semi-qualificados 1							
	1983	1,06	1,02	0,89	1,11	0,95	1,19	1,06
	1989	0,85	0,99	0,99	1,14	1,05	0,94	0,79
	1995	0,92	0,96	1,00	1,07	1,03	1,00	0,95
	Semi-qualificados 2							
	1983	1,01	0,99	1,00	1,00	1,01	1,02	1,01
	1989	1,23	1,34	1,01	0,93	0,65	0,92	1,26
	1995	1,14	1,40	1,04	1,01	0,63	0,98	0,96
	Não-qualificados							
	1983	1,03	1,01	1,03	0,94	1,00	1,03	1,05
	1989	1,03	1,01	0,72	1,01	1,10	1,11	1,27
	1995	1,37	1,00	0,98	1,00	0,86	0,99	1,29
ADMINISTR.	1983	1,10	0,98	0,98	0,97	0,99	1,00	1,02
	1989	1,67	1,28	0,85	0,75	0,69	1,09	1,30
	1995	1,63	1,38	0,89	0,83	0,66	1,01	1,03
	Qualificados 1							
	1983	0,98	0,96	1,07	1,07	1,02	0,96	0,98
	1989	1,65	1,63	0,94	0,76	0,45	0,81	0,93
	1995	1,87	1,53	0,83	0,83	0,59	0,75	0,91

Tabela 13 (continuação)**Quociente de Diferenciação Regional da População Ocupada nas Empresas
(Qdij) – Homens****Regiões Brasileiras – 1983, 1989, 1995**

	RJ	SP	S	MG-ES	NE	CO	N
Qualificados 2							
1983	1,07	1,00	1,01	1,03	0,93	0,93	0,99
1989	2,21	1,11	0,77	0,76	0,59	1,48	1,35
1995	2,06	1,35	0,99	0,78	0,49	1,12	1,05
Semi-qualificados 1							
1983	1,10	0,95	1,04	0,99	0,95	1,05	1,06
1989	1,61	1,27	0,96	0,84	0,61	1,06	1,28
1995	1,47	1,43	0,96	0,81	0,60	1,13	1,06
Semi-qualificados 2							
1983	1,05	0,65	0,91	0,85	1,32	1,27	1,29
1989	1,60	0,89	0,74	0,43	0,98	1,92	1,87
1995	2,19	1,08	0,97	0,63	0,54	1,20	2,24
Não-qualificados							
1983	1,17	1,04	0,83	0,90	1,00	0,98	0,95
1989	1,67	1,26	0,70	0,69	0,84	1,03	1,34
1995	1,51	1,26	0,78	0,89	0,84	0,97	1,01

Fonte dos dados brutos: IBGE – PNADs 1983, 1989 e 1995. Tabulações Especiais.

Quando se examinam os quocientes para a área da produção direta de bens e serviços como um todo, as diferenças regionais assumem proporções significativas entre os sexos. Para o gênero masculino os indicadores se situaram muito próximos da unidade (positiva ou negativamente) para todas as regiões e em todo o período examinado, não revelando transformações dignas de nota. No entanto para a força de trabalho feminina alocada nesta área das empresas, algumas diferenças regionais são constatadas tanto em um mesmo ano como entre períodos; no início dos anos oitenta o Centro-Oeste e a região de Minas Gerais-Espírito Santo apresentaram quociente cerca de 34% e 18% inferiores à média e como contrapartida o Sul se situava com uma representatividade 26% superior à unidade. Já no ano de 1995, as regiões que apresentavam indicadores abaixo da unidade foram as mais industrializadas o Rio de Janeiro (22%) e São Paulo (16%) e ainda o Norte (16%),

enquanto no Nordeste e no Sul a representatividade feminina esteve em torno de 14% e 11% respectivamente acima da média nacional. Estes resultados indicam que os reflexos das sucessivas políticas de estabilização afetaram mais intensamente a possibilidade de emprego das mulheres nos espaços mais industrializados, e aumentaram as chances de alocação feminina na área da Produção em regiões em que a especialização em agricultura e serviços é proporcionalmente mais intensa.

O exame das categorias ocupacionais internamente à área da Produção revelam diversidades regionais para ambos os gêneros. Para a população ocupada masculina, chama a atenção o indicador consideravelmente abaixo da unidade para a região Nordeste nas ocupações qualificadas, tanto de nível técnico quanto de nível superior e nas categorias de semi-qualificados com atribuições de chefia, verificando-se que este quociente se afasta mais da média no final dos anos oitenta (também para as regiões do Sul, e Minas Gerais-Espírito Santo), quando a concentração nestas categorias nas regiões mais desenvolvidas de São Paulo e Rio de Janeiro, mas também no Norte (em vista da região industrializada de Manaus) se elevou proporcionalmente com grande intensidade. Também entre os homens não-qualificados da Produção observam-se algumas transformações regionais particularmente com o forte aumento relativo da concentração no Rio de Janeiro e no Norte no ano de 1995 em relação ao período de 1983, e forte decréscimo no Nordeste.

No que se refere às mulheres, a representatividade em relação à média nacional decresce consideravelmente nas categorias de qualificadas com nível técnico da Produção, nas regiões de Minas Gerais-Espírito Santo e no Nordeste, compensada pela elevação dos quocientes nas regiões mais industrializadas do Rio de Janeiro, São Paulo e Norte. Também entre as qualificadas de nível superior este movimento é verificado embora com menor intensidade. Já entre as que ocupam postos entre as semi-qualificadas sem chefia, a distribuição regional é diferente, desde que as maiores representatividades se dão nas regiões do Nordeste e no Sul, enquanto que as regiões de São Paulo, Rio e Norte relem indicadores abaixo da unidade e

decrecentes nos anos noventa em relação aos primeiros anos da década anterior. O inverso ocorre para as categorias de semi-qualificadas com atribuições de chefia. As menores concentrações de não-qualificadas se verificam nas regiões de São Paulo e do Sul, e no Nordeste se aproximam da unidade, enquanto que nas demais regiões são significativamente superiores.

A observação da área da Administração nas empresas, mostra que para o global, a região do Nordeste apresenta quociente muito inferiores à unidade, e também as regiões do Sul e de Minas Gerais-Espírito Santo, embora com menor intensidade, e mostram uma perda de representatividade em relação à média, no decorrer do período analisado. Nas regiões do Rio de Janeiro e São Paulo, os indicadores se apresentam consideravelmente acima da média, particularmente na primeira; nestas duas regiões, apresentou-se um aumento considerável de concentração desde os primeiros anos da década de oitenta.

A observação das categorias ocupacionais internamente à área administrativa, mostra que também entre as mulheres qualificadas as diferenças mais consideráveis se verificam pela menor concentração no Nordeste (com indicadores cerca de 50% abaixo da média) e também em Minas Gerais-Espírito Santo, Centro-Oeste (nesta região apenas em 1989) e Sul, onde particularmente os quocientes se mostram consideravelmente negativos desde 1989. Novamente São Paulo e Rio de Janeiro apresentam nestas ocupações indicadores fortemente acima da média. Entre as atividades de semi-qualificadas, também nas regiões do Nordeste e de Minas Gerais-Espírito Santo mostram em 1995 indicadores muito inferiores em relação às demais regiões e ao período de 1983. Finalmente entre as não-qualificadas da área administrativa, a grande concentração também se dá nas regiões do Rio de Janeiro e São Paulo, revelando-se crescente em relação aos períodos anteriores, e a menor representatividade se apresenta no Sul.

5.3. As diferenças entre os ocupados fora das empresas

Em uma abordagem regional, verifica-se que as regiões mais avançadas de São Paulo e Rio de Janeiro apresentam participações consideravelmente inferiores de autônomos e a região menos desenvolvida do Nordeste chega a absorver quase 1/4 dos seus ocupados nestas categorias de ocupações. Os demais ocupados fora de empresas, correspondiam aos que exerciam serviços domésticos remunerados, cuja representatividade situava-se em 7,4% em 1983, diminuindo para 6,7% no final da década.

Observando-se os Quocientes de Diferenciação Regional para os serviços domésticos remunerados (Tabela 14) não se encontra diferenciações para a população feminina no ano de 1983, porém desde 1989 já são retratadas algumas alterações, observando nas regiões do Nordeste e no Sul, perda de participação regional relativa em relação às demais regiões e maior concentração no Rio de Janeiro. Para os homens os indicadores consideravelmente abaixo da unidade se apresentam no Sul, Minas Gerais -Espírito Santo e no Norte; também no Rio de Janeiro a participação masculina nestes serviços é significativamente superior, acompanhada por São Paulo com menor intensidade.

Tabela 14**Quociente de Diferenciação Regional da População Ocupada fora das Empresas (Qdij)****Regiões Brasileiras – 1983, 1989, 1995**

	RJ	SP	S	MG-ES	NE	CO	N
MULHERES							
Serviço Doméstico							
1983	0,97	0,99	1,00	1,02	1,01	1,01	1,01
1989	1,21	0,90	0,85	1,32	0,85	1,38	1,10
1995	1,28	1,14	0,89	1,13	0,82	0,99	1,06
Conta Própria							
1983	1,46	1,14	0,71	0,95	1,16	0,65	1,01
1989	0,97	0,66	0,87	1,02	1,41	0,94	1,12
1995	1,07	0,99	0,74	0,81	1,19	0,92	1,47
HOMENS							
Serviço Doméstico							
1983	1,49	1,14	0,98	0,67	0,84	0,86	0,78
1989	2,22	1,10	0,88	0,89	0,67	0,96	0,68
1995	1,83	1,16	0,72	0,73	0,95	1,07	0,71
Conta Própria							
1983	0,86	0,96	1,09	1,02	0,95	1,11	1,00
1989	0,59	0,59	1,23	0,88	1,43	0,90	1,01
1995	0,55	0,58	1,09	0,96	1,65	1,12	1,15

Fonte dos dados brutos: IBGE - PNADs 1983, 1989 e 1995. Tabulações Especiais.

Tabela 15
Distribuição Ocupacional dos Trabalhadores fora das Empresas
Brasil e Regiões – 1989, 1995 (%)

Regiões Gênero		A/POG	AG/A	SD/POG	SDG/SD	Categorias Ocupacionais					Total
						PL	PQ	PSQ	PNQ	AD	
BRASIL											
H	1989	19,5	74,5	0,5	4,9	1,2	1,1	91,0	6,4	0,3	100
	1995	15,2	73,1	2,9	23,5	0,0	2,0	77,4	19,0	1,5	100
M	1989	12,4	25,5	18,3	95,1	2,2	1,4	92,3	4,0	0,1	100
	1995	9,9	26,9	16,9	76,5	0,4	2,9	60,4	34,3	1,9	100
RJ											
H	1989	11,6	61,3	1,1	7,8	2,5	2,5	70,1	16,2	0,7	100
	1995	8,1	52,9	1,5	9,5	0,6	9,0	47,5	38,8	4,1	100
M	1989	12,1	38,7	22,2	92,2	3,9	2,7	87,5	5,9	-	100
	1995	10,7	47,1	21,6	90,5	1,9	5,5	44,9	43,7	3,9	100
SP											
H	1989	11,6	72,1	0,6	5,8	2,7	1,8	87,6	6,8	1,1	100
	1995	8,5	57,5	1,0	7,3	0,0	3,8	62,2	28,7	5,3	100
M	1989	8,2	27,9	16,5	94,2	4,3	2,4	87,7	4,7	0,8	100
	1995	9,9	42,5	19,4	92,7	0,4	3,6	58,9	33,7	3,4	100
SUL											
H	1989	24,0	79,8	0,5	4,9	1,0	0,9	94,8	3,1	0,2	100
	1995	16,0	75,3	0,6	5,3	0,0	2,1	88,2	7,4	2,3	100
M	1989	10,8	20,2	15,5	95,1	3,6	1,1	94,7	0,5	0,1	100
	1995	7,3	24,7	15,0	94,7	0,6	3,0	65,4	28,8	2,3	100
MG-ES											
H	1989	17,3	72,7	0,5	3,6	1,7	0,9	91,3	5,9	0,2	100
	1995	14,2	73,0	0,6	4,7	0,1	2,8	81,2	14,3	1,6	100
M	1989	12,7	27,3	24,1	96,4	2,4	2,4	93,9	1,3	-	100
	1995	8,0	27,0	19,1	95,3	0,3	5,9	59,2	32,5	2,1	100
NE											
H	1989	27,9	75,6	0,3	4,1	0,3	0,8	92,6	6,3	-	100
	1995	24,3	75,6	0,8	7,9	0,0	1,0	84,0	14,6	0,4	100
M	1989	17,4	24,4	15,6	95,9	0,4	0,6	93,5	5,5	-	100
	1995	11,8	24,4	13,9	92,1	0,1	1,1	65,8	32,5	0,5	100
CO											
H	1989	17,5	68,8	0,5	7,9	1,0	1,2	91,2	6,4	0,2	100
	1995	12,6	88,4	10,7	7,8	0,1	1,3	70,0	28,0	0,7	100
M	1989	11,7	31,2	25,2	93,8	2,0	0,8	85,4	1,8	-	100
	1995	9,1	11,6	16,8	92,2	0,1	2,8	51,1	44,0	2,0	100
N*											
H	1989	19,7	70,9	0,3	2,9	1,5	1,8	93,1	13,4	0,2	100
	1995	17,0	64,7	0,6	4,9	0,0	1,6	64,1	33,2	1,2	100
M	1989	13,9	29,1	20,2	97,1	0,7	1,4	89,3	8,6	-	100
	1995	14,6	35,3	18,0	95,1	0,0	2,0	59,4	38,0	0,6	100

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNADs 1989 e 1995. Tabulações Especiais.

* Zona urbana.

Notas:
A/POG= Autônomos/Popul. Ocupada do mesmo gênero.
AG/A=Autônomos do gênero/Total Autônomos.
SD/POG=Serviço Doméstico/Popul.Ocupada Total do mesmo gênero.
SDG/SD=Serviço Doméstico do gênero/Total Serviço doméstico.
PL= Profissionais Liberais.
PQ=Qualificados da Produção.
PSQ= Semi-qualificados da Produção.
PNQ= Não-qualificados da Produção.
AD=Ocupados na Administração.

No que se refere aos ocupados por Conta Própria, quocientes significativamente superiores eram encontrados para o gênero feminino no Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste no ano de 1983, período característico de crise; porém nas duas primeiras regiões esta concentração veio diminuindo até os anos noventa, enquanto que na última perduraram indicadores superiores. Forte alteração se verifica na região Norte, onde um aumento considerável se apresenta para as mulheres. Com relação aos trabalhadores autônomos masculinos, a maior concentração acima da média se verifica no Nordeste em 1995, apresentando forte crescimento em todo o período. Elevação considerável também se revelou nas regiões do Centro-Oeste e Norte. Nas regiões economicamente mais dinâmicas do Rio de Janeiro e de São Paulo, os quocientes para a população masculina mostrou um decréscimo muito significativo desde 1983, situando em 1995 em mais de 40% abaixo da unidade.

Examinando-se as distribuições entre os gêneros destes trabalhadores fora das empresas de uma forma mais detalhada, observam-se algumas diferenças, como retratado na Tabela 15 . Em 1989, do total dos ocupados do sexo masculino, os autônomos deste gênero (A/POG) representam pouco acima de 19%, porém entre as mulheres, as que exercem atividades por conta própria representam cerca de 12%. No período seguinte da década de noventa, a representatividade destes autônomos decresce para os dois gêneros.

Entre as regiões, constata-se que entre os homens que trabalham nos espaços mais desenvolvidos de São Paulo e Rio de Janeiro, a representatividade é relativamente inferior à média do país e das demais regiões, e é bem mais expressiva na região menos avançada do Nordeste (quase 28%), mas também é considerável no Sul (24%). Em todas as regiões apresentou-se a mesma direção de decréscimo da representatividade masculina de trabalhadores autônomos em relação aos ocupados deste mesmo gênero. A menor e maior representatividade em relação às demais regiões se verifica com relação às mulheres, respectivamente para as regiões de São Paulo e Nordeste, porém neste caso o decréscimo de participação das trabalhadoras

autônoma sem relação ao total da população ocupada feminina se deu em quase todas as regiões com exceção das regiões de São Paulo e do Norte.

Por outro lado, a distribuição por gênero entre os autônomos (AG/A) — ou seja, a participação dos autônomos de um determinado gênero sobre o total de autônomos — mostra que a representatividade média do gênero masculino, para o global do país, se situava pouco abaixo de 3/4 do global de ocupados em 1989, porém diminuiu ligeiramente para 73% em 1995. Dessa forma, como contrapartida, no caso da população ocupada feminina, a representatividade entre os dois períodos aumenta de pouco acima de 1/4 para quase 27% do total de autônomos. No entanto, observa-se uma diversidade regional significativa, verificando-se que em 1989, a menor participação dos homens é encontrada no Rio de Janeiro (cerca de 61%) e a superior na região Sul (aproximadamente 80%), sendo que apenas esta última região e o Nordeste apresentam representatividades superiores à média do país. No ano de 1995, observou-se um aumento nestas participações nas regiões do Centro-Oeste e Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, enquanto que no Nordeste não se apresentou qualquer modificação e nas demais regiões houve um decréscimo. Entre as mulheres, apenas no Sul e no Nordeste a participação de trabalhadoras autônomas em relação ao total de autônomos é inferior à média do país em 1989 e em 1995 também o Centro-Oeste se encontra nesta situação. Os impactos da conjuntura do período sobre a representatividade feminina nesta classe de trabalhadoras repercutiram na direção de um aumento em quase todas as regiões, excetuando-se no Centro Oeste, onde o decréscimo foi significativo (de 31% para cerca de 12%), e no Nordeste, onde não houve alteração.

No que se refere ao serviço doméstico remunerado, os ocupados do sexo masculino apresentam participação insignificante no total da população ocupada do mesmo gênero (SD/POG), no entanto é verificado um aumento no período (de 0,5% para quase 3%). No entanto, como é notório a participação feminina corresponde a quase totalidade dos ocupados neste tipo de ocupação, e do total de mulheres trabalhadoras do país pouco acima de 18% se dedicavam a atividades domésticas

remuneradas no final dos anos oitenta, porém em 1995 já se contabilizava um decréscimo, como consequência da diminuição da capacidade de pagamento deste serviço por uma parte das famílias de renda média. A situação entre as regiões mostra que para o Rio de Janeiro, Minas Gerais-Espírito Santo e Centro-Oeste, a representatividade feminina chega quase a 1/4 das trabalhadoras em 1989, porém decai nestes três espaços. Apenas na região de São Paulo é que se apresenta uma elevação da participação de trabalhadoras no serviço doméstico remunerado, de menos de 17% para mais de 19% no período. Por se tratarem de ocupações de natureza essencialmente feminina, observa-se que a quase totalidade, ou mais de 95% em 1989, é exercida por mulheres em todas as regiões (SDG/SD); no entanto em 1995 os reflexos do aumento do desemprego global no países já se mostram nestas ocupações, desde que a proporção de homens se eleva consideravelmente (de menos de 5% para quase 24% no período).

Na categoria de autônomos, a representatividade de mulheres é inferior à masculina, em todas as regiões, não se encontrando relação com o nível de desenvolvimento econômico. A distribuição dos ocupados fora das empresas segundo a natureza das ocupações (categorias ocupacionais), por área de atividade e qualificação, mostra uma do ponto de vista regional, que apenas no Rio de Janeiro, a participação dos homens nesta categoria foi menor no final da década de oitenta, próxima a 70%, no entanto também nesta região observou-se a menor representatividade em 1995 (47,5%), mostrando uma queda considerável, contrabalançada pela maior participação relativa dos não-qualificados (acima de 16% em 1989 e quase 39% em 1995). Nas demais regiões o mesmo movimento se observou, porém com menor intensidade. As transformações no caso da população autônoma feminina são ainda mais consideráveis, desde que para o total de trabalhadoras semi-qualificadas da Produção de uma representatividade de mais de 92% em 1989, verifica-se uma decréscimo por cerca de 60%, também verificando-se a migração para ocupações de não-qualificados da Produção, onde a elevação no período é de 4% para acima de 34%. Entre as regiões as maiores elevações nesta categoria nos anos noventa se

verificam para o Rio de Janeiro e o Centro-Oeste (para cerca de 44%), porém estas mudanças são também consideráveis nos demais espaços.

5.4. Diferenciais regionais de escolaridade segundo o gênero

As diferenças regionais na segmentação tendo em vista o nível de escolaridade, no final da década de oitenta (Tabela 16) revelam que para os dois gêneros, nas regiões do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Centro-Oeste (neste espaço, particularmente sob influência do Distrito Federal), as médias de anos de estudo, em quase todas as categorias ocupacionais, são superiores, embora não se distanciando significativamente da média. No Nordeste as médias de escolaridade entre os homens são inferiores ao global do país entre os dirigentes e na área da Produção, porém na área administrativa esta situação não se verifica em todos os níveis de qualificação. Entre as mulheres, a situação é semelhante, com exceção da categoria de dirigentes, onde se verifica que a mesma média do que o país.

Também a nível regional não se detecta um comportamento homogêneo, para as diferentes categorias, entre as regiões e entre os gêneros. Pode-se observar, entre regiões e categorias entre os gêneros, tanto uma ligeira elevação, quanto queda da média de anos de estudos, sem qualquer tendência nítida. Estes resultados permitem inferir que no Brasil, de uma maneira geral, o nível de escolaridade formal não tem se alterado significativamente, a ponto de causar impactos transformadores sobre a estrutura ocupacional.

Tabela 16
Escolaridade Média* dos Assalariados Brasileiros segundo o Gênero
Regiões – 1989, 1995

Categorias Ocupacionais	RJ		SP		SUL		MG-	ES	NE		CO		N*		
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
.Dirigentes															
Dirigentes 1															
	1989	7	9	7	8	7	8	6	9	5	8	7	10	6	8
	1995	9	10	8	10	8	9	6	9	6	9	7	9	7	9
Dirigentes 2															
	1989	11	11	10	10	10	11	9	11	8	11	11	12	10	10
	1995	10	12	11	11	10	11	9	11	8	11	7	11	9	11
.Produção															
Qualificados 1															
	1989	10	9	9	8	9	9	9	9	8	8	9	9	9	9
	1995	10	10	10	10	9	11	9	11	8	9	8	9	8	9
Qualificados 2															
	1989	15	13	14	13	14	13	14	12	13	11	15	13	13	12
	1995	14	12	14	13	13	13	13	12	12	10	12	11	12	11
Semi-qualificados 1															
	1989	5	6	5	5	4	4	3	4	3	3	4	6	5	6
	1995	6	7	5	6	5	5	4	4	3	3	4	4	5	5
Semi-qualificados 2															
	1989	6	11	5	10	5	10	5	12	5	11	6	12	6	12
	1995	6	9	5	10	5	9	5	8	5	10	5	8	5	8
Não-qualificados															
	1989	3	4	4	4	4	3	3	2	2	2	4	3	3	4
	1995	4	4	5	4	4	5	3	3	3	3	3	3	3	3
.Administração															
Qualificados 1															
	1989	10	12	9	10	10	11	10	11	10	10	10	11	10	11
	1995	9	11	8	10	9	11	8	11	7	11	8	11	8	11
Qualificados 2															
	1989	13	15	13	15	13	14	12	15	12	14	13	15	11	14
	1995	13	14	13	13	13	13	12	13	12	13	12	12	11	12
Semi-qualificados 1															
	1989	9	9	8	9	8	9	8	9	8	9	9	10	8	9
	1995	9	10	9	10	9	10	9	10	9	10	8	9	8	9
Semi-qualificados 2															
	1989	10	10	8	10	10	10	8	10	8	10	9	10	10	10
	1995	8	10	7	10	10	10	10	10	9	11	11	9	8	10
Não-qualificados															
	1989	5	4	4	3	4	3	4	3	4	3	5	4	4	4
	1995	5	5	5	4	4	4	4	4	4	3	4	4	4	4

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNADs 1989 e 1995. Tabulações Especiais.

* Anos médios de estudo

III. CONCLUSÕES

O exame da segmentação ocupacional brasileira segundo o gênero, na década de oitenta, nos revela que entre os assalariados das empresas, para a média do país como um todo, cerca de 70% são homens, porém entre as diversas categorias ocupacionais, nas áreas da produção direta de bens e serviços ou administrativa e entre dirigentes, são encontradas diferentes representatividades. A participação feminina apenas é mais significativa que a masculina entre as ocupações que requerem nível superior de escolaridade na Produção e entre as semi-qualificadas com atribuições de chefia da Administração.

Também no que se refere à distribuição tendo em vista a condição de proteção legal através de registro em carteira de trabalho, as condições se apresentam diferenciadas entre os gêneros e entre as categorias ocupacionais, verificando-se no entanto, uma situação mais privilegiada para os homens na área da Produção das empresas, e para as mulheres na área burocrática e de escritório.

Do ponto de vista regional, observa-se que a forte concentração de trabalhadores em categorias mais qualificadas dentro das empresas, para ambos os gêneros se verifica nas regiões mais industrializadas do Rio de Janeiro, São Paulo e Norte. Entre os trabalhadores autônomos, observam-se algumas diferenças regionais na representatividade entre os gêneros, verificando-se maior concentração relativa de homens, em quase todos os espaços, tanto com relação ao total da população ocupada, quanto ao total de autônomos.

Com relação à segmentação setorial e ocupacional entre os gêneros, embora algumas alterações significativas tenham ocorrido em setores específicos no período entre 1989 e 1995 no Brasil, de um modo global não se observaram transformações estruturais relevantes que possam significar qualquer mudança no perfil desta distribuição de trabalhadores, embora a participação feminina tenha se elevado discretamente no período, seja como tendência histórica mundial, seja como decorrência dos problemas conjunturais pelos quais o país vem passando, que no entanto por afetarem os dois gêneros, diminuíram os possíveis impactos que

histórica e mundialmente vêm ocorrendo sobre as mudanças na segmentação. As diferenças acentuadas com relação à segmentação por gênero são caracterizadas pela forte participação feminina em atividades do setor de Serviços Sociais e em serviços domésticos remunerados, paralelamente a uma baixa participação relativa nos demais setores.

As diferenças no nível de escolaridade entre homens e mulheres, em cada categoria ocupacional específica não são significativas, com exceção das ocupações de semi-qualificados com atribuições de chefia da área da produção das empresas, onde as mulheres apresentam-se com nível consideravelmente superior. Os níveis médios de rendimentos mostram uma situação menos privilegiada para as mulheres em todas as categorias ocupacionais das empresas.

Durante a década de oitenta, em todos os grupos ocupacionais verificou-se a continuação da tendência histórica do aumento da participação feminina, mesmo no período em que foi mais intensa a diminuição da atividade econômica e a queda das oportunidades de emprego.

De um modo global, os qualificados do gênero masculino são mais representativos na área da produção direta de bens e serviços do que na da administração. Em um mesmo nível de qualificação os trabalhadores da área burocrática e de escritório apresentam para os dois gêneros, maior participação de ocupações com vínculo legalizado do que os que se dedicam à produção; da mesma forma apresentam níveis mais elevados de escolaridade.

Alguns aspectos das diferenças da divisão do trabalho entre os gêneros ainda não foram devidamente analisados para o Brasil como um todo e do ponto de vista regional. Importante é pesquisar adicionalmente os diferenciais salariais e volume de horas trabalhadas entre os gêneros, tema que não se incorporou aos objetivos específicos desta pesquisa, mas que no entanto deverão ser examinados posteriormente.

IV. BIBLIOGRAFIA

AARON, Henry J. e LOUGY, Cameron M., *The Comparable Worth Controversy*, Brookings, Washington D.C., 1986.

ABREU, Alice, R. de Paiva e SORJ, Bila, “Trabalho a Domicílio nas sociedades Contemporâneas - Uma Revisão da Literatura Recente”, em Abreu, A .R.P. (org) *O Trabalho Invisível*, Rio Fundo Editora, Rio de Janeiro, 1993.

AGLIETA, Michel, *A Theory of Capitalist Regulation: the US Experience*, Verso, 1979.

ALVES, Edgar (org.) *Modernização produtiva e relações de trabalho*, Vozes, Petrópolis, 1997.

ANTUNES, Ricardo, *Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, Cortez, Campinas, 1997.

AZZONI, Carlos Roberto, “Equilíbrio, progresso técnico e desigualdades regionais no processo de desenvolvimento econômico”, *Análise Econômica*, UFRGS, Ano 11, Março/1993.

_____, *Economic growth and regional income inequalities in Brazil: 1939-92*, FEA/USP, São Paulo, 1995, mimeo.

BAER, Werner, *A Economia Brasileira*, São Paulo, Nobel, 1996.

BAER, W. e TULCHIN, Joseph S. (Eds.), *Brazil and The Challenge of Economic Reform*, The Woodrow Wilson Center Press, Washington, 1993.

BARBAGELATA, Héctor-Hugo, *Formación y legislación del trabajo*, Cinterfor/OIT, Montevideo, 1996.

- BAUMAN, Renato (org.), *O Brasil e a Economia Global*, Rio de Janeiro, Campus, 1996.
- BECKER, Gary S., *Human capital: A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education*, University of Chicago, Chicago, Ill, 1993.
- BEST, Michael, *The New Competition. Institutions of Industrial Restructuring*, Cambridge, Mass, Harvard University Press, 1990.
- BRIDGES, William, *Mudanças nas relações de trabalho*, Makron Books, S. Paulo, 1995.
- BRUSCHINI, Cristina, “Desigualdades de Gênero no Mercado de Trabalho Brasileiro: o Trabalho da Mulher nos Anos Oitenta”, em Fernandes, Reynaldo (org.) *O Trabalho no Brasil no Limiar do Século XXI*, Ed. LTr, São Paulo, 1995.
- BRUSCHINI, Cristina e RIDENTI, Sandra, “Desvendando o Oculto: Família e Trabalho Domiciliar em São Paulo”, em Abreu, Alice Rangel de Paiva (org.) *O trabalho invisível*, Rio fundo Editora, Rio de Janeiro, 1993.
- BRUSCHINI, C. e LOMBARDI, M.R., “O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa”, em *Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, vol. 1, 1996.
- CACCIAMALI, M.C., “As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda”, em Camargo, J.M. e Giambiagi, F. (org.) *Mercado de trabalho e distribuição de renda : uma coletânea*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.
- CACCIAMALI, M.C. *As economias informal e submersa: Conceito e Distribuição de Renda*, IPE/FEA/USP, 1990, mimeo.

- CARLEIAL, Liana e VALLE, Rogério (org.), *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*, HUCITEC-ABET, São Paulo, 1997.
- CARLTON, Dennis W., e PERLOFF, Jeffrey, M., *Modern Industrial Organization*, New York, Harper Collins College Pub., 1994.
- CHULLY, J.B.N. *Ajustamento e Informalidade no Mercado de Trabalho Peruano: 1950-1989*, FEA/USP, Tese de Doutorado, 1992, mimeo.
- COLEMAN, Margaret S., “ Women’s Labor Force Participation in Historical Perspective” , Mutari, E. Boushey H., Fraher, W. (org.) *Gender and Political Economy*, M.E.Sharpe, Armonk, NY, 1997.
- DANIELS, P.W e LEVER, W.F., *The Global Economy in Transition*, Harlow, England, Longman, 1996.
- DENT, Jr, Harry S., *The Great Jobs Ahead*, Hyperion, New Yor, 1995.
- DOSI, Giovanni e KOGUT, Bruce, “National specificities and the context of change: the coevolution of organization and technology”, em KOGUT, B. (Ed.), *Country Competitiveness: Technology and the Organizing of Work*, Oxford University Press, Oxford, 1993.
- EDGREN, John, “Modelling institutional change: some critical thoughts”, *Journal of Economic Issues*, v. 30, n.4, dec/1996.
- FERNANDES, R. (org.), *O trabalho no limiar do século XXI*, LTR, São Paulo, 1995.
- FERRAZ, João Carlos, KUPFER, David e HAGUENAUER, Lia, *Made in Brazil*, Rio de Janeiro, Campus, 1995.

FERRETTI, Celso João e outros (org), *Tecnologias, trabalho e educação*, Vozes, Petrópolis, 1994.

GUIMARÃES NETO, Leonardo, “Ciclos econômicos e desigualdades regionais no Brasil”, *Anais do Encontro Nacional de Economia*, ANPEC, Recife, 1996.

HADDAD, P. R. e outros, *Economia Regional: teorias e métodos de análise*, Fortaleza, BNB/ETENE, 1989.

HILL, C.T., *Technological Innovation for a Dynamic Economy*, org. por Hill e Utterback Ed. USA, 1983.

IPEA, *Economia Brasileira em Perspectiva*, (2 v.), Rio de Janeiro, IPEA, 1996.

IPEA, “A Política Regional no Brasil”, em *A Política Regional na Era da Globalização*, Fundação Konrad Adenauer-Stiftung, São Paulo, 1996b.

JACQUEMIN, A., *The New Industrial Organization*, MIT Press, Mass., 1987.

JACOBSEN, Joyce P., *The Economics of Gender*, Blackwell, Mass, 1998.

KAGAMI, Mitsuhiro, “The role of industrial policy: Japan’s experience”, *Revista de Economia Política*, v.15 n. 1 (57), jan./mar.-1995.

KON, Anita, *A Estruturação Ocupacional Brasileira: uma Abordagem Regional*, SESI, Brasília, 1995.

_____, “O Resgate do Planejamento Público e o Ajuste dos Recursos Humanos”, em *Anais do 16º Encontro Anual ANPAD*, Canela, ANPAD, Vol. 7, 1992.

_____, *Reestruturação Produtiva e Terciarização*, Relatório de Pesquisa nº 29, NPP-EAESP/FGV, Dezembro/1997.

_____, "A divisão nacional do trabalho: condicionantes sócio-econômicas", *Revista de Economia Política*, Vol.12, nº 3(47), jul-set/1992.

_____, *O Ajustamento na Distribuição Ocupacional Brasileira na Década de Oitenta*, Relatório de Pesquisa, CNPq, São Paulo, 1993.

_____, "Quatro Décadas de Planejamento Econômico no Brasil", em *Revista de Administração de Empresas*, FGV, São Paulo, Vol 34 n. 3, Maio/Junho, 1994.

_____, "Trabalho dentro e fora das empresas no Brasil: composição por gênero", em *Revista Tecnologia e Humanismo*, Nº 17, UNESCO/CEFET, Curitiba, 1997.

KRANNICH, Ronald L. e KRANNICH, Caryl Rae , *The Best Jobs for the 1990s*, Impact Publications, Manassas Park,1995.

KRUGMAN, Paul R. (ed.), *Protecionism and World Trade*, Cambridge University Press, Cambridge, 1994.

LAVINAS, Lena e outros (org.), *Integração, região e Regionalismo*, Bertrand Brasil Ed., rio de Janeiro, 1994.

LESSA, Carlos, *Quinze anos de política econômica*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

LESZCZYNSKI, Sônia Ana, "Acesso de moças de mulheres à educação técnica e vocacional: um caso brasileiro", em *Revista Tecnologia e Humanismo*, Nº 17, UNESCO/CEFET, Curitiba, 1997.

- LIMA, Roberto Alves, "Participação das mulheres casadas no mercado de trabalho: um estudo com base nos microdados das PNADs", em *Nova Economia*, UFMG, vol. 7 N° 1, Maio/1997.
- LONG, Clarence, *The Labor Force Under Changing Income and Employment*, Princeton University, New Jersey, 1958).
- LOVE, Joseph L. *Crafting the Third World, theorizing underdevelopment in Rumania and Brazil*, Stanford University Press, California, 1996.
- MARQUES, Rosa Maria, *Automação microeletrônica e o trabalhador*, Bienal, São Paulo, 1990.
- _____, *A proteção social e o mundo do trabalho*, Bienal, S. Paulo, 1997.
- MICHALET, Charles-Albert, *O Capitalismo Mundial*, São Paulo, Paz e Terra, 1984.
- MOURA, R., "Just-in-time alavanca a produção e diminui a alienação do trabalho", em *Jornal do Economista*, n.48, julho, 1992.
- MUTARI, Ellen, BOUSHEY, Heater and FRAHER IV, William, *Gender and Political Economy*, M.E. Sharpe, Armonk, NY, 1997.
- MUTARI, Ellen e FIGART, Deborah M., "Comparable Worth in a Restructuring Economy", Mutari et alii (org.) *Gender and Political Economy*, opus cit., 1997.
- NARDINI, B., "O BNDES e o desenvolvimento industrial brasileiro: o passado e as perspectivas futuras", em *Política Industrial e Desenvolvimento Econômico*, São Paulo, PLANEF/OCDE, 1990.

- NELSON, Richard R. (Ed.) *National Innovation Systems: A Comparative Analysis*, Oxford University Press, New York, 1993.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo Barbosa e MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (org.), *Crise no trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?*, Scritta, São Paulo, 1996.
- PASSOS, Carlos de Faro, *Política Industrial e Desenvolvimento Econômico* (organizador), São Paulo, PLANEF/OCDE, 1990, 1995 e 1997.
- POCHMANN, Marcio, *Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança*, LTr, São Paulo, 1995.
- PUTTERMAN, Louis e KROSZNER, Randall S., *The Economic Nature of the Firm*, Cambridge, NY, Cambridge University Press, 1996.
- RATTNER, H., *O novo paradigma industrial e tecnológico*, Texto de Discussão n.05/89, FEA/USP, 1989.
- RIMA, Ingrid H., *Labor Markets in a Global Economy*, London, M.E. Sharpe, 1996.
- ROSENBERG, Sam, “ From Segmentation to Flexibility: A Selective Survey” , *Review of Radical Political Economics*, V. 23, 1991.
- RUAS, Roberto, “Notas acerca das relações entre trabalho a domicílio, redes de subcontratação e as condições de competição”, em Abreu, *O trabalho invisível*, opus cit.
- SADER, Emir et al., *O Brasil do Real*, Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 1996.

- SANTOS, M., "O retorno do território", em Santos (org.) *Território, Globalização e Fragmentação*, Hucitec, S.Paulo, 1994.
- SCHWARTZMAN, Simon (coord.), *Política Industrial, Mercado de Trabalho e Instituições de Apoio*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1995.
- SCOTT, A. e STORPER, M., "Indústria de Alta Tecnologia e Desenvolvimento Regional: uma Crítica e Reconstrução Teórica", em *Espaço e Debate*, Cortez Ed. e Livr. Ltda, Ano VIII, n.25, 1988.
- SHOSTAK, Arthur B. (ed.) , *Impacts of Changing Employment: If the Good Jobs Go Away*, Sage Publications, London, 1996.
- SILVA, Antonio Braz de Oliveira e outros, *Produto Interno Bruto por Unidade da Federação*, Texto para Discussão N° 424, IPEA, Rio de Janeiro, Maio de 1996.
- SOUZA, Nali de Jesus de, "Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil", em *Análise Econômica*, UFRGS, Ano 11, n° 19, Março/1993.
- STANDING, Guy, " Global Feminization Through Flexible Work" , *World Development*, 17 (July), 1989.
- STEWART, F., "Macropolíticas para una tecnologia apropiada: intento de clasificación", em *Revista Internacional del Trabajo*, vol. 102, n.3, julio-septiembre, 1983.
- SUAREZ-VILLA, L. "Reestruturação Industrial, mudança tecnológica e planejamento do desenvolvimento metropolitano", em *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 19, n.1, abril, 1989.

SUZIGAN, Wilson, "Estado e Industrialização", em *Revista de Economia Política*, vol.8 nº 4, dezembro, 1988.

SUZIGAN, Wilson e VILLELA, Annibal V., *Industrial Policy in Brazil*, UNICAMP, Campinas, 1997.

TAUILLE, J.R. e OLIVEIRA, C.E.M., *Difusão da Automação no Brasil e os Efeitos sobre o Emprego: Uma Resenha da Literatura Nacional*, Instituto de Economia Industrial, UFRJ, 1987.

TYLER, W.G., "A Industrialização e a Política Industrial no Brasil: uma visão global", em *Estudos Econômicos*, IPE/USP, Vol.6, nº 2, 1976.

SUZIGAN, Wilson, "Experiência histórica de Política Industrial no Brasil", *Revista de Economia Política*, v.16(1), 61m jan-mar/1996.

URANI, André, "Tendências Recentes da Evolução da Ocupação no Brasil", em Fernandes, R. (org.), opus cit, 1995.

WAJNMAN, Simone e PERPÉTUO, Ignez Helena O . , "A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro", em *Nova Economia*, UFMG, vol. 7, Nº 1, Maio/1997.